



No Porto a P. S. P. carregou sobre trabalhadores em greve que pretendiam contactar o ministro da Administração Interna. Razão invocada: insultos àquele membro do Governo e à dignidade da corporação. Balanço: vários feridos.

Importa, é forçoso e inadiável, averiguar a veracidade dos argumentos e incriminar judicial ou disciplinarmente os culpados. Exatamente porque nos empenhamos numa paz democrática, é-nos indispensável criar liberdade como sinónimo de responsabilidade e não nos parece que para isso bastem a justificação do comunicado oficial ou o confronto público de versões que se contradizem e deixam em suspenso a realidade essencial.

A P. S. P. sabe de sobejo que a sua imagem de marca está ainda comprometida com o passado e essa circunstância faz pesar sobre ela suspeições de princípio e serve por vezes, até, a explorações oportunistas. Explorações por parte dos desordeiros e dos marginais que a «neutralizam» com a chantagem das identidades da polícia de agora com a do fascismo. Explorações por parte de alguns elementos da P. S. P. que, outrora arrogantes e provocadores, esperam toda e qualquer oportunidade para descarregar os seus recalamentos e retomar a força antiga.

Durante quase meio século a corporação dos Maltezes e dos Maia Loureiros patrulhou as cidades e as vilas com o «casque-tête» do medo, foi corrupta e animalasca, fez-se mafia, cão fascista. Nesse período negro, o dr. Mário Soares e outros advogados que ocupam lugar de relevo na política depois do 25 de Abril, tomaram em tribunal a defesa de civis e de militares ultrajados e até assassinados por agentes de segurança pública em plena ordem salazarista. Viram como o aparelho judicial cobria esses desmandos e a impotência de quem ousava protestá-los.

Portanto, há ainda marcas, sulcos de «casque-tête», na memória dos cidadãos ao serem surpreendidos numa acção policial mais violenta, por irrecusável que ela seja face a circunstâncias excepcionais. Receiam legitimamente que a excepção se repita e se faça norma, que o instinto do passado se insinue no presente. E não lhes custa a crer que certa passividade ou certa indiferença manifestadas por alguns elementos (até de base) da P. S. P. durante os primeiros meses da Democracia eram, não apenas a resultante da imagem culposa

Continua na pág. 20

NO "JOGO DO GOVERNO"

Acerto de partidos e novas medidas de austeridade



A crise económica que Portugal atravessa, tem de ser enfrentada com espírito realista e forte determinação. A solução depende, obviamente, da óptica adoptada e das opções escolhidas. E é também evidente que os problemas económicos dependem, de uma forma directa, das soluções políticas, o que explicaria o facto de nada ainda ter sido resolvido no âmbito do económico devido à indefinição do poder político-militar desde o 25 de Abril.

É neste contexto que se reúne hoje o Conselho de Ministros, figurando na agenda o estudo das medidas de austeridade a adoptar o que vinha sendo encarado por anteriores Governos sem que nada ou quase nada tenha sido feito nesse caminho.

A diminuição das importações de certos produtos poderá ser um dos aspectos a estudar, tanto mais que Jorge Campinos, ministro do Co-

mércio Externo, ainda ontem se referiu ao corte feito a cerca de 400 000 contos de produtos têxteis portugueses pela Inglaterra. É bem possível, pois, que

pelo nosso lado tenhamos de eliminar algumas importações de produtos britânicos não essenciais, como por exemplo vários artigos de luxo e bebidas alcoólicas. Certo é que, para resolver os problemas económicos do País, não basta privarmo-nos de deste ou daquele produto importado, sendo ainda certo que a diminuição do «deficit» da Balança de Pagamentos pode auxiliar a crise, embora isso tenha evidentemente de ser contrapontado com uma produção interna crescente que não diminua, antes aumente, as disponibilidades e o nível de vida real das classes menos favorecidas.

Embora sob um certo ponto de vista seja perceptível uma relativa «détente» política, não está, no entanto, a revelar-se fácil a chamada «recomposição» do VI Governo. Esta manhã os representantes dos três partidos que nela participam voltaram a reunir-se em Belém para nova tentativa de resolução dos vários problemas que ainda subsistem, mas nada nos permite pensar que esta terceira sessão possa produzir

Continua na pág. 20

O capitão Clemente fala

do 25 de Novembro
Pág. 16

Santiago Carrillo

pode voltar
a Espanha

Pág. 17

Embaixador de Madrid

regressa a Lisboa

Pág. 20

A "TALUDA" DO NATAL

1.º — 155316

2.º — 175527

3.º — 289930

24 PAGINAS

Situação normal em Moçambique

Está em vias de ser completamente normalizada a situação em Moçambique onde anteontem à noite eclodiram incidentes armados provocados por dissidentes reacçãoários das Forças Populares de Libertação de Moçambique.

Esta manhã, em contacto com Lourenço Marques, obtivemos a informação de que o tiroteio, que se prolongou por todo dia e noite de ontem, cessara. A vida na capital moçambicana decorria como habitualmente, embora se registasse um decréscimo de movimento nas ruas, que continuavam a ser patrulhadas pelas F.P.L.M. e por elementos do Corpo de Polícia. O aeroporto de Lourenço Marques foi reaberto ao trânsito normal e não se confirmam as notícias que ontem circulavam quanto ao encerramento das fronteiras.

As ligações telefónicas e de telex com Moçambique nunca chegaram a ser interrompidas, mantendo-se hoje na mesma

situação. Não se confirma, igualmente, que os incidentes registados na capital tivessem alastrado a outras cidades do

país, conforme nos foi dito por um informador da Embaixada de Portugal em Lourenço Marques, que ainda esta manhã estivera em contacto com a Beira, segunda cidade moçambicana. A população portuguesa não foi afectada pelos acontecimentos.

SAMORA MACHEL

DIRIGE

A CONTRA-OFENSIVA

Os primeiros incidentes registaram-se ao princípio da noite de quarta-feira, entre as 19 e as 21 horas, quando dissidentes das F.P.L.M., ao que parece afectados por uma depuração recentemente decretada

pelo presidente Samora Machel, desencadearam acções contra camaradas seus e elementos do Corpo de Polícia nas zonas suburbanas, nomeadamente na área compreendida entre as Avenidas de Moçambique, Lusaca (ex-Craveiro Lopes) e do Brasil. O desencadeamento súbito destas acções surpreendeu as forças revolucionárias, permitindo que a agressão alastrasse a outros pontos da cidade, chegando a atingir o centro da mesma, nomeadamente a principal artéria da baixa, a Avenida da República. Ao princípio da madrugada de ontem, porém, a contra-ofensiva lançada

Continua na pág. 20

Nacional

Magalhães Mota e o Comércio Interno

"Todas as teorias acabam na bolsa do consumidor"

«Já não temos capitalismo. Também não há socialismo». Assim referiu a actual contradição da sociedade portuguesa, que se reflecte na situação económica, o ministro do Comércio Interno, Magalhães Mota (P.P.D.), numa comunicação ao País ontem transmitida pela RTP.

Após considerações sobre o 25 de Novembro que, na sua opinião, seria o «retomar do 25 de Abril», o titular da pasta do Comércio Interno declarou que «a história económica recente portuguesa é a de uma clivagem, artificial e cómoda, entre a economia e a sociedade».

«É na bolsa do consumidor que acabam todas as teorias» afirmou.

Assim — prosseguiu — «primeiro apregoam-se «realidades económicas» para tentar escamotear problemas sociais. Depois, define-se a sociedade

contra a economia. Comoda e abusivamente, assimilaram-se conceitos: a economia de mercado com o capitalismo, o predomínio do interesse geral com as nacionalizações, etc., etc.»

Magalhães Mota diria também que as reservas em moeda estrangeira estão no fim. «O ouro poderá, na melhor das hipóteses, dar-nos para algum tempo mas é de difícil negociação. Mas que pensamos da dona de casa que se limitasse de braços cruzados, a ir comendo o que lhe deixaram na dispensa? Amanhã, seria a fome».

PORTUGAL VAI À FALÊNCIA?

«Se os custos de produção não cessarem de aumentar, os preços terão, fatalmente, que subir» — declarou o ministro, no decorrer da sua comuni-

cação, tecendo considerações sobre o aumento de custos nas origens. «Quando os produtores são obrigados a ajustar os seus preços aos custos de produção que suportam, é preciso sublinhar que para os consumidores tudo são custos».

Segundo a sua exposição, as reivindicações dos trabalhadores vão pesar sobre os custos de produção, e «a isto se chama círculo vicioso da inflação».

«Uma sociedade tem a economia que merece. A inflação é, apenas, uma das consequências dos seus erros» — afirmou ainda, lembrando que «há alguns aspectos da inflação aos quais precisamos estar atentos. Não basta acusar as pessoas por aquilo que desejam ou reivindicam. É preciso termos consciência de que na sociedade em que vivemos só o ser-se economicamente forte é uma garantia: na doença, na velhice, no desemprego».

No decurso da sua intervenção, Magalhães Mota chamou a atenção para o facto de se terem já acabado algumas reservas. E — frisou — «vou se produz o suficiente para suportar os custos (e não só) ou a falência e o desemprego são inevitáveis, até porque o Estado já não tem com que acudir, e é pelo menos duvidoso que o deva fazer».

SOCIALISTAS EM PARIS

Representantes de partidos socialistas de Portugal, Espanha, França, Itália e Bélgica vão reunir-se em Paris nos dias 24 e 25 de Janeiro próximo — anuncia a agência Reuter, citando como fonte o Partido Socialista Francês.

No decurso da reunião serão discutidos problemas relativos à situação na Europa Meridio-

nal, a crise do capitalismo, o fortalecimento e a defesa da democracia na Europa por meio do socialismo e a coordenação da acção de esquerda.

Lembra-se: dirigentes socialistas da Europa Meridional encontraram-se pela última vez em Latche (França), na residência do secretário-geral do P. S. F., François Mitterrand.

COMPANHIAS REUNIDAS GÁS E ELECTRICIDADE

EMPRESA NACIONALIZADA

AVISO AOS CONSUMIDORES

No próximo domingo e nos sectores e zonas abaixo indicados teremos de interromper a corrente eléctrica, para efectuar trabalhos de ampliação e reparação das nossas redes, considerados indispensáveis. O corte de corrente durará apenas algumas horas, a partir do começo da manhã de modo a causar o menor transtorno possível aos nossos consumidores.

Os sectores e zonas atingidos são:

4.º Sector — **Concelho de Lisboa:** Rua Manuel Ferreira Andrade, 4-A a 10-D, Rua Mariano Pina, lotes 7 a 14. (Das 8 às 12 horas).

5.º Sector — Rua Serpa Pinto, 1 a 9. Rua Vitor Cordon 24 a 40. (Das 8 às 12 horas).

6.º Sector — Rua D. Antão de Almeida 1 a 5-C. (Das 8 às 12 horas).

8.º Sector — Av.ª da Liberdade, 203 a 217. Av.ª Duque Loulé 20 a 24 e de 35 a 39. Rua Andrade Corvo, 1 a 17 e Rua Luciano Cordeiro 70 a 82. (Das 8 às 12 horas).

9.º Sector — Rua João Nascimento Costa 21 a 39. (Das 8 às 12 horas).

10.º Sector — Est.ª da Torre, Rua República do Paraguai. (Das 8 às 12 horas).

1.ª Zona — **Concelho de Oeiras:** AMADORA: Av.ª Elias Garcia, nas imediações da Est.ª da Falagueira e zona circunvizinha. (Das 8 às 14 horas). OEIRAS: Rua do Chafariz, Rua Cândido dos Reis, Espargal e imediações. (Das 8 às 14 horas). Talaide, Leão, Lameiras, Porto Salvo. (Das 8 às 14 horas).

2.ª Zona — **Concelho de Sintra:** CAÇÉM: Bairro Alegre. (Das 8 às 14 h.).

3.ª Zona — **Concelho de Mafra:** Póbral. (Das 8 às 14 horas).

4.ª Zona — **Concelho de Vila Franca:** Alhandra. (Das 8 às 14 h.). Povos, Castanheira, Vals Carregado. (Das 7 às 8 e das 14 às 15 h.). Á-dos-Loucos. (Das 8 às 14 h.).

5.ª Zona — **Concelho de Alenquer:** Alenquer, Carregado, Chegancas, Ota, Abrigada, Mares, Bairro da Cipan, Camarnal. (Das 8 às 14 horas).

6.ª Zona — **Concelho do Cartaxo:** Ribeira do Cartaxo, Cartaxo, Vila Chã de Ourique, Cruz do Campo. (Das 8 às 14 h.).

7.ª Zona — **Concelho de Santarém:** Vale de Santarém. (Das 8 às 14 h.).

8.ª Zona — **Concelho de Torres Vedras:** S. Pedro da Cadeira, Assenta. (Das 8 às 15 h.).

ASSEMBLEIA POPULAR UNITÁRIA

Das 9 às 13 horas e das 14 e 30 às 19 do próximo domingo, decorre no Liceu D. Diniz (Rua Manuel Teixeira Gomes) a Assembleia Popular Unitária das freguesias de Olivais, Marvila e Beato.

TENREIRO NO RIO

Henrique Tenreiro chegou ontem ao Rio de Janeiro — diz, desde aquela cidade brasileira, um telegrama da agência Associated Press difundido em Lisboa pela Anop.

Tenreiro foi das figuras mais influentes do regime de Salazar e Marcelo Caetano.

Recorda-se que Tenreiro fugiu na sexta-feira da semana passada quando era transferido da prisão para uma clínica particular. Posteriormente chegaram notícias de que Tenreiro passou por Madrid, na sequência de uma fuga ainda não esclarecida.



ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Crer na Social-Democracia e acreditar na luta de classes

«Há uma certa forma de social-democracia, a social-democracia de direita que não é adaptada a Portugal. Mas a social-democracia de esquerda essa pode inserir-se num processo revolucionário». Palavras do deputado independente, ex-P.P.D., Augusto Seabra na sua intervenção de ontem antes da ordem do dia na Assembleia Constituinte. Na azáfama de uma clara definição do papel que presentemente possam desempenhar e qual social-democracia a defender ou se há ainda social-democracia (seja ela qual for) que se possa defender, se têm empenhado nos últimos tempos e têm sido as intenções dos dissidentes do P.P.D. Se por um lado se especula com a aproximação do G.I.S. (já desmentida), por outro a linguagem de Augusto Seabra não abdica de uma terminologia específica tem já conotações sensíveis com certa linguagem do P.S. Para lá da similitude do texto, o que mais se pode avançar? Augusto Seabra, explicou o seu conceito de social-democracia de esquerda, e o porquê de a considerar viável para o nosso país.

Em referência: «A social-democracia é uma via de reformas estruturais, que pouco a pouco vão criando condições para uma passagem ao socialismo. Acontecia e acontece ainda que nós não tínhamos em Portugal, e não temos hoje, um capitalismo industrial avançado. Temos, como tínhamos no passado, certas formas de privilégio, a manutenção de desigualdades, de que uma oligarquia colonialista e financeira se serviu para dominar o nosso país politicamente, através de um regime totalitário». Definido assim, o campo fica aberto para o rótulo. E-lo: «se quiserem, chamem-lhe via democrática para o socialismo, se quiserem chamem-lhe Estado democrático a caminho do socialismo. Para mim isso é secundário».

«Há uma certa forma de social-democracia, a social-democracia de direita que não é adaptada a Portugal. Mas a social-democracia de esquerda essa pode inserir-se num processo revolucionário». Palavras do deputado independente, ex-P.P.D., Augusto Seabra na sua intervenção de ontem antes da ordem do dia na Assembleia Constituinte. Na azáfama de uma clara definição do papel que presentemente possam desempenhar e qual social-democracia a defender ou se há ainda social-democracia (seja ela qual for) que se possa defender, se têm empenhado nos últimos tempos e têm sido as intenções dos dissidentes do P.P.D. Se por um lado se especula com a aproximação do G.I.S. (já desmentida), por outro a linguagem de Augusto Seabra não abdica de uma terminologia específica tem já conotações sensíveis com certa linguagem do P.S. Para lá da similitude do texto, o que mais se pode avançar? Augusto Seabra, explicou o seu conceito de social-democracia de esquerda, e o porquê de a considerar viável para o nosso país.

Quanto aos pedidos de esclarecimentos de que foi alvo, através da sua resposta, foi permitida uma melhor definição do que afinal Seabra pretende ou daquilo em que Seabra crê. Para já acredita «que há efectivamente luta de classes, que há efectivamente contradição de classes». Mas, «que há contradições fundamentais e há contradições secundárias e que é preciso dialecticamente aprender a conhecê-las».

Até onde a «social-democracia» de Augusto Seabra e (cremos) dos dissidentes do P.P.D. pode levar não os sabemos ainda. Interessar-lhe-á «restituir a pureza ao programa do P.P.D.?» que neutralidade ou independência lhes é possível?

JUIZES POPULARES: SIM, MAS

O artigo 11 que admite a possibilidade da criação de juizes populares, foi a ideia defendida pelo P.S. Enquanto o texto condescende (poderá criar) nos juizes populares, a redacção do texto proposta pelo M.D.P. avança «serão criados».

Enquanto José Luis Nunes diz que o trabalhador José Diogo é «um vulgar assassino» e que «o juízo po-

pular significa a «revanche», Luis Catarino (M.D.P.) que teve uma intervenção brilhante, denunciando o facto de a magistratura ter perdido contacto com a dinâmica social, acusa o desenvolvimento de argumento do deputado do P.S. ao criticar o essencial através da excepção.

Acabaria por ser aprovado o texto da Comissão, e vencida a proposta do M.D.P. O artigo 12 sobre os tribunais militares seria aprovada com a abstenção do C.D.S. segundo a redacção da proposta apresentada pelo P.S. Artigos 13, 14, 15 e 16 haveriam também de ser aprovados. O último artigo haveria de levantar, no entanto, perguntas pertinentes por parte dos três deputados que entraram no debate. De um lado Vital Moreira (P.C.) e José Luis Nunes (P.S.) do outro, Barbosa de Melo (P.P.D.). A redacção concertada entre os primeiros dois deputados acabou por ser aceite pelo P.P.D., embora não ficasse determinado (não ficando no entanto excluído) que os juizes deviam estar representados maioritariamente no Conselho Superior de Magistratura.

HOMENAGEM A PAULO QUINTELA

Mesmo cometendo uma infracção às regras da Constituinte, como o próprio reconheceu, Vasco da Gama Fernandes, vice-presidente em exercício, saudou o professor Paulo Quintela, por ocasião do seu jubileu.

Também o major Vitor Alves, ministro da Educação e Investigação Científica em nota divulgada «entende que é de justiça saudar o cidadão exemplar e conferir público louvor ao ilustre professor pela sua prestigiosa actividade docente e pela notável obra que realizou em prol da cultura, obra que tanto honra o País e a Universidade a que pertence».

R.R.

REVIGORANTE • GENEROSA • FORTE

CERVEJA
PRETA



marina



CERVEJA
PRETA

A CERVEJA BEM PORTUGUESA

post scriptum

A «Conversa» da nacionalização não pega...

Após o reaparecimento do «Diário de Lisboa» emergente de um período de injusto e arbitrário silenciamento, permita V. Ex.^a que um leitor anónimo mas ineffectivo, manifeste a sua opinião desassombrada.

Sou leitor certo do «Diário de Lisboa» há cerca de trinta anos, e que me lembre foi esta a primeira vez que este jornal foi vítima de uma tão descarada e inqualificável prepotência que ultrapassou de longe as habituais agressões e violências nazi-fascistas de triste memória.

O leitor habitual do «Diário de Lisboa» sabe perfeitamente o que este jornal representa e sempre representou no panorama da informação em Portugal: — Uma voz independente e livre, intransigentemente ao serviço do povo e da Pátria, defendendo corajosamente em todos os momentos, a democracia e a liberdade contra todo o tipo de opressão ou manipulação das classes dominantes. Um jornal honesto, um jornal sem medo.

Sempre assim foi, sempre assim o conheci, e no dia em que deixasse de o ser deixaria de existir o «Diário de Lisboa», porque mais vale morrer de pé do que viver rastejando.

Foi pois com emoção incontrolada que voltei ao convívio diário com o nosso jornal, jornal que já faz parte da minha vida quotidiana como certamente de muitos milhares de portugueses.

Nestas condições não posso aceitar nem tolerar qualquer espécie de assalto ou manipulação venha de onde vier e seja de que tipo for.

A «conversa» da nacionalização não pega... e se for necessário os leitores arranjarão uma solução para não perder o jornal, nem que seja adquirindo a posição do Estado.

MANUEL GUERREIRO — Benfca, Lisboa

Nós também não aceitamos nem toleramos qualquer espécie de assalto ou manipulação. Foi isso mesmo que declaramos em documento tornado público na nossa primeira edição após a suspensão. Nós, e os leitores, encontraremos a solução.

A rádio voltou para trás...

Como estou doente e passo muito tempo em casa, tenho forçosamente de ouvir rádio. Ao princípio ouvia a Renascença, até que a estoiraram. Seguiu-se o Rádio Clube, a nossa «Emissora da Liberdade», até que o silenciaram. Estou «condenado» a ouvir a Emissora Nacional, a Amália, o António Mourão e agora, de vez em quando, um «cheirinho» de Zeca Afonso ou Sérgio Godinho, no que têm de menos importante: as canções mais inocuas.

Para cúmulo, há dias uma locutora insistia em que os ouvintes telefonassem a dar sugestões, e que pena tive de não dispor de telefone. É que o programa que transmitiam era tudo menos um programa informativo, e menos ainda um programa inserido num contexto revolucionário. Era o regresso ao fadinho lamuriento, às cançõeszinhas de roda, enfim, ao nacional-cançonetismo de que éramos obrigados a viver antes do 25 de Abril.

Lembro-me da resposta de uma ouvinte que estava contentíssima com o programa actual porque, dizia ela, «dantes só se ouviam canções que incitavam ao ódio». Quando é que isso aconteceu? Gostaria de perguntar a essa ouvinte desconhecida se são as canções revolucionárias que incitam ao ódio, ou a censura fascistoide que de novo se instalou aos microfones? Em matéria de rádio, estamos, isso sim, no 24 de Abril — e sem esperança de um novo 25.

Carlos Abreu S. Leitão — Lisboa

Porque é que se há-de ter medo...?

Leitor assíduo do «DL» depois dos seus dias de silêncio a ele regresso. O que quero perguntar é: o que se passa com a Imprensa? Ainda vejo televisão, mas já não consigo ouvir rádio. E daqui a pouco não conseguirei ler jornais. De manhã é o que se vê, à tarde não sei que lhes diga.

Donde vêm os dinheiros para tantos jornais que estão a aparecer? Só os jornais estatizados é que pedem dinheiro aos bancos? E os bancos de quem são?

Na provincia não há jornais, os que há são da manhã e no Porto. A Imprensa já está quase como dantes. Não diz tudo o que sabe, e o que diz é com muita cautela. Não sei porque é que já se há-de ter medo de falar. Na televisão, aquilo voltou. É a distância entre os locutores, bem engravatados, bons fatos, receitas de culinária, noticiário a despachar, do outro lado, as pessoas que são as mesmas, nem todas as pessoas mudaram, que querem saber o que se passa sem que lhes sejam criadas tantas distâncias.

Fala-se que os jornais, alguns jornais iam para a provincia. Bem seriam precisos. A falta de informação como ainda há pouco se provou torna as pessoas vítimas de quem com falsos argumentos e palavras doces as queira aproveitar.

Espero que o «DL» não caia nos vícios de já ter medo de dizer as coisas. Como seu assíduo leitor que continuo a ser é o meu desejo.

Feliciano Brás — Lisboa

Quem deu asas a Tenreiro?

Não tive grande surpresa ler que o Tenreiro tinha fugido (mais dia, menos dia, já se esperava...) mas admirada fiquei com o comunicado oficial. Então o senhor estava tão doente que teve de interromper a viagem para a clínica, e logo ficar em casa? E, tão doente e tão velho, conseguiu iludir a vigilância e escapar-se? Não me admira que a esta hora já esteja bem longe. E volto a perguntar como é que passou a fronteira? A propósito, gostaria que me respondessem: onde está o Silva Pais?

M. Helena Sequeira Silva — Lisboa

Sobre Henrique Tenreiro, a notícia de hoje é que, tal como a leitora bem supunha, ele já se encontra no Brasil. Quanto a Silva Pais, a última informação dava-o como detido em Caxias.

A GUERRA CONTRA A NATUREZA

Na cidade de Ho Chi Minh foi montada uma exposição de rimes de guerra, trágica evocação do que a luta de libertação nacional custou ao povo do Vietname do Sul, e, simultaneamente, ilustrativa da natureza e conteúdo das tarefas a executar a curto prazo.

A exposição realizou-se pouco tempo após as festividades do 30.º aniversário da formação da RDV e da vitória histórica do que oficialmente se denomina «Ofensiva da Primavera de 1975 e Levantamento Popular». Os organizadores apressavam-se a assegurar aos visitantes que a exposição não estava, de nenhum modo, completa, tendo sido rapidamente organizada por forma a integrar-se a tempo nas comemorações do 2 de Setembro.

Num jardim que conduzia às entradas principais da exposição, encontravam-se algumas armas capturadas aos americanos, incluindo duas enormes bombas de 7 toneladas que eram atiradas de pára-quedas para o alvo, a fim de se assegurar uma aterragem suave que impedisse o seu afundamento no solo, devido ao seu grande peso. No «nariz» apresentavam detonadores de 150 centímetros de comprimento para que a explosão se verificasse no sentido horizontal e não vertical, visto que o objectivo era provocar o máximo de danos possíveis à superfície do solo. Daí o nome com que os americanos as baptizaram «Daisy Cutters» (Cortadores de Malmequeres). Numa das salas da exposição, projectava-se um filme colorido americano, que tinha sido capturado, onde se viam estes «monstros» flutuando na descida, gerando, na explosão, uma nuvem de fumo com a forma de um cogumelo nuclear que se fragmentava numa espécie de fósforos, qual gigante selvagem no termo de uma gestação secular. Tudo se transformava num deserto plano abrangendo vários quilómetros quadrados onde não subsistia qualquer tipo de vida (oficialmente, segundo os americanos, estas bombas serviam para criar campos de aterragem para os helicópteros).

Vimos também uma «CBU 55», esguia, de cor branco-esmalte, «última palavra», e so-

fisticada arma assassina experimentada na Indochina. Conseguiu aspergir uma área «quase tão extensa como um campo de baseball», com um gás altamente combustível que, ao ser inflamado, consumia todo o oxigénio, provocando a morte de tudo o que se encontrava no seu raio de acção. Quando o correspondente no Camboja da Agência France Press, Paul Leandri, divulgou a utilização desta arma «top secret», os americanos ficaram furiosos. Leandri, foi, posteriormente assassinado por um oficial da polícia fantoche de Saigão quando divulgou que quem tinha primeiro entrado em Ban Me Thuot haviam sido tropas de montanheses e não norte-vietnamitas.

Outras das exposições aterradoras era uma guilhotina ambulante, que rodava pelo país desde 1959 executando «vietcongues» e suspeitos de «crimes contra a segurança do Estado» (Lei 10/59).

O mais horrificante, pelas suas profundas e duradouras consequências, como o demonstravam as estatísticas, eram os meios químicos e mecânicos, utilizados na destruição do meio ambiente: 43 por cento (13.000 km²) das plantações e dos pomares e 44 por cento das florestas do país (25.000 km²) irrevogavelmente destruídos. Em termos económicos, isto significa que as árvores têm de ser novamente plantadas, e, se nada irreparável aconteceu no solo, algumas das árvores de fruto crescerão e tornar-se-ão produtivas apenas ao fim de cinco anos, enquanto que outras, mais raras, entre elas as árvores fornecedoras de madeira, levarão séculos a crescer.

Se fosse possível graduar o horror e a destruição, citar-se-ia o caso do famoso mangal de U Minh que abrangia mais de 150.000 hectares da península de Ca Mau, na ponta austral do Vietname do Sul. Fotografias aéreas mostravam troncos e raízes ressequidos, com capim crescendo de permoio. Dois terços da floresta de U Minh foram irremediavelmente destruídos.

A destruição deste mangal gigante, adicionada à de mais 2/3 de outros 100.000 hectares, foi ordenada sob a suspeita de

abrigarem forças populares, ou seus simpatizantes entre as populações locais. Assim se racionalizava a fórmula: «Estão-se a salvar vidas de F.I.».

Toda esta área fora também um dos maiores viveiros de peixes do Vietname do Sul e, anteriormente, uma fonte inesgotável de mariscos muito apreciados, desde ostras e camarões a lagostas. Mas isso não constitui preocupação para os americanos, da mesma forma que o não foi cortarem e queimarem as raízes dos mangais de U Minh, que durante gerações foram importantes produtores de carvão vegetal de alto teor, muito valorizado para energia doméstica, não só em Saigão como em Hong-Kong e Singapura.

A região inteira tinha sido aspergida repetidamente com desfolhantes químicos, até toda a folhagem desaparecer. Tanto estas como outras atrocidades cometidas contra o meio ambiente foram investigadas por dois ecologistas americanos, o dr. Egbert Pfeiffer, da Universidade de Montana, e o professor Westing, do Colégio de Hudson, que se prestigiaram lançando uma campanha de protesto a nível mundial, através da conhecida Associação Americana para o Avanço da Ciência. Foram fotografadas áreas que mostravam centenas de hectares despidos de folhagem, onde apenas restavam algumas mangueiras. O que não sabiam é que depois das árvores estarem suficientemente secas, a área foi totalmente bombardeada com napalm, e o mangal de trezentos mil hectares reduzido a um mar sem fim de troncos enegrecidos.

Agrónomos sul-vietnamitas iniciaram um debate sobre a forma de recuperar o mangal de U Minh. Arar toda a área para cultivo de arroz? Optar por viveiros aquáticos, criando desde camarões a crocodilos? Plantar sementes por helicóptero, que levarão um século a desenvolver-se, até se atingir qualquer semelhança com a floresta prévia? Qualquer que sejam as opções, haverá, certamente, planos a curto e a longo

Por WILFRED BURCHETT

prazo, requerendo investimentos fantásticos, tanto em tempo como em dinheiro, para que a área florestal de U Minh volte a possuir uma fracção do valor produtivo que tinha antes dos peritos da guerra química americanos decidirem adicioná-la à sua colecção de alvos.

Tornei a visitar o distrito de Cu Chi, cuja capital se situa a cerca de 20 kms de Saigão. Fui lá, pela primeira vez, em 1964, na minha incursão em território recuperado pela FLN. Lembro-me perfeitamente de percorrer de bicicleta plantações de borracha, cana-de-açúcar e palmarés, plantações de citrinos, pomares de mangas e de outras árvores de fruto. Vilas típicas vietnamitas, cercadas de bambu, com hortas regadas por sistemas de aspersão. Cu Chi era um dos principais fornecedores de frutas e de vegetais do mercado de Saigão.

Com alguns dos meus companheiros de há onze anos, quando conheci Huynh Tan Phat, actual primeiro-ministro do GRP, guiados pelo mesmo quadro do partido comunista, Hai Quang, seguimos uns 30 km. no mesmo trajecto que previamente eu tinha percorrido de bicicleta. Já não existem as plantações, os pomares e as hortas. No seu lugar encontram-se centenas de hectares de planícies devastadas; cobertas somente pelo que localmente é conhecido como «erva americana».

Os 120.000 habitantes do distrito de Cu Chi eram olhados pelo Comando Americano/Saigonês como demasiado activos, residindo excessivamente próximo de Saigão para oferecerem garantias. Foram utilizados diversos meios para os colocar, ou atrás do arame farpado, ou para os fazer recuar. Os camponeses resistiram. Quando os faziam recuar, voltavam novamente talvez em menor número, mas com maior resistência. Foi uma luta de tracção, que durou 10 anos.

Como o explicou Hai Quang: «toda a área tinha sido atingida várias vezes por desfolhantes lançados de aviões, mas

Continua na pag. 18

CUBA PREPARA REFERENDO DA CONSTITUIÇÃO SOCIALISTA

ELOY CONCEPCIÓN

Um plano de actividades para garantir o voto de todos os cidadãos maiores de 16 anos no referendo para aprovar a nova Constituição socialista foi dado a conhecer na capital cubana.

O referendo efectuar-se-á no dia 15 de Fevereiro de 1976 e será feito por voto secreto e directo para aprovação da nova Constituição e da lei constitucional provisória.

Os Comités de Defesa da Revolução (C. D. R.), a maior organização de massas do país (4,8 milhões de membros), informou que entre as funções dos seus organismos de base está a de integrar as comissões do referendo.

Estas comissões organi-

zar-se-ão a nível municipal, regional e provincial e serão encarregadas, em cada uma das instâncias, de todas as actividades do referendo.

As mesas dos colégios eleitorais serão compostas por um presidente, um secretário, um vogal e um suplente.

Os C. D. R. orientaram os seus organismos de base para que se actualizem os registos de direcções, já que com estes documentos serão confeccionados os registos eleitorais e as listas de eleitores.

«Os colégios eleitorais funcionarão de acordo com o domicílio dos eleitores, atendendo fundamentalmente à actual estrutura dos C. D. R. e bases camponesas» — informaram

os dirigentes dessa organização.

O plano explica que em cada colégio eleitoral votarão 600 pessoas e que nas zonas densamente povoadas haverá uma ou mais assembleias de voto, que serão previamente seleccionadas, a fim de se garantir a autenticidade da votação.

Os C. D. R. darão informações sobre o lugar, dia e hora da votação.

Está previsto um plano de embelezamento e adorno de aldeias e cidades desde o dia 1 ao dia 14 de Fevereiro, em homenagem ao acontecimento histórico.

Durante estes meses, o povo cubano tem andado a discutir, a aprovar e a apresentar sugestões ou modificações ao projecto de constituição socialista, cujo texto foi dado a conhecer em 10 de Abril deste ano.

O anteprojecto vai ser submetido à aprovação do I Congresso do P. C. cubano, que actualmente decorre em Havana.

Na sua introdução, transcreve a frase do apóstolo da independência cubana, José Martí: «Quero que a lei fundamental da nossa República seja o culto dos cubanos à dignidade plena do Homem». («Prensa Latina»).

Nacional

"República" luta pela sobrevivência

O pedido de demissão do coronel Jorge Pereira de Carvalho e a exoneração da comissão administrativa, por parte do Conselho da Revolução, novamente fazem com que o jornal «República» corra sérios riscos de fechar as suas portas, ou, pelo menos, de alterar a linha traçada pelos seus trabalhadores, depois de reabertura, no passado dia 10 de Julho, depois de 50 dias de paralisação.

A situação criada revela claramente que o problema, muito antes de ser económico, é político. Sob certos aspectos, o «República» pode ser considerado um jornal «mal comportado». Sem director, sem comissão administrativa, sem obter uma resposta concreta a nível do Poder, o jornal está em perigo de cair numa incómoda posição de ilegalidade. Para já, há a impossibilidade de movimentação das contas bancárias, o que, como é óbvio, vem causando inúmeros transtornos.

Nos contactos mantidos entre a comissão de trabalhadores e o Conselho da Revolução, este na pessoa do capitão Souza e Castro, nada ficou decidido. O porta-voz do C. R. fez saber, apenas, que o pro-

blema referente ao «República» não havia sido tratado aquando das medidas tomadas em relação aos jornais, facto em tanto estranho, uma vez que somente este órgão poderia nomear um novo director e uma nova comissão administrativa. Entretanto soube-se que o Conselho da Revolução decidiu transferir a questão do «República» para o Conselho de Ministros. Esta medida fez com que os trabalhadores do jornal temam quanto a um desfecho favorável para eles, que dizem: «O C. R. não pode negar a decisão tomada no dia 10 de Julho, ao abrigo da legalidade revolucionária. Seria negar-se a si próprio». E a resposta que encontram para as perguntas que fazem, é sempre a mesma: «Tudo é resultado do 25 de Novembro».

EXIGÊNCIAS

Acusando que está a ser empurrada para «políticas de gabinete» entre Belém e São Bento, sem conseguir falar com o Presidente da República ou com o Primeiro-Ministro, procurando a todo o custo que o «República» se mantenha tal como está, a comissão de tra-

balhadores não aceita que o caso transite do C. R. para o Conselho de Ministros. Neste sentido, exige que o Conselho da Revolução continue a assumir a responsabilidade que assumiu no passado dia 10 de Julho, nomeie outra comissão administrativa ou aceite a proposta dos trabalhadores, aprovada em plenário do jornal.

Numa carta dirigida ao Presidente do Conselho da Revolução, onde é recordada a decisão de 10 de Julho, em que se reafirma que a comissão administrativa cessante salvaguardou o património de tradições antifascistas do jornal, que jamais pertenceu a qualquer partido, lembrando que esta salvaguarda significou o regresso do «República» à sua verdadeira missão histórica, apartidária e unitária na defesa dos trabalhadores, é renovada a única proposta considerada viável: «Que o C. T. se encarregue de propor ao C. R. a nomeação de uma comissão administrativa composta por trabalhadores da empresa que ficará com a responsabilidade de prestar contas da gestão da empresa.»

Nesta nomeação os trabalhadores não aceitariam pressões de ordem política que os afastassem dos princípios que defi-

niram para o jornal. No mesmo documento, é lembrado que a C. A. demitida pelo C. R. prontificou-se a permanecer nas suas funções até à nomeação de uma nova. O plenário dos trabalhadores considerou ainda que «o jornal «República», pelas razões aduzidas, deve estar fora e acima das distribuições dos jornais pelos partidos (ou soluções afins), antes devendo ser exemplo da primeira tentativa na Imprensa portuguesa de uma prática revolucionária de controlo operário da informação».

Com 190 trabalhadores, à espera de uma solução, com uma tiragem diária de 40.000 exemplares — depois de 90.000, antes dos jornais «estatizados» voltarem a ser publicados — depois de arrecadar em poucos dias 2.600 contos, numa grande demonstração de solidariedade por parte dos trabalhadores e antifascistas, lutando para amortizar as dívidas deixadas por outras gestões e decidido a manter-se ao serviço dos explorados, o «República» está novamente envolvido numa situação que a sua condição de jornal pequeno, corajoso e combativo tornou uma constante na sua história: a de luta pela sobrevivência.

Jornalistas do Norte condenam a direcção do Sindicato

«Tomar a posição, de acordo com os estatutos, de apoiar a convocação de uma assembleia geral extraordinária com a seguinte ordem de trabalhos: demissão da direcção do sindicato; eleição de uma comissão directiva provisória e marcação de novas eleições» — foi um dos pontos aprovados ontem, por maioria (diferença de um voto em relação aos restantes presentes num total de 23) em assembleia da delegação do Norte do Sindicato dos Jornalistas.

A proposta constava de um extenso texto aprovado já na generalidade em assembleia anterior e que foi, entretanto, distribuído a toda a classe no Porto.

Na assembleia de ontem diversos jornalistas fizeram duras críticas aos actuais corpos gerentes do seu sindicato (onde alguns já se demitiram), acentuando particularmente a linguagem partidária utilizada nos comunicados e a passividade face aos graves problemas enfrentados pelos jornalistas.

A direcção do Sindicato (delegação do Norte) refutou os

termos da proposta apresentada à discussão na especialidade e à votação, nomeadamente quanto aos considerandos, que classificou de «falsos, demagógicos e sem nenhum fundamento». Os considerandos em questão referiam-se, nomeadamente, à «linguagem provocatória utilizada em documentos e comunicados à classe», ao alheamento dos «interesses profissionais da classe», à «não divulgação de resoluções» da assembleia geral, ao «silêncio cúmplice sobre as investidas do poder político contra a informação» e ao «desprezo a que a direcção do Sindicato tem votado os problemas concretos da classe, como a contratação colectiva, o código deontológico, a carreira profissional, etc.».

Esta assembleia da delegação do Norte do sindicato foi a última de uma série de quatro, todas suscitadas pela discordância de largos sectores da classe face à actuação da actual direcção. Estão já marcadas para Janeiro próximo novas assembleias em Lisboa e no Porto para deliberação sobre este mesmo problema.

Inquérito ao "Diário do Alentejo"

Na sequência do abandono da empresa por parte dos administradores, iniciou-se já um inquérito à firma Carlos Marques — Indústrias Gráficas, S.A.R.L., proprietária do «Diário do Alentejo», determinado por despacho do ministro da Comunicação Social e nos termos do Decreto-Lei 660/74.

Da comissão nomeada para avaliar a real situação da empresa, tendo em vista a intervenção estatal, é constituída pelo capitão-tenente António Salvador Neves de Carvalho (que preside), e pelos dres. Pedro Pinto de Sousa (economista) e Manuel Jacinto Vargas Madeira (advogado).

A publicação do «Diário do Alentejo» foi interrompida em 30 de Agosto, por dificuldades financeiras e a empresa encontra-se neste momento em situação de falência técnica, pelo que urge a tomada de medidas governamentais, sem as quais ficarão no desemprego mais de cinco dezenas de trabalhadores.

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SETÚBAL

MOÇÃO

Os Delegados Sindicais Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, reunidos no dia 16 de Dezembro de 1975 em plenário no INATEL, exigem a imediata libertação de todos os civis e militares progressistas, considerados implicados na sublevação militar de 25 de Novembro, e a respectiva reintegração nos seus cargos anteriores.

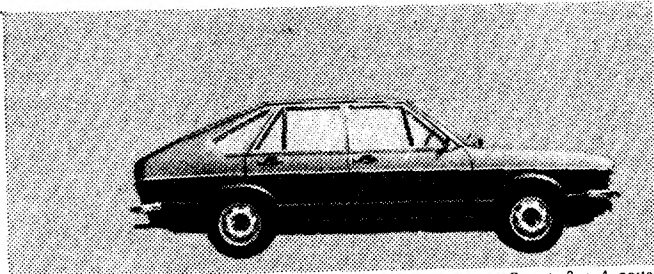
Setúbal, 16 de Dezembro de 1975



MANUEL NUNES BATISTA

FALECEU

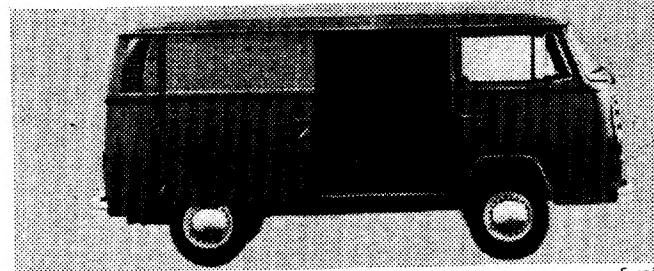
ILDA AUGUSTA BATISTA, MANUEL AUGUSTO NUNES BATISTA, sua mulher e filhos, MÁRIO AUGUSTO NUNES BATISTA e sua mulher e filhos e mais família, cumprem o doloroso dever de participar o falecimento de seu marido, pai, sogro, avô e parente e que o funeral se realiza hoje às 15,30 horas da Igreja do Sagrado Coração de Jesus para o Cemitério dos Prazeres.



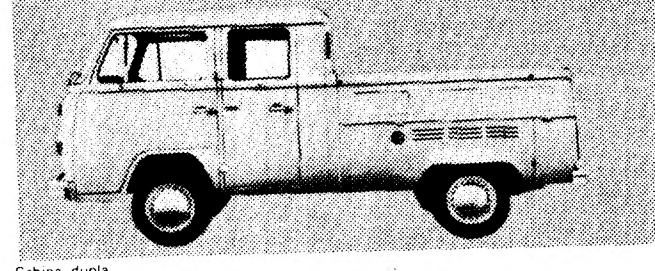
Passat, 2 e 4 portas



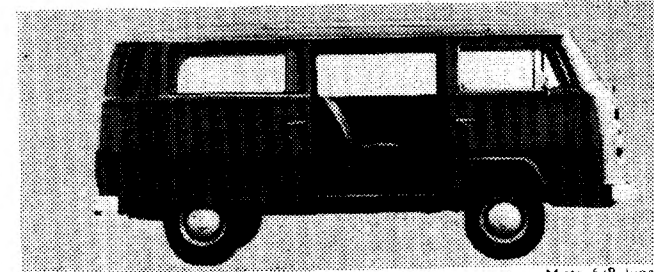
Passat Variant



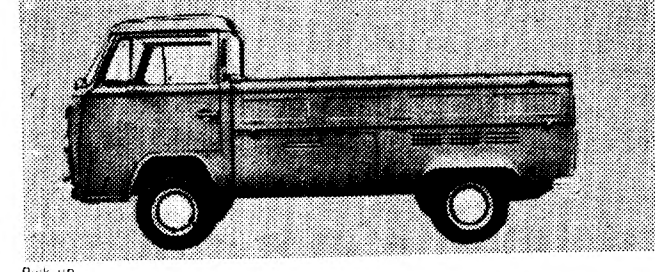
Furgão



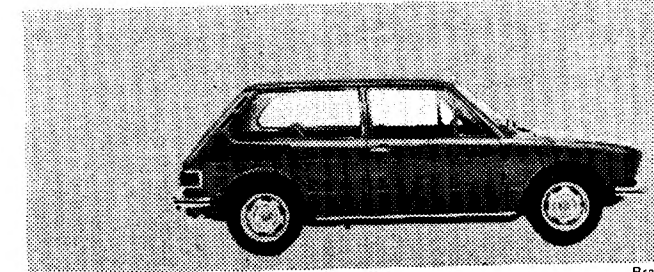
Cabina dupla



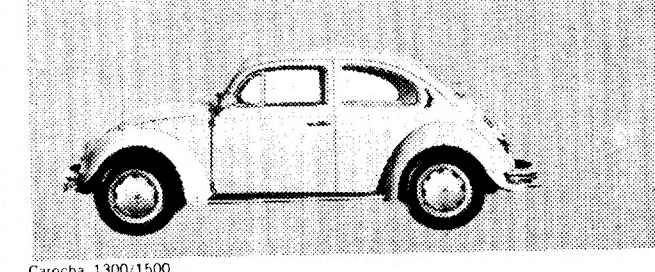
Mista 5/8 lugares



Pick up



Brasília



Carocha 1300/1500

UM PROGRAMA DE BOM SENSO

VIATURAS DE ALTA QUALIDADE E DE LONGA DURAÇÃO COM GARANTIA DE UM ANO SEM LIMITAÇÃO DE QUILOMÉTRAGEM

COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM TODO O PAÍS COM ALTO VALOR DE REVENDA APÓS LONGOS ANOS DE SERVIÇO

UM VOLKSWAGEN É SEMPRE UM BOM INVESTIMENTO



Volkswagen Portugal

Automóveis, I.d.a. E Agentes em todo o país

Nacional

Saramago (com humor)

"Fui dissolvido, não posso ser suspenso"

«Se o Conselho da Revolução me dissolveu, não há lugar a suspensão, tanto mais que, ao ser convidado para director-adjunto do «Diário de Notícias» não era funcionário da empresa» — diz o escritor e jornalista José Saramago numa carta endereçada ao actual Conselho de Administração da Empresa Nacional de Publicidade, proprietária daquele matutino de Lisboa. Anteontem remetida e recebida ontem muito provavelmente, a carta de Saramago constitui por assim dizer um esclarecimento e é de certo modo uma graça por escrito à desarticulação, nem sempre evitável na burocracia que o cumprimento das regras por vezes implica.

Invocando o seu «ofício de escritor, e de jornalista, de tempos a tempos» e bem assim o que um e outro (ou um só) implicam exigem («que me preocupe muito com as palavras», diz a poeta de «Provavelmente Alegria»), Saramago dirige-se ao C.A. da E.N.P. e informa-a: «não pode suspender-me». Assim mesmo. «Normalmente não seria preciso explicar porquê, mas — diz, — a total obliteração de que essa Administração dá provas — diz, referindo-se à ordem de serviço publicado por este órgão — impõe-me o misericordioso dever desta ajuda».

A «ajuda» de Saramago: «É realmente sabido que o Conse-

lho da Revolução me dissolveu. Não existo portanto como director-adjunto do «Diário de Notícias», o que bem se compreende perante a já existência de outro director-adjunto: é lei elementar da física que dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar. «Uma sugestão que Saramago faz: «Uma sequência lógica imporia, como ordem: a) suspensão; b) demissão, mas nenhuma outra. Que resta a essa administração? — pergunta o signatário. — Confesso que não sei muito bem, nem o caso me toca. Talvez demitir-me, o que, aliás, terá de fazer com data anterior à da nomeação do actual director-adjunto, pela supracitada razão física... Mas — pergunta ainda Saramago, depois da preplexidade suspensão das reticências — será possível admitir alguém que antes fora dissolvido?»

Saramago chama ainda a atenção da actual administração para uma impossibilidade: «nem sequer posso demitir-me, vista a minha concreta (por via do C.R.) situação de dissolvido.» Todavia, acrescenta: «não recuso nenhuma responsabilidade das acções jornalísticas realizadas enquanto fui director-adjunto do «Diário de Notícias». Já no domínio das considerações pessoais, Saramago pede ao actual C.A. da E.N.P. que «note também que não a considero qualifica-

da para julgar essa responsabilidade». Então? — «Quem o seja, não sei: entre tantas comissões de inquérito, alguma se poderá encontrar que queira ocupar-se de mim».

Em tempo: o actual C.A. da E.N.P. é constituído por três elementos, um militar e dois civis: o coronel Andrea, Fernando Lyon de Castro e Fernando Oneto. Foram nomeados pelo Conselho de Ministros no passado dia 9 do mês corrente.

Em tempo ainda e para mais amplo esclarecimento do leitor: José Saramago foi suspenso no dia 16.

PAUL DIJOURD VEM A LISBOA

Para uma visita oficial de dois dias, a convite do secretário de Estado da Emigração, dr. Rui Machete, chega a Lisboa na próxima segunda-feira, às 10 horas, acompanhado de uma delegação, o secretário de Estado da Emigração francês, Paul Dijourd, que se fará acompanhar de uma delegação.

Do programa respectivo divulgado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, consta uma visita à Secretaria de Estado da Emigração, às 11 e 30 do mesmo dia; e da parte da tarde, audiências sucessivas com o ministro dos Negócios Estrangeiros e o Primeiro-Ministro; às 18 e 30, no Palácio das Necessidades, conversações entre os secretários de Estado da Emigração francês e português, acompanhados

das respectivas delegações.

A noite Paul Dijourd oferecerá um jantar em homenagem do dr. Rui Machete, na Embaixada de França.

Na terça-feira, dia 23, o secretário de Estado da Emigração francês será recebido em audiência pelo Presidente da República, general Francisco da Costa Gomes, às 15 e 30 horas. Seguir-se-á, às 16 e 30, no Palácio das Necessidades, a segunda e última sessão de conversações entre os secretários de Estado da Emigração francês e português, acompanhados das respectivas delegações.

A noite, o dr. Rui Machete oferecerá um jantar em honra de Paul Dijourd.

O secretário de Estado da Emigração francês partirá de

regresso ao seu país às 23 e 30 de terça-feira, em avião especial.

Inquérito

ao Rádio Clube

O Rádio Clube Português só deverá recomençar as suas emissões após as conclusões do inquérito que ali decorre, por determinação do Conselho da Revolução. A comissão nomeada para efectuar as respectivas investigações é constituída pelo tenente-coronel João José Pinho do Sacramento Gomes, major de Infantaria Fernando Ramos dos Reis e capitão Luis de Oliveira Martins.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

AV. 5 DE OUTUBRO, 87-1.º — SETÚBAL

COMUNICADO

ELEIÇÕES PARA OS CORPOS GERENTES DO SINDICATO

Mandato de Janeiro de 1976 a Dezembro de 1978

CAMARADA,

Como é do teu conhecimento realiza-se no próximo dia 22 do corrente, das 18 às 22 horas, a Assembleia Geral para a eleição dos Corpos Gerentes deste Organismo — Mandato de Janeiro de 1976 a Dezembro de 1978.

Funcionarão mesas de voto nos seguintes locais:

SETÚBAL	— Sede do Sindicato
ALMADA	— Delegação do Sindicato
MONTIJO	— Banda Democrática 2 de Janeiro
SEIXAL	— Sociedade União Seixalense
PALMELA	— Pavilhão das Festas das Vindimas
ALCÁÇER SAL	— Câmara Municipal
GRÂNDOLA	— Soc. Musical Fraternidade Operária Grandolense
ALCOCHETE	— Casa do Povo
SANT. CACÉM	— Sociedade Harmonia
SINES	— Instituto de Obras Sociais
SESIMBRA	— Câmara Municipal
MOITA	— Bombeiros Voluntários da Moita
BARREIRO	— Sede do Luso Futebol Clube

Os eleitores deverão votar nas mesas do concelho onde trabalham e deverão identificar-se no acto da votação através do cartão de sócio ou na sua falta por meio de bilhete de identidade ou qualquer outro elemento de identificação com fotografia.

Setúbal, 17 de Dezembro de 1975

Pel' O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Francisco Ventura Soares Feio

Dinheiro em casa guardado... perigo redobrado!

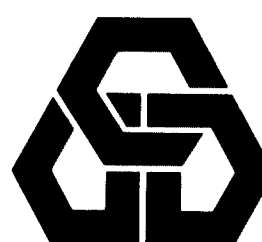


Guardar dinheiro em casa é inútil. Arriscado. Perigoso. Na Caixa Geral de Depósitos pode depositar o seu dinheiro com juros até 9,5%!

Se todos depositassem o que se entesoura inutilmente nada tínhamos que recear! Deposite! Dinheiros parados não movem países!



9,5%



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

Nacional

Portugal: que futuro? (3)

A crise económica só se resolve por via revolucionária ou por via repressiva

— ponto de vista do M.E.S.

Do ponto de vista político e económico, que perspectivas se abrem actualmente ao País?

Para dar aos nossos leitores uma visão o mais ampla possível das questões que ora se colocam aos portugueses, fizemos a pergunta a numerosos partidos e agrupamentos políticos portugueses. Depois de termos, em números anteriores, publicado as respostas do MDP/CDE (Vitor Dias), CDS (Basílio Horta), PCP (Sérgio Vilarigues) e PS (António Reis), reproduzimos hoje as opiniões do MES e da UDP.

«A partir de agora, o movimento popular de massas passa a ter de contar exclusivamente com as suas próprias forças». Assim, o Movimento de Esquerda Socialista sintetiza a nova fase da luta de classes em Portugal que se iniciou com o 25 de Novembro, ao

mesmo tempo que, como organização da Esquerda Revolucionária, apresenta a sua perspectiva viável para o avanço na implantação do socialismo em Portugal. Razões para esta afirmativa do MES: a liquidação do MFA como força institucional e movimento pro-

gressista pela «assembleia golpista de Tancos», em Agosto, e o desmantelamento das posições progressistas e revolucionárias dentro das Forças Armadas, através dos saneamentos, das prisões e das passagens à disponibilidade em massa.

O MES diz que «a burguesia tem hoje, pela primeira vez no decurso do processo revolucionário, o caminho aberto para o restabelecimento do seu aparelho de Estado. Esta é a característica essencial da situação criada pelo 25 de Novembro. Sofremos já os efeitos de um processo político-militar classista, de um poder militar acima de tudo empenhado na reconstrução dos instrumentos de que a burguesia necessita para explorar, dominar e reprimir os trabalhadores e o povo».

Dentro desta linha, considera que «o golpe militar reaccionário de 25 de Novembro encerra, portanto, não só uma fase do processo revolucionário como abre também, uma nova fase da luta de classes em Portugal» e lembra que «a grande e inevitável prova de força entre a burguesia e a direita militar, de um lado, e o movimento popular e as forças revolucionárias, do outro, ainda não se deu».

Afonso de Barros, membro da Comissão Política do MES, não acredita que o sucesso das forças ditas moderadas no 25 de Novembro seja maior do que as dificuldades que os sectores que elas representam terão para vencer os sérios obstáculos que têm pela frente, mesmo com o auxílio do imperialismo internacional que a apoiou e apoia. «Não basta ter nas mãos instrumentos de pressão ideológica (rádios, televisão e jornais) nem dispor de esquemas de repressão. Falta-lhes capacidade para enfrentar a crise económica do País, que é muito profunda».

Afonso de Barros explica o seu ponto de vista, a lembrar que após o 25 de Abril toda a estrutura económica portuguesa foi alterada: primeiro, com a perda das colónias, que eram grandes fontes de acumulação; depois, citando a notória e crescente crise do capitalismo; a seguir, a causa citada é a grande diminuição nas remessas dos emigrantes, que eram um dos pilares da economia nacional, vindo em seguida a transferência que o encerramento de vários sectores, bem como outra crise: a do turismo.

«Uma reconversão só pode ser feita dentro de uma via revolucionária, em que os trabalhadores saibam por que trabalham, ou então, se preferirem, por uma via repressiva, com a intensificação dos ritmos de trabalho, com aumentos de horários, aumento de preços e congelamentos salariais. Quer dizer: por uma via violenta que tem os seus limites».



A crise do capitalismo é mundial e não poupa as grandes potências mundiais (Afonso de Barros, M. E. S.). Na foto, uma furgoneta de um vendedor ambulante no «ghetto» negro de Detroit.

Quanto aos auxílios externos, Afonso de Barros manifesta as suas dúvidas e as do seu partido: «A burguesia conta com a ajuda do imperialismo. Mas este auxílio não poderá ser tão grande assim ao ponto de vir a «salvar» Portugal. A crise do capitalismo é mundial e não poupa as grandes potências imperialistas. É claro que eles não se privarão de nada ou farão cortes nos seus orçamentos só para mandar dinheiro para Portugal. A crise é particularmente, deles».

O MES realmente acredita que os conflitos continuam a ser acentuados e que os trabalhadores foram longe demais depois do 25 de Abril, para desistirem ao primeiro golpe mais forte nas suas determinações.

AS MEDIDAS REPRESSIVAS VÃO CONTINUAR EMBRUlhADAS EM DEMAGOGIA — opinião da UDP

Por sua vez a resposta da UDP à nossa pergunta é a seguinte:

«O 25 de Novembro representou uma forte guinada à direita — o VI Governo considera que agora sim, já tem condições para governar. E eis à vista de todos o seu programa em prática — prisões em massa de militares antifascistas, dissolução de estruturas democráticas nos quartéis e desmobilização maciça de soldados, rusgas a casas particulares e colectividades populares, cercos a zonas inteiras por impressionantes dispositivos bélicos, supressão de contratos colectivos, controlo cerrado à Informação estatizada, devolução de propriedades ocupadas segundo a lei da Reforma Agrária, desalojamento de moradores de casas ocupadas por forças militares e policiais...»

Estão além disso anunciadas, ou já tiveram mesmo lugar, medidas económicas como o aumento do preço de géneros essenciais (arroz, açúcar, gasolina, café, tabaco, etc.).

Podemos estar certos que este Governo procurará golpear uma a uma, todas as conquistas do nosso povo.

Sempre temos dito que das duas uma: ou o movimento po-

pular avança em direcção a uma sociedade nova organizada segundo a vontade dos trabalhadores ou, se o povo o permitir, avançam os fascistas que farão abater sobre as massas populares uma nova ditadura fascista. Esta tem sido a nossa análise e estamos certos que mantêm a sua actualidade.

Defrontamo-nos neste momento com um Governo que não sendo fascista, é um Governo de direita fortemente antipovo e repressivo. E assistimos a um grande avanço dos fascistas com a cumplicidade do VI Governo, não só no conjunto do País, e isto é que é novo, dentro do próprio aparelho de Estado. Digam os senhores ministros o que disserem e tenham os elogios que teçerem, nem por isso Jaime Neves e Pires Veloso perderão o seu carácter de fascistas e se transformarão em revolucionários... Como exemplo do que dissémos, veja-se se era alguma vez pensável, há três meses atrás, que Pires Veloso fosse proposto para o Conselho da Revolução e Jaime Neves fosse promovido a herói nacional!

Contra este Governo os trabalhadores terão que continuar a lutar em 1.º lugar porque ele está disposto a arrancar-lhe as suas conquistas essenciais e isso é um facto que nenhum palavreado «democrático» consegue esconder; e em segundo lugar porque ele se alia, encobre, elogia inclusivamente os fascistas, abrindo caminho aos piores inimigos do nosso povo: o fascismo e o imperialismo americano.

É verdadeiramente criminoso este Governo que arremete sobre a única força capaz de barrar o caminho ao fascismo: o povo organizado nos seus organismos de vontade popular e solidamente unido — todas as suas camadas: empregados e operários, camponeses pobres e médios e assalariados agrícolas, pequenos comerciantes e pequenos industriais, intelectuais e estudantes.

E é verdadeiramente criminoso esconder esta situação como faz o P. S. e até mesmo o PCP quando diz que está no Governo para combater uma viragem à direita — a viragem já se deu. É claro que estes partidos não são apenas responsáveis por desarmarem o povo para o combate antifascista, eles são responsáveis a par com o PPD pelo próprio

Governo repressivo. É preciso não o esquecer!

Temos dito e continuamos a dizer aos trabalhadores que não devem confiar no Partido de Alvaro Cunhal que desempenha para com o povo explorado o papel de falso amigo. Ao longo deste VI Governo e, em particular, os acontecimentos do 25 de Novembro, viu-se na prática como este partido se serve das massas trabalhadoras para conquistar mais lugares no aparelho de Estado; quando lhe convém «manda» o povo para casa, como o fez no 25 de Novembro, altura em que era imperioso mobilizá-lo contra o estado de sítio.

As perspectivas que se abrem são pois estas: as medidas repressivas vão continuar embrulhadas em demagogia (pois se no Governo até está um partido que se diz «comunista»!), ao mesmo tempo que os fascistas avançarão com a benevolência dos governantes (veja-se os casos de Kaulza e Tenreiro). Do ponto de vista económico fala-se já de desocupações, desnacionalizações, abertura mais rasgada ao imperialismo, etc. Para o povo promete-se agravamento do preço dos géneros essenciais, das rendas de casa, do desemprego e congelamento de salários. Para os camponeses em especial a política governamental de os levar à ruína não dá mostras de mudança.

Bem entendido, estas são as intenções dos governantes, as intenções dos exploradores tanto nacionais como estrangeiros. O povo tem que se opor com unhas e dentes a isto: tem que se unir, e organizar a ampla frente em defesa das conquistas democráticas através da centralização dos organismos de vontade popular; tem que se opor a cada uma das medidas repressivas, lutar contra o decreto das buscas, lutar pelo fim imediato das perseguições a antifascistas e pela libertação dos militares antifascistas presos, lutar contra a repressão nos quartéis, defender as ocupações de casas e a Reforma Agrária, denunciar o controlo da Informação e as mentiras oficiais, impor a saída dos contratos colectivos suspensos.

Só o povo pode defender as suas conquistas, que o Governo vai tentar arrancar uma a uma.

Amanhã: Os pontos de vista do P. P. D. e do GIS.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Direcção-Geral dos Assuntos Culturais

Divisão de Fomento das Relações Culturais Externas

EDITAL

BOLSAS DE ESTUDO PARA A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

A Direcção-Geral dos Assuntos Culturais faz saber que está aberto até ao dia 15 de Janeiro de 1976 o concurso para a atribuição das seguintes bolsas de estudo, oferecidas pelo Governo da República Federal da Alemanha, no âmbito do respectivo acordo cultural, para as férias de Verão de 1976:

1) Goethe Institut:

Bolsa para cursos de língua alemã num estabelecimento do Goethe Institut, com a duração de dois meses, destinados a assistentes e estudantes a partir do terceiro ano universitário, com excepção dos estudantes de Germanicas.

2) Universidades Alemãs:

Bolsas para cursos de férias em Universidades alemãs, com a duração de 3 a 4 semanas, destinadas a assistentes e estudantes de Germanicas.

Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos:

- Requerimento, em papel selado, dirigido ao Director-Geral dos Assuntos Culturais, a solicitar a admissão ao concurso;
- Impressos a solicitar a esta Direcção-Geral, devida e completamente preenchidos;
- Certidão das habilitações literárias, donde constem as classificações obtidas;
- Duas cartas abonatórias de especialistas nas diferentes especialidades.

Todos os esclarecimentos serão prestados pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, dentro das horas de expediente, na Rua Ocidental ao Campo Grande, n.º 83-1.º piso (Edifício da Biblioteca Nacional), Lisboa-5.



Nacional

PREVIDÊNCIA SEM DINHEIRO

— as consequências estão à vista

O problema das farmácias do Porto e dos beneficiários da Previdência residentes no Norte que a partir de Janeiro não poderão adquirir medicamentos se os não pagarem imediatamente, caso a Previdência não satisfaça a dívida de cerca de cem mil contos que contraiu com aqueles estabelecimentos, foi inserido num conjunto de problemas muito mais vasto daqueles serviços pelo vogal da Comissão Administrativa dos Serviços Médico-Sociais, Ana Maria Mesquita, em entrevista publicada no «Jornal do Comércio» de hoje.

A falta de verba levou a Previdência à situação de falência, não lhe permitindo por consequência satisfazer não só o pagamento dos medicamentos às farmácias, como a não liquidar outras dívidas. Naturalmente que a situação de falência é resultante dos desvios praticados durante o reinado de Salazar-Caetano. De 1963 a 1975, a Previdência apresentou um lucro de 19 milhões de contos, acumulados à custa dos enormes descontos sobre o salário das massas trabalhadoras do País. Pois enquanto estas tinham uma «assis-

tência» médico-social deficientíssima, esse capital pago pelos seus esforços era canalizado para a guerra colonial (14 milhões de contos), para empréstimos a grandes empresas e a capitalistas. A juntar a estes abusos, há as despesas de administração e as dívidas dos patrões que a cobro da política do abuso não pagavam como deviam as contribuições relativas aos trabalhadores que estavam ao seu serviço. Também agravaram a situação de falência os aumentos das regalias sociais conquistadas pelos trabalhadores depois de 25 de Abril de 74.

A mesma fonte de informação citou, ainda a propósito

de dívidas, alguns pagamentos que os patrões continuam a não satisfazer... «Assim, os patrões deviam 133 mil contos em Setembro à Caixa de Previdência do Comércio do distrito do Porto; 360 mil contos, em Agosto, à Caixa da Indústria; 360 mil contos, em Setembro, à Caixa Têxtil e 33 mil contos em Maio à Caixa de Previdência dos Serviços Médico-Sociais.»

Claro que estes valores foram nesta altura já ultrapassados e o montante é muito superior. E pergunta-se: até quando o Povo Português terá ainda que pagar os abusos que à sua custa e na sua ignorância foram cometidos por Governos repressivos?



O alarme veio do Porto: farmácias recusar-se-ão, já em Janeiro, a aviar receitas da Previdência. É previsível que o movimento se estenda à capital

NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Vamos ter menos quatro províncias

Portugal terá sete províncias e duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) se for aprovada a nova divisão administrativa agora proposta pelo Ministério da Administração Interna.

De acordo com o projecto, os actuais 18 distritos e 11 províncias seriam reagrupados, para efeitos de administração regional, nas seguintes áreas e províncias:

Área metropolitana do Porto (capital: Porto), abrangendo concelhos dos distritos de Aveiro (1) e Porto (8);

Província do Minho, Douro e Trás-os-Montes (capital: Porto), abrangendo os distritos de Braga, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real, e concelhos dos distritos do Porto (9) Viseu (9), Guarda (3), e Aveiro (7);

Província da Beira (capital: Coimbra), abrangendo o distrito de Coimbra, concelhos dos distritos de Viseu (14), Aveiro (11), Guarda (11), Leiria (10), Castelo Branco (4) e Santarém (1);

Província da Estremadura e Vale do Tejo (capital: Santarém), abrangendo concelhos dos distritos de Leiria (6), Lisboa (6), Santarém (19), Castelo

Branco (8) e Portalegre (2);

Área Metropolitana de Lisboa (capital: Lisboa), abrangendo concelhos dos distritos de Lisboa (8), Setúbal (9) e Santarém (1);

Província do Alentejo (capital: Évora), abrangendo os distritos de Beja e Évora e concelhos dos distritos de Portalegre (13) e Setúbal (4);

Província do Algarve (capital: Faro), correspondente ao distrito de Faro;

Província dos Açores (capital: Angra do Heroísmo), abrangendo os distritos de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada;

Província da Madeira (capital: Funchal), correspondente ao distrito do Funchal.

Os órgãos da administração provincial seriam, ainda segundo o projecto agora em discussão, o Conselho Provincial e a Comissão Executiva.

O MAI deverá apresentar na sequência do projecto, uma proposta para ser discutida a nível regional e local da criação de agrupamentos de concelho e respectivas funções e competências.

MADEIRA

Últimos retoques na criação da Junta

Coincidindo com a grave crise económica que o arquipélago da Madeira atravessa (turismo, bordados, construção civil), a criação da Junta Administrativa e Desenvolvimento Regional será agora completada com o estudo e preparação dos últimos diplomas legais que a constituem.

O governador do distrito do Funchal, brigadeiro Carlos Azeredo, participará nas reuniões a nível governamental que se iniciam, em Lisboa, na próxima segunda-feira, nas

quais serão discutidos os diplomas que concederão um crédito especial para suporte dos encargos com a criação da Junta Regional.

Admite-se que da Junta farão parte representantes do PPD (partido maioritário nas eleições de Abril, no Arquipélago) e possivelmente do PS além de alguns independentes.

Entretanto, na Madeira, a actividade terrorista da «Flamam», movimento separatista, paralisou completamente após o 25 de Novembro.

As dissidências

na Câmara de Gondomar

Porto, 18 — Relativamente ao encontro de representantes de partidos, efectuado no Governo Civil do Porto sobre as dissidências havidas na Câmara Municipal de Gondomar, a comissão concelhia do PCP daquela vila, em comunicado distribuído aos órgãos de Informação, esclarece que «os representantes do PCP presentes ao encontro na qualidade de observadores não deram o seu apoio a quaisquer critérios de

recomposição da comissão administrativa da Câmara de Gondomar. Nomeadamente, é falso que tenham aceite fórmulas decorrentes do resultado das eleições para a Assembleia Constituinte e também não é verdade que tenham aceite a proposta de substituição do actual presidente por elementos do PS e do PPD. A posição do PCP para a solução da crise (...) será oportunamente divulgada».

na Filipe Folque um supermercado que conta consigo



Agora inteiramente ao seu serviço. Remodelado. Dentro da melhor tradição em alimentos frescos. Maior gama de produtos. Melhor acolhimento. Numa zona em que se justifica plenamente. Reabertura de mais um Supermercado. O Supermercado que lhe convém.

Pão de Açúcar
NUTRIPOL
A. C. SANTOS

Trabalho

NA METALURGICA LUSO-ITALIANA

Plenário denuncia manipulação

Os trabalhadores da Metalúrgica Luso-Italiana discordam vivamente de uma notícia recentemente publicada pelo jornal «A Luta», acusado de «porta-voz da mais abjecta manipulação e alienação da opinião pública».

Na notícia em causa, visava-se a comissão de trabalhadores daquela empresa, citando-se um abaixo-assinado, subscrito por 173 trabalhadores da M. L. I., de apoio a Costa Gomes e denúncia da forma de actuação da C. T. em 25

de Novembro.

Em plenário, com a presença de 332 dos 630 trabalhadores da M. L. I., com dois votos contra, decidiu-se repudiá-lo «energicamente a manipulação de que foram vítimas 173 camaradas nossos, porquanto foram

traídos na assinatura de um documento que pretende isolar a nossa C. T. do contexto geral dos trabalhadores da empresa».

O plenário expressou o seu «apoio incondicional» à comissão de trabalhadores, que, «em colaboração com outros organismos de base dos trabalhadores, sempre defendeu os interesses da classe trabalhadora na generalidade e portanto não é, evidentemente, isenta, antes pelo contrário, está comprometida no processo revolucionário com vista à atingir a sociedade socialista».

Por unanimidade, os trabalhadores decidiram suspender o mentor do referido abaixo-assinado «até conclusão do inquérito que a C. T. tem em curso».

C.I.R.E.S.

A administração tenta dividir os trabalhadores

Está a decorrer, neste momento, um inquérito aos trabalhadores dos escritórios da C. I. R. E. S. (Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, S. A. R. L.) que poderá levar ao despedimento de alguns desses trabalhadores.

A C. I. R. E. S. é uma empre-

sa com 50 por cento de capital japonês sendo o resto do capital nacional, cabendo a maior parte aos bancos Portugueses do Atlântico e Sotto Mayor. Conta actualmente com cerca de 200 trabalhadores, estando 15 nos escritórios de Lisboa e os restantes na fábrica, em

Estarreja, no Norte do País.

A administração, segundo os trabalhadores, com métodos que recordam os da PIDE «pretende que os trabalhadores denunciem os seus camaradas, tentando assim dividi-los e despedir aqueles que mais se evidenciaram na luta contra a exploração e a interferência capitalista, neste caso japonesa».

Entre os trabalhadores dos escritórios que estão em perigo de ser despedidos, encontram-se um membro da comissão de trabalhadores e uma delegada sindical.

QUEM FAZ SAIR AS DIVISAS?

«Num momento em que o País precisa de consumir produto nacional, empresas nacionalizadas continuam a exigir nos seus cadernos de encargos, material estrangeiro» — afirma a Comissão Mista de Trabalhadores da EFACEC (Porto) num comunicado, no qual explica:

«A C. E. R. G. E. fez recentemente uma consulta a diversas firmas nacionais, para o fornecimento de 10 monoblocos. A EFACEC apresentou dois orçamentos, respectivamente com material nacional e estrangeiro» — prossegue a comissão de trabalhadores desta empresa. No entanto, a obra foi entregue à «ASEA», apesar da EFACEC ter apresentado orçamentos inferiores.

A comissão de trabalhadores considera «anti-operária e sabotagem económica coeren-

te com a lógica burguesa, as preferências feitas por materiais estrangeiros feitas por empresas nacionalizadas».

FARMACIAS QUEREM RECEBER A CEM POR CENTO

Na sede da secção norte da Associação Nacional das Farmácias, em que estiveram representadas mais de 80, foi deliberado, depois de várias sugestões apresentadas pelos presentes, que os beneficiários da Previdência terão de pagar integralmente os medicamentos nas farmácias e depois insistir junto da Caixa de Previdência para que lhes seja pago o respectivo desconto. Tal determinação entrará em vigor a partir de 1 de Janeiro próximo.

Esta medida, agora tomada, deve-se ao facto de as farmácias se encontrarem em situação crítica motivada pelo atraso de pagamento da Previdência, que no distrito do Porto não paga há, pelo menos, três meses, ascendendo o débito a cerca de 100 mil contos.

Desta tomada de posição vai ser dado conhecimento a todas as farmácias, por meio de uma cópia da acta da reunião levada a efeito.

Bancários do Porto

discutem presença na Inter

Em reunião de delegados sindicais (presentes cerca de 150) do sector bancário do Norte foi debatido o problema da permanência na Intersindical, com vista à preparação do plenário, que terá lugar hoje, no pavilhão do B. P. M. e onde, naquele problema, através de votação, será objecto de deliberação da classe.

A reunião, em que a direcção apresentou o problema e solicitou aos delegados sindicais um esforço de mobilização para uma comparencia em massa no plenário caracterizou-se já pela definição de dois blocos mais significativos neste sector sindical dos serviços.

Assim, um bloco mais numeroso (onde sobressaem os sec-

tores socialista e de esquerda) parecendo apoiar nesta primeira auscultação, a permanência na Intersindical. Todavia, segundo nos informa um dos delegados sindicais por nós contactado, só o plenário de sexta-feira decidirá da posição da classe onde, acrescentou, os sectores afectos ao P. P. D. e ao C. D. S. são muito numerosos.

Destes últimos sectores, têm partido ultimamente tentativas de contratação da actual direcção, a qual englobando elementos de diversas opções políticas, tem, na prática, desenvolvido um esforço no sentido de orientar os interesses da classe acima de preocupações limitadamente partidárias.

NOTAS OFICIOSAS

CAMIONISTAS PARA O IRAO

Nota oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros:

«O jornal «Tempo» publica na primeira página uma notícia correspondente a uma hipótese de trabalho no Irao, para meio milhão de portugueses.

O relevo dado à notícia leva esta Secretaria de Estado a comunicar que, de momento, se encontra em Portugal um delegado daquele país para concretizar um programa de trabalho apenas para 1100 camionistas.

Embora haja a maior receptividade e estejam em curso vários contactos para a colocação de portugueses no estrangeiro, retornados ou não de Angola, a verdade é que, em termos oficiais, não existem indicações que permitam, de qualquer modo, prever de imediato um volume de colocação que se aproxime do indicado».

Em ABRANTES o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na firma Casa Martins, Lda. Praça Visconde de Abrançãha

PATRÕES LIVREIROS DEVEM CUMPRIR TABELA

Nota oficial do Ministério do Trabalho, sobre o conflito dos livreiros:

«Apos análise dos elementos disponíveis na Secretaria de Estado do Trabalho sobre o diferendo que opõe a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros aos trabalhadores, o ministro do Trabalho determinou se acelerasse o estudo económico do sector, já em curso.

Nos termos do mesmo despacho, as entidades patronais são solicitadas a dar cumprimento à nova tabela salarial até finalização do referido estudo e eventual renegociação, se as suas conclusões o aconselharem.

Entretanto, apenas ficam suspensas até aquele momento as cláusulas referentes a dotações mínimas (19.º), promoções automáticas (21.º), diuturnidades (35.º) e pagamentos retroactivos (Base II-n.º 2 e cláusula 2.ª n.º 1).

No prazo de cinco dias, os serviços fornecerão, a ambas as partes, cópias das actas das respectivas negociações, a fim de que as mesmas procedam — consoante desejo dos sindicatos — à clarificação de algumas

cláusulas que, por deficiência de redacção, se mostram controversas ou de difícil execução».

A SUSPENSÃO DE FUNCIONÁRIOS NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Do Ministério do Trabalho, recebe-se uma nota oficial sobre a suspensão de alguns funcionários daquele departamento, que publicamos na integra ao abrigo do art.º 15 da Lei de Imprensa:

«Alguns órgãos de Informação têm divulgado comunicados de certas organizações políticas onde se tecem considerações especulativas relativamente à suspensão de funcionários do Ministério do Trabalho. Em ordem a esclarecer correctamente a opinião pública, informa-se:

«1. — Sob proposta do magistrado sindicante à Secretaria de Estado do Trabalho, foram suspensos do exercício das suas funções o director-geral das Relações Colectivas de Trabalho, dr. José Barros Moura, e o director de serviços das Relações Colectivas de Trabalho de Lisboa, dr. Eugénio Rosa por solicitação do juiz sindicante e com o objectivo de não prejudicar a eficácia e o bom andamento dos trabalhos da comissão de sindicância, não foram divulgadas as razões determinantes das medidas tomadas, muito embora se possa adiantar que a proposta referida vinha genericamente fundamentada, em termos de se não poder dudar da legalidade e oportunidade da mesma.

Contudo, tal divulgação efectuar-se-á quando se entender oportuno, sendo para o efeito convidados os representantes dos órgãos de Informação.

«2. — Reatimada a suspensão dos funcionários Octávio Almeida e Irene Portela, os mesmos não foram objecto de qualquer medida proposta pela comissão de sindicância. Acontece que, em relação ao primeiro, foi determinada a sua suspensão preventiva em virtude de lhe ter sido instaurado um processo disciplinar. Na realidade, o referido funcionário fez imprimir e mandou tirar 500 fotocópias de um comunicado partidário, utilizando para o efeito equipamento do Ministério.

«Quando à funcionária Irene Portela, não foi até ao momento tomada qualquer medida disciplinar, continuando a mesma a fazer parte dos quadros da Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho.

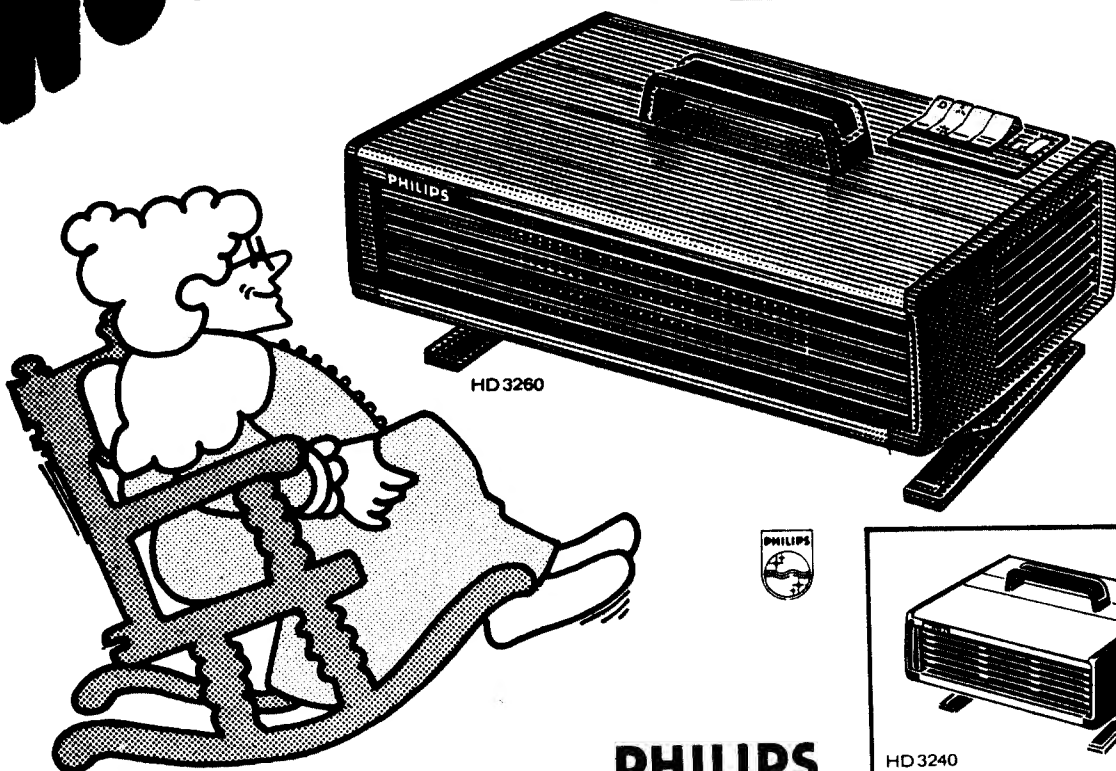
«3. — O caso do eng.º Faria e Silva já foi devidamente esclarecido. No entanto, aproveita-se para informar que aquele senhor nem sequer é funcionário deste Ministério, mas antes professor catedrático das cadeiras de Análise Matemática II e IV da Academia Militar; exerceu apenas as funções de director de serviços da Formação Profissional em regime de acumulação, situação essa que está a ser investigada.

«4. — Desmentem-se, pois, formalmente as caluniosas afirmações que se têm em certos comunicados, assemelhando a insinuação no sentido de que as medidas de suspensão tomadas o foram em virtude de denúncias da entidade patronal e de reacções patronais. Para além do direito que os patrões têm de apresentar as suas queixas, o qual se reconhece, aproveitamos para informar que a maioria das mesmas queixas são provenientes de comissões de trabalhadores, de organizações sindicais e de trabalhadores a título individual.

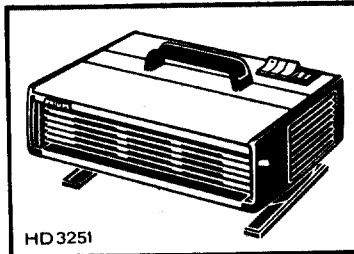
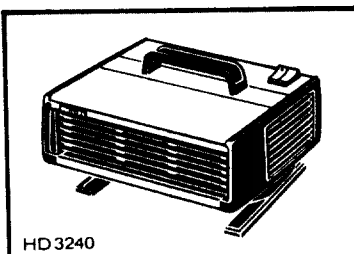
«5. — Entende o Ministério do Trabalho que determinadas organizações políticas ajudariam melhor os funcionários agora suspensos se, ao invés de tentarem manipular a opinião pública e os trabalhadores, fornecessem elementos à comissão de sindicância que pudessem atestar a idoneidade dos funcionários em questão.»

NOVOS Termoventiladores Philips

a temperatura do seu conforto



- Aquecem rapidamente o ambiente, mantendo-o à temperatura desejada, termostaticamente controlada.
- Duas posições de aquecimento.
- Duas velocidades de ventilação, quente ou fria.
- Acabamento de metal, revestido de PVC, imitando teca, que se harmoniza com qualquer decoração.
- Termostato de protecção e lâmpada piloto.
- Três modelos disponíveis.
- Um ano de garantia.



Philips faz parte da sua vida

Trabalho

A GREVE DOS LIVREIROS, NO PORTO

O Sindicato do Comércio vai processar a P.S.P.

Enquanto a greve das livrarias, prossegue hoje, em Lisboa, por decisão tomada em plenário de trabalhadores convocados especialmente para o efeito, no Porto, a luta assume características diferentes, depois da carga que a Polícia

ontem efectuou, sobre cerca de 200 livreiros concentrados frente ao Governo Civil, no sentido de apoiarem a recepção de uma sua delegação, que pretendia relatar ao ministro Almeida Costa — em visita àquela cidade — os aconteci-

mentos do dia anterior, em que as mesmas forças policiais já tinham actuado contra os trabalhadores.

Ainda na capital do Norte, o respectivo Comité de Luta convocou um plenário de tra-

balhadores do comércio, com o objectivo de serem estudadas e decididas formas de luta contra o patronato livreiro e a repressão policial.

Entretanto, no sentido de encontrar uma plataforma de entendimento entre as duas partes em litígio, o Ministério do Trabalho publicou uma nota oficiosa, que publicamos noutra local, em que solicita às entidades patronais que deem cumprimento à nova tabela salarial, «até finalização do estudo económico do sector e eventual renegociação, se as suas conclusões o aconselharem».

Vinte feridos (sete dos quais receberam tratamento no hospital) é o balanço da carga à bastonada praticada por elementos da P. S. P. sobre empregados livreiros do Porto que, ontem, à tarde, se concentraram frente ao comando daquela corporação, onde funciona também o Governo Civil do Porto, com o fim de se avistarem com o ministro da Administração Interna que ali se

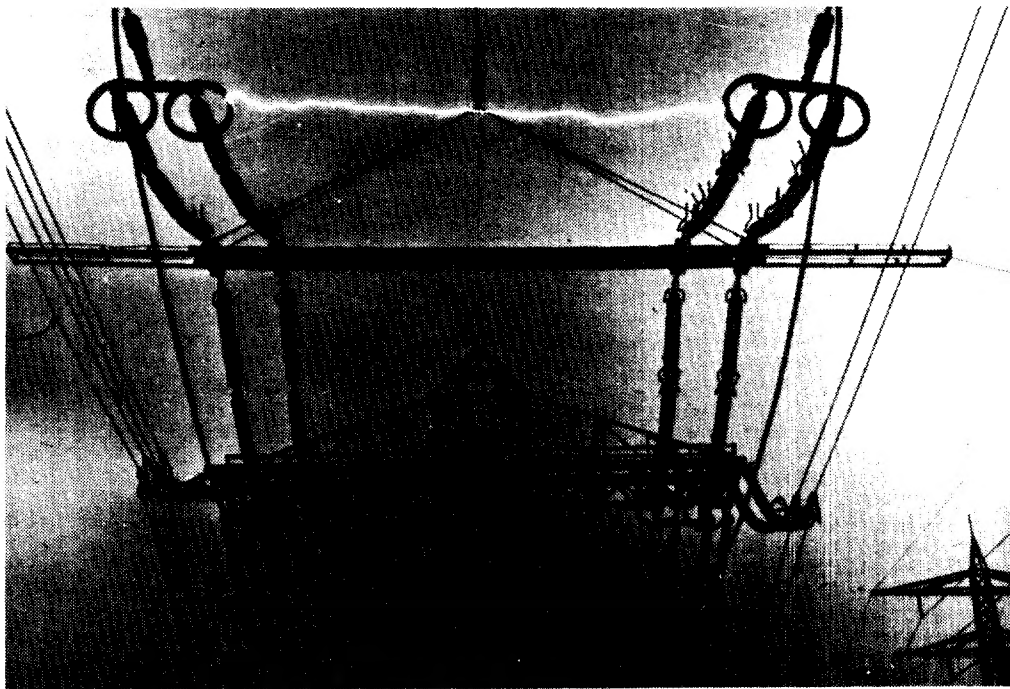
deslocou para participar numa reunião de trabalho. Como é do conhecimento público, os trabalhadores livreiros encontram-se em greve desde antontem por não verem cumprido o seu contrato colectivo de trabalho, já aprovado e determinado pelo Governo. Dado que os piquetes de greve feitos pelos trabalhadores, procurando impedir o funcionamento dos estabelecimentos que não aceitam encerrar as portas têm vindo a ser dispersos pela P. S. P. pretendiam aqueles trabalhadores, concentrados frente ao Governo Civil, pedir ao comandante Almeida Costa que fosse posto termo à repressão de que estão a ser vítimas por parte daquela política, segundo nos declarou o respectivo presidente do Sindicato que acrescentou: «Os patrões é que desobedecem ao Governo e a Polícia carrega sobre os trabalhadores. Organizamos piquetes de greve e a P. S. P. carrega sobre nós. Isto só quer dizer — adiantou ainda — «que, nesta altura, estão já a acabar com a liberdade sindical».

«POLÍCIA FORA DAS LIVRARIAS, JÁ!»

Já depois de terminados os incidentes, uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito do Porto (sector de Editores e Livreiros) acompanhada por um elemento da U. S. P./Intersindical tentou avistar-se com o ministro da Administração Interna, a fim de lhe relatar o que se estava a passar com a Polícia. Viram, contudo, gorados os seus intentos pois foi-lhes dito que o ministro estava numa reunião. Na circunstância, decidiram enviar àquele membro do Governo um «telex» narrando os acontecimentos.

Posteriormente, aqueles elementos deram uma conferência de imprensa durante a qual afirmaram: «Esta conferência de imprensa resulta da interferência abusiva e da acção da P. S. P. Não há direito à greve? Por que carregou, então, sobre nós a Polícia? Se-

Continua na pág. 17



ELECTRICISTAS ELEGEM DIRIGENTES SINDICAIS

Começaram hoje em Lisboa, e prosseguem amanhã, as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Electricistas do Sul. Concorrem duas listas, «A» e «B», sigladas, respectivamente, «Pela Unidade da Classe Operária por Grandes Sindicatos Operários», e «Contra o Fascismo, pelo Socialismo, Unidade Revolucionária».

As eleições decorreram já nos distritos de Faro, Santarém, Portalegre, Setúbal, Évora e Beja, na quarta e quinta-feira. Em Lisboa a votação tem lugar na sede do Sindicato, das 13 às 22 horas.

LISTA A: SINDICATOS VERTICAIS DE CLASSE

A lista A propõe-se fazer do Sindicato «um órgão de defesa intransigente dos nossos interesses imediatos, mas principalmente atribuir-lhe o seu verdadeiro papel: escolas do socialismo, baluarte para a revolução». Dois dos seus elementos pertenceram a anteriores direcções e três à lista derrotada no último acto eleitoral.

O seu programa aponta como funções da Intersindical a «coordenação da luta a nível nacional», criticando-a nos seguintes termos: nela «os burocratas social-fascistas, nas costas do proletariado, propuseram a alguns governos leis antioperárias, bem como aceitaram tudo destes, como se estivessem já num regime de ditadura do proletariado».

Defendendo a criação de sindicatos verticais de classe, a lista A condena «os chamados sindicatos de caldeirada, isto é, colocar no mesmo sindicato operários, administrativos e até técnicos e administradores». Pretendem os candidatos, igualmente, «acabar com a divisão do proletariado, suprimindo delegados e comissões de delegados por profissões na mesma fábrica, acabar com os sindicatos de profissão organizados a nível distrital ou nacional, criando em sua substituição grandes sindicatos de indústria à escala regional e nacional».

O programa desta lista aponta como tarefas: dinamizar o nosso trabalho nas fábricas, nas empresas, nos campos, condição indispensável para a participação de todos os nossos camaradas filiados; papel dos delegados, dos conselhos de delegados e das delegações; transformação dos sindicatos de profissão em grandes sindicatos de indústria; reestruturação e dinamização dos órgãos do sindicato.

Os candidatos pretendem defender diversas reivindicações de carácter económico (salários mínimos, diminuição do leque salarial, desemprego, fim das horas extraordinárias, luta pelas 40 horas semanais e 30 dias de férias com subsídio) e reivindicações de carácter social. Outros pontos do programa: contratação colectiva, pleno emprego, tarefas no plano político, controlo operário, dinamização cultural e formação sindical de novos dirigentes.

LISTA B: SINDICATOS VERTICAIS DO SECTOR

A lista B propõe-se lutar pela «defesa intransigente dos interesses de todos aqueles cuja única riqueza é o produto da venda da sua força de trabalho», e é proposta por um grupo de trabalhadores electricistas. Integram-na elementos com experiência sindical, muitos dos quais pertenceram a anteriores direcções, democráticas e antifascistas.

Do seu programa, consta a defesa da unidade e da central sindical única (Intersindical), no seio da qual «devemos discutir as linhas fundamentais da orientação mais justa e adequada à nossa situação, na luta pelo Socialismo».

A lista B é partidária da verticalização sindical por sector, entendendo que a classe operária «não estaria a assumir a sua responsabilidade se não soubesse ganhar para a sua causa outras camadas laboriosas da população». Criticando outras concepções, os candidatos escrevem, no seu programa: «Defender que dentro dos Sindicatos de raiz operária, na reestruturação que se pretende, só devem ficar os operários, seria extremamente perigoso para a própria causa da Classe Operária. Esta atitude, a concretizar-se, levaria a uma marginalização dos estratos intermédios do proletariado, como os empregados, os quadros, os técnicos, etc. Isto, no plano económico, permitiria a manutenção, pela sua parte, de privilégios de que em geral têm beneficiado; e, no político, levaria ao cavar ainda mais o fosso que divide uns de outros, perdendo de vista o objectivo fundamental que é a luta contra a classe exploradora».

A lista B propõe-se lutar contra os despedimentos, pelo controlo operário da produção, pela criação de melhores condições de higiene e segurança no trabalho e, no plano da contratação colectiva, pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Da lista B faz parte uma trabalhadora de 33 anos: Maria Idália Cerca Martins, delegada sindical da Plessey.

CONFORTAVELMENTE ECONÓMICO

OLAIO

feito fabricado em Portugal

Um Natal mais feliz num ambiente mais cómodo com móveis OLAIO.

- 1 - 4325\$00
- 2 - 1600\$00
- 3 - 4000\$00*
- 4 - 655\$00
- 5 - 6495\$00
- 6 - 1950\$00
- 7 - 4400\$00
- 8 - 660\$00

* Sem colchão
Entrega sem encargos

LISBOA - Rua da Atalaia, 36/46 - Praça de Alvalade, 18
Rua Pascoal de Melo, 83 - Rua Ferreira Borges, 26

PORTO - Rua 31 de Janeiro, 225/9
COIMBRA - Rua Rosa Falcão, 11/3
FUNCHAL - Rua 31 de Janeiro, 73/4

Nacional

"Prova liamba e diz-me se gostas"

Aler tados por uma denúncia telefónica, elementos à paisana da Secção de Justiça da P. S. P. entraram no bar «Alcapão» na Rua da Glória, e detiveram a empregada de escritório Maria Gutierrez, de 23 anos, natural de Beja. Motivo: a jovem fumava um cigarro de liamba (designação dada à marijuana originária de Angola) que, segundo confessou às autoridades, tinha adquirido horas antes, numa «boite» da mesma rua, a um desconhecido que lhe frisou: «Prova e diz-me se gostas, pois eu tenho lá em casa uns quilos largos deste material!». E quando saiu deu-lhe mais dois cigarros.

A estratégia é conhecida: de início os traficantes fornecem gratuitamente os futuros fumadores e quando o vício já é incontrolável passam a fornecer-lhes a droga a preços especulativos. Neste caso a denúncia teria partido de um elemento pertencente a um «gang» concorrente, num tráfico de índole mafiosa, em que

as disputas, não raro, atingem confrontação violenta.

A QUEDA NO ABISMO

Duas raparigas de quatorze anos foram surpreendidas pelas autoridades policiais, no interior de um barracão abandonado, nas imediações do Estádio de Alvalade, quando ali prenoitavam acompanhadas de quatro homens. E, na sequência desta ocorrência, o reflexo de um quotidiano dra-

mático demasiado repetitivo e com todas as implicações socio-económicas a ele inerente: uma das menores foi recolhida pelos pais, mas a outra (órfã desde tenra idade) teve de permanecer nos calabouços do Governo Civil, dado que os tios (seus tutores mais próximos) se recusaram a recebê-la em casa. Passando-lhe, deste modo, como que o atestado para uma «marginalidade irreversível».

M.G.

Viram morrer o camarada

PORTO, 19 — Três desconhecidos assaltaram, ontem à noite, cerca das 22 horas, a tesouraria dos Serviços de Transportes Colectivos desta cidade, na Avenida dos Aliados, e depois de se terem apoderado de 120 contos abateram a tiro de pistola o funcionário António Saraiva Delgado,

de 56 anos, residente na Rua Diogo Brandão, 139, em Vila Nova de Gaia, que lhes tentou impedir a fuga.

Pressionados pelas armas dos assaltantes, dois outros funcionários assistiram à morte do colega sem nada poderem fazer.

PUB

ORGANIZAÇÃO PRÓ-SINDICAL DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

A Comissão Directiva Regional Provisória, CDRP, a pedido dos representantes dos 4 projectos de Estatutos, divulga a seguinte convocatória de interesse para todos os trabalhadores da função pública:

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores da função pública dos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Portalegre, Santarém e Setúbal para o Plenário a realizar na respectiva capital de distrito, com a presença de representantes dos 4 projectos de Estatutos, e que terá a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Participação dos trabalhadores da função pública do distrito no processo de constituição do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública a nível da Região Lisboa/Sul.
2. Discussão e votação das «Normas Para o Processo de Constituição Legal do Sindicato e Aprovação dos Estatutos».

Os representantes dos 4 projectos de estatutos

Estes Plenários realizar-se-ão nas seguintes datas e locais:

DISTRITO	DATA	HORA	LOCAL
SANTARÉM	20/12/75	15 H.	PAVILHÃO DA AGRICULTURA
BEJA	21/12/75	15 H.	ESC.º IND. e COM. (Ginásio)
SETÚBAL	21/12/75	15 H.	ESC.º IND. e COM. (Ginásio)
PORTALEGRE	21/12/75	18 H.	HOSPITAL DISTRITAL
ÉVORA	22/12/75	20 H.	ESC.º IND. e COM.
FARO	27/12/75	15 H.	ESC.º PREP. AFONSO III
C. BRANCO	DATA E LOCAL A INDICAR OPORTUNAMENTE		

Dinamizar a Construção Civil

Comparticipação do Estado para 1.062 novos fogos

Na sequência de uma prática já iniciada, novos contratos de desenvolvimento da construção civil, nomeadamente no que toca à construção de habitações, foram celebrados entre o Fundo de Fomento da Habitação e empresas daquele ramo.

No total vão ser construídos nesta fase 1062 fogos e lojas que comportam uma despesa global de 424 222 contos. A semelhança de outros contratos de desenvolvimento celebrados com o Fundo de Fomento da Habitação, será respeitado o compromisso de ulterior compra pelo Estado de habitações a construir que em alguns casos atinge 100 por cento do volume da obra.

Nesta fase, foram aprovadas as seguintes iniciativas: 520 fogos na quinta da Princesa, Seixal, no valor de 205 655 contos, a construir pela Socopol e Sociedade Agrícola Quinta da Princesa, S. A. R. L., com financiamento do Montepio Geral. O Estado garante a compra de 75 por cento dos fogos: 20 fogos em Azurva, Aveiro, no valor de 8979 contos, a construir pela Caixa Geral de Depósitos e pela empresa Joaquim Damas, com financiamento da Caixa Geral de Depósitos, garantindo o Estado igualmente a compra de 75 por cento; em Silves, 32 fogos serão construídos em conjunto pela Caixa Geral de Depósitos e pela empresa A. J. Reis Neto, com financiamento da Caixa Geral de Depósitos, no valor de 14 350 contos; o Crédito Predial Português e a Opercal terão a seu cargo a construção de 384 fogos na Quinta das Flores (Aqualva-Cacém) no valor de 156 557 contos; 30 fogos serão construídos no Pote de Água (Setúbal), no valor de 11 316 contos (não incluindo o preço do terreno e infraestruturas), pela Empresa Urbisado e Caixa Geral de Depósitos com financiamento desta. O Estado garante a compra de 100 por

cento das construções. Ainda no Pote de Água, serão construídos 76 fogos no valor de 27 365 contos (não incluindo o preço do terreno e infraestruturas) pela Cooperativa de Habitação Habissul e a Caixa Geral de Depósitos, com financiamento desta. O Estado comprará 100 por cento.

A Secretaria de Estado dos Investimentos Públicos promoveu entretanto a concessão de

aval do Estado para o financiamento intercalar dos diversos empreendimentos, de modo a assegurar o início e continuidade das obras e a evitar atrasos no andamento dos trabalhos e a deterioração económica e financeira das empresas, cujos processos foram previamente aprovados pela Secretaria de Estado da Habitação do Ministério do Equipamento Social e Ambiente.



ANTÓNIO PEREIRA

CAPITÃO PARA-QUEDISTA

FALECEU

Sua mulher, filhos e mais família cumprem o doloroso dever de participar o falecimento do seu muito querido marido, pai e parente cujo funeral se realiza amanhã, às 10, 30 horas da capela do Hospital Militar Principal para o cemitério do Lumiar.

AGÊNCIA RODRIGUES

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

AVISO

Avisam-se todos os sócios do Sindicato que a segunda sessão da Assembleia Geral Ordinária, para apreciação e deliberação sobre o projecto de Orçamento Geral para o ano de 1976 (Art.º 31.º, alínea c), dos Estatutos), realize-se no próximo dia 30 DO CORRENTE MÊS (TERÇA-FEIRA), PELAS 20.30 HORAS, NO SALÃO NOBRE DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO, Rua Rovisco Pais, Lisboa, conforme ficou deliberado na sessão realizada no dia 12 deste mês.

NOTA: É necessária a apresentação do cartão de sócio do Sindicato

Lisboa, 18 de Dezembro de 1975

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Raul José Marques Nunes Manquinho

Nacional

Crónica cinegética

É urgente reforçar a defesa da caça

por NABAIS DA CUNHA

A caça indígena, lebre, coelho e perdiz, especialmente, já que a abetarda não é caçável de harmonia com o disposto no artigo n.º 266 do Decreto n.º 47 847, de 14-8-67, e a da sisão está reduzida a um exemplar nos termos do artigo n.º 52 do Decreto-Lei n.º 354-A, de 14-8-75 (devido à comprovada escassez destas aves, situação que se agravou grandemente nos passados anos, consequência da instituição verdadeiramente anómala de coutos de açambarcamento das espécies, aos milhares) carece, sem delongas, de ser alvo de mais eficaz protecção, incluindo medidas proibitivas da sua caça em mais extensas zonas, móveis e fixas, que as actualmente existentes.

No início da presente época venatória 75-76, a densidade da perdiz e da lebre já era acentuadamente comprometida, por baixa, como o comprova a descida de três para uma lebre e a continuação do condicionamento do abate da perdiz. De estranhar, porém, que tenha continuado a permitir-se o abate de 8 exemplares por caçador e dia de caça desta linda espécie, mesmo contando com o aumento de área caçável devido à medida moral da extinção do monopólio da caça através de coutadas autenticamente feudais que só beneficiavam, como está insofismavelmente provado, os utentes destas reminiscências feudais.

Quanto ao coelho, a sua densidade era relativamente satisfatória, dado que a mixomatose, surto epidémico que grassou com intensidade em toda a Europa durante cerca de 20 anos, é mais benigna presentemente. Mas essa melhoria de densidade, breve foi anulada tal a mortandade a que o roedor foi submetido devido à escassez das restantes espécies. E só escapará algum exem-

plar à sua sádica perseguição devido à proibição acertada do uso do furão.

A escassez destas espécies venatórias é patente, mais acentuadamente porém a lebre e a perdiz, como já se disse, pronúncio do seu próximo extermínio em extensas áreas se não forem conveniente e urgentemente defendidas mediante a adopção de medidas adequadas que as salvem.

É certo que a duração da época venatória tanto para as espécies indígenas como para as migratórias vem sendo muito acertada e salutarmente diminuída, como também foi limitado o número de peças a caçar. Atentemos, todavia, que a quantidade de caçadores tem aumentado progressivamente. É que a protecção dispensada aos animais da fauna se resumiu, durante anos consecutivos, a pouco mais que zero. Ora vejamos a oscilação do efectivo do exército de caçadores, muitos dos quais transformaram a prática do acto venatório em profissão; havia em 1938, 68 796 aficionados; em 1948, atingia já 124 957; em 1958, elevava-se à cifra de 142 411; em 1974, atingia 176 072 e em 1975 o número de caçadores deve exceder 200 000!

As espécies correm, portanto, risco eminente de extinção em grandes áreas, se a sua defesa não for urgentemente encarada e estruturada a sério, como aliás sempre deveria ter sido, com normas proteccionistas que sejam postas em prática rapidamente, pois está sobejamente provado que as actuais medidas não conseguirão, mesmo caçando apenas dois dias por semana, acautelar suficientemente a riqueza cinegética da sua perda mais ou menos próxima.

É certo, justo é salientar-se, que o país conta hoje com uma

apreciável rede de reservas destinadas exclusivamente (ou que deveriam ser, pois muitas delas têm sido invadidas por energúmenos que se afirmam caçadores) à protecção, refúgio (como eu admiro países que, como a França, instituem refúgios destinados a aves migrantes onde seja quem for pôde caçar) e fomento das espécies. Mas também é verdade, atentemos, que essas medidas não podem deixar de ser morosas tanto mais que estas reservas, louvavelmente instituídas, se fossem respeitadas evitariam a destruição da caça. Mas, lamentavelmente, esse respeito está ausente da mente de certa classe de «desportistas» que, abusivamente, as invadem sem reboço, transformando-as em açougues onde os furtivos vão pôr à prova as suas altas qualidades de atiradores e abastecerem-se de carne.

Entretanto, continuamos, desolados, a aguardar que a fiscalização entre a sério em actividade no sentido de «esclarecer» convenientemente aqueles que fingem ignorar que a riqueza venatória constitui um bem patrimonial da Nação. E que, como tal, merece e deve ser por todos sem excepção fomentado, protegido e respeitado.

Por outro lado, torna-se necessário em nosso entender que urgentemente seja dado cumprimento ao disposto no artigo n.º 43 do Decreto n.º 47 847 que dispõe oportunamente, se lhe tem sido dado cumprimento, que a concessão da carta de caçador (como a de ciclista, motorista, etc.) obedeça a um exame para verificação das aptidões e conhecimentos, que reputamos indispensáveis em qualquer caso, ao adequado exercício do acto venatório e não só — designadamente no tocante à regulamentação que rege a prática do acto cinegético e o manejo de armas, exame que deveria ser extensivo aos indivíduos já titulares daquele documento como condição indispensável da sua manutenção bem como a todos quantos sejam condenados por transgressão às disposições que regulam a caça.

"Bica" talvez a 4\$00

O Ministério do Comércio Interno «não garante a manutenção do congelamento de bens essenciais» decretado em 15 de Abril último e que vigorará até 31 do corrente, segundo revelou à ANOP um porta-voz da Direcção Geral do Abastecimento e Precos. De acordo com a mesma fonte, os bens de consumo cujos preços se manterão até ao fim do mês são, entre outros, a carne de vaca, cavalo, borrego, frango, etc. os óleos alimentares, o azeite, o açúcar, as farinhas, e pão, o bacalhau. O reajustamento dos preços destes produtos está em estudo, prevenindo-se que só o açúcar manterá o seu preço actual. Os aumentos são justificados com o déficit do Fundo de Abastecimento e Precos, que se eleva já a dez milhões de contos.

O aumento da «bica» está a ser estudado. No entanto, e ainda de acordo com o mesmo informador, esse aumento, «a haver, não será para mais de quatro escudos».

Estão também em estudo aumentos na gasolina e gás.

(PUBLICIDADE)

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO DISTRITO DE LISBOA

MINISTÉRIO DO TRABALHO OU DO CAPITAL?

1. A direcção do nosso sindicato sente que deve informar a classe das andanças em que tem andado e da autêntica «política do empurra para o outro» que os homens responsáveis deste País estão praticando quanto à resolução do nosso Contrato.

2. No passado dia 15 dirigimo-nos a S. BENTO no propósito de obter respostas a questões relacionadas com o nosso contrato e a situação política presente, nomeadamente: **Saneamentos à esquerda dentro do Ministério do Trabalho; libertação dos camaradas do J. Pimenta presos em CUSTÓIAS; revitalização do Sector da Construção Civil; inquérito ao Ministério do Trabalho e por último cumprimento da ACTA assinada pelo 1.º Ministro.**

Ora todas estas questões ficaram por resolver pois a pessoa que nos recebeu pouco ou nada adiantou de concreto. Então dirigimo-nos nesse mesmo dia ao Ministério do Trabalho, no sentido de aí tentarmos obter algumas informações que no Gabinete do 1.º Ministro não conseguíramos. Falamos então com uma secretária de Tomás Rosa que nos disse que iria marcar uma entrevista.

No dia seguinte, telefona-nos essa mesma senhora dizendo que era impossível a entrevista que havíamos pedido e que o Ministro do Trabalho não sabia de nada do que havíamos tentado obter em S. BENTO no dia anterior. Acharmos então que era a altura de esclarecer isto de vez e dirigimo-nos ao Ministério do Trabalho, logo de seguida.

Ao chegarmos ao Ministério, foi-nos logo dito que não poderíamos ser recebidos pelo Ministro. Essa mesma senhora não só nos disse que o Ministro não nos recebia, pois tinha a agenda sobrecarregada, talvez de patrões!, bem como mandou chamar as forças policiais que se encontravam no Ministério. Importa acrescentar aqui que estas mesmas forças não utilizaram a mínima repressão sobre nós, tendo sido até bastante compreensivos para com a nossa exigência. Nessa altura afirmamos que não recebávamos ser presos bem como reafirmamos a disposição dos trabalhadores em lutarem pelo cumprimento do que ficou acordado na ACTA assinada pelo 1.º Ministro e de que não cederemos um só milímetro no que quer que seja.

Foi-nos ainda dito que o Ministro exigia que disséssemos por escrito o que queríamos tratar, como se ele não soubesse!, e de que a entrevista será marcada quando ele muito bem quiser. Aí dissémos que era bom que o senhor Ministro se lembrasse que cada hora que passa representa um rol de sacrifícios para dezenas de milhares de trabalhadores e de que ele é responsável perante esses mesmos trabalhadores.

Em face da actuação do TOMÁS ROSA decidimos dar conhecimento destes factos, quer publicamente, quer na Presidência da República.

3. Camaradas, é importante que tenhamos conhecimento de quem sabota e traiçoa a nossa luta, quem está ao nosso lado e quem está contra nós, mas mais importante ainda é tomarmos medidas urgentes que levem com sucesso a nossa luta até ao final.

As questões que pusemos, exigimos uma resposta imediata e não andarmos de Caifás para Barrabás e de Barrabás para Caifás.

O nosso Contrato tem que sair cá para fora e que não se iludam os nossos inimigos, da nossa capacidade de luta. Não cederemos um só milímetro que seja. Os trabalhadores saberão encontrar a resposta eficaz em qualquer altura que seja necessário e temos ainda muitas formas de luta a adoptar, conforme as condições que tenhamos na altura pela frente.

A primeira etapa é a discussão conjunta do problema nas obras e nas empresas, junto das Comissões de Trabalhadores e dos Delegados Sindicais bem como vindo ao sindicato, quando para tal os trabalhadores acharem necessário.

A fase seguinte será prepararmos-nos para as lutas definidas por nós, para isso é necessária aquela **abnegação e unidade** que já demonstrámos em batalhas anteriores, pois só **unidos e organizados** levaremos por diante esta nossa luta **contra os salários de fome, pela saída do Contrato e pelo fim do desemprego e da exploração.**

EM FRENTE PELO CONTRATO VERTICAL
A LUTA CONTINUA

Lisboa, 18 de Dezembro de 1975

A DIRECÇÃO

Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa

Av. Visconde Valmor, 34-1.º Lisboa - 1
Telefones: 770274 - 763276 - 770066

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os sócios deste Sindicato para uma Assembleia Geral a realizar 27 de Dezembro de 1975, pelas 21 horas, na sede do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, sita na Avenida Visconde de Valmor, n.º 34-2.º em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Discussão e aprovação do montante de empréstimo para a Autocope
2. Condições e prazo do referido financiamento.

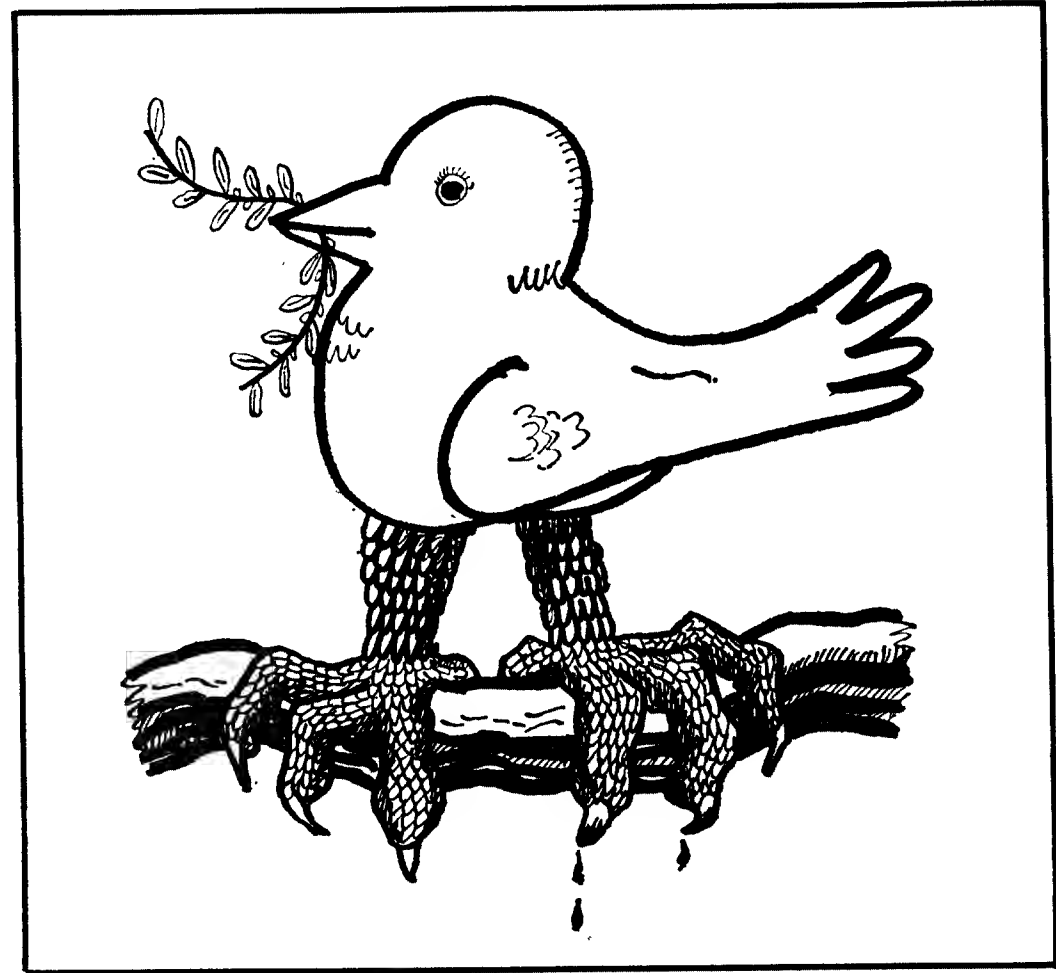
Lisboa, 19 de Dezembro de 1975

O PRESIDENTE DA MESA
DA ASSEMBLEIA GERAL

Geral



Contraluz da Igreja da Sagrada Família, obra do famoso arquitecto Gaudí (Antoni Gaudí i Cornet) e um dos principais cartazes de Barcelona



Desenho publicado no número de Novembro de «Oríflama», um dos dois mensários barcelonenses integralmente escritos em catalão

Barcelona, "cidade aberta"

A capital da Catalunha no início do pós-franquismo

Barcelona tem os mais belos mercados da Europa. Os mais vivos, os melhor abastecidos e mais sedutores, com os seus balcões à antiga. Dir-se-ia saídos de um conto fantástico: cachos de aves ainda inteiras, pirâmides de legumes e de frutos exóticos, tonalidades opalescentes e irisadas de chocos e de polvos. Tudo aquilo é de uma sinceridade reconfortante.

É que Barcelona está viva. Franco morreu e ela continua, imutável, a olhar o Mediterrâneo. Imutável, vai e vem, busina, consome. Volta as costas à Meseta e prossegue na sua existência afadigada de grande cidade mediterrânica, encostada às suas colinas, mais completa, mais poderosa por ter atingido os seus limites.

Barcelona, cidade aberta. Franco morreu. Os intelectuais falam. Estão cansados do kitsch governamental que há tanto tempo dá o tom. Constituem uma elite e não são, no entanto, elitistas. O que impressiona nessa vanguarda barcelonesa é a unidade. Todos, músicos, escritores, editores, arquitectos, jornalistas, designers, matemáticos, cineastas (estes pouco numerosos), têm as virtudes populares e lendárias atribuídas aos catalães: a energia e o bom senso.

Todos eles são bilingues. Falam castelhano (língua oficial), e catalão, reconhecido desde o decreto do passado 31 de Outubro, como «língua nacional». Pensem o que pensarem, esta dupla possibilidade linguística — no seu conjunto também falam bem o francês — é, para eles, um enriquecimento.

CRIAÇÃO COLECTIVA

Outra particularidade: a sua interdisciplina. Um milagre: *querem e podem* trabalhar em comum. De disciplina em disciplina, algo circula. O poeta, o músico, o pintor ou o arquitecto, fazem continuamente criação colectiva. Poder-se-ia dar dez exemplos: Tapiès assina, em *Cambio 16* (espécie de *Newsweek* espanhol) um artigo, sobre o catalão, escrito em catalão. Miró desenha o cartaz do Fútbol Club de Barcelona, por ocasião do décimo quinto aniversário deste clube. Brosa, o melhor poeta actual (depois de Espriu, poeta nacional dos catalães), colabora nos cenários de Portabella.

Mestres — Quaderny, o mais avançado dos jovens compositores («racional não dodecafónico»), trabalha com Eduardo Bonet (o mais dotado dos estatísticos actuais), nas leis que regem o acaso. Dessas investigações saiu *Ibemia*, primeira obra composta em espanha sobre o computador o que corresponde, como o nome indica, à Ibéria e os albeniz. Uma jovem, Ana Bofill, explora os mesmos caminhos deste compositor. É irmã de Ricardo, o arquitecto, e tem um papel importante no seio da sua equipa. O marido de Ana chama-se Bofill, o matemático-estatístico.

DE GAUDÍ A BOFILL

Nada a ver com o triste encerramento à francesa. É antes

a Mafia, no bom sentido — familiar — da palavra. Este «núcleo» tónico deve em parte a sua existência às circunstâncias políticas. Um mesmo movimento de oposição ao franquismo uniu todos esses intelectuais. «Até à morte de Franco, dizem alguns, era bastante confortável. Contentavam-se com ser antifranquistas, e isso bastava. Agora já talvez não baste».

No conjunto, todos se sentem aliviados. «Aconteça o que acontecer, de qualquer maneira, algo vai mudar». Todos esperam uma abertura. Sair enfim das catacumbas, desse relativo «underground» no qual estavam confinados contra vontade. O que censuram a Franco é o facto de ele ter querido matar a cultura, tal como Macbeth matara o sono. Atrassaram-se em comparação com a Europa. «Eles», os outros. Eles, os catalães, têm o forte sentimento de ser europeus. Desde a Idade Média que a sua terra é lugar de comércio e de passagem. Porque que se sabem mais criadores, alguns pensam que, graças a eles, a esterilidade da Espanha — de Madrid — desaparecerá em breve. Barcelona trabalha nesse sentido.

Nessa cidade de construtores que conseguiram fazer dela uma mistura harmoniosa de Génova, de Nápoles e do que seria Tunis se ela fosse gótica, os arquitectos constroem.

Tons, por exemplo, a quem se devem dois edifícios recentes e notáveis. O primeiro, no Paseo de Garcia, um grande banco a dois passos da Pedra de Gandi, cuja fachada — jogo de parábolas e de hipóboles em plástico — são uma resposta formidavelmente viva ao trabalho do grande visionário do modernismo. O outro, o banco de Bilbao, onde o uso do ferro natural como material de base (enferruja, como na Torre Eiffel) é, de certo modo, a assinatura daquilo a que Paul Morand chamava, numa das suas mais belas «Noites», a *eloquência industrial* de Barcelona.

Há também Bobigas, um dos mais prometedores entre os jovens, e Sert, o grande «mestre» a quem se deve a recente fundação Miró, e Coderch, Le Corbusien local, autor de quatro torres Trade, que estão actualmente a ser erguidas perto da Avenida Carlos III.

E depois, mais brutal do que todos mas mais inovador, há Bofill e o seu *talher*, uma equipa de umas cinquenta pessoas: arquitectos, investigadores mas também literados. Bofill é discutido. Mas o seu temperamento é indiscutível. Por exemplo, na sua obra mas recente. É, na periferia da cidade, um projecto chamado «Walden 7», que compreende uma série de mega-estruturas que integram no seu centro uma velha fábrica de cimento, intacta, onde o *talher* instalará os seus escritórios. O primeiro desses blocos (quatrocentos alojamentos) ergue-se, vazio, impressionante para quem o descobre como o Big John de Chicago. Não há dúvida: aqui trabalha-se no inumano. Essa manipulação dos grandes espaços e dos grandes volumes é espectacular. Mas será possível viver ali? Isso é outro

problema. A menos que seja o único... «Bofill é como os Trópicos. Melhor visto de longe que de perto!», dizem alguns. É preciso esperar.

«De momento, o que a Espanha precisa», diz Tous — «é um programa coerente de urbanismo. Vejamos o que se faz na Costa Brava. A arquitectura é o reflexo da sua sociedade. A corrupção do regime

fran... rou c... CAS... E C... Os... ao r... não... De f... dos... ritua... las s...



«O Gafanhoto», de Joan Miró, q

Fun... N...

O mais belo da Europa. Até p... de uma colina mediterrânica com Montjuich que, nunca se saberá se de Júpiter, e que domina a cidade, o... Foi ali que Sert, o grande arqui... da escola de arquitectura de Harvard e naturalizado americano — construiu ofereceu à capital da Catalunha. Con... onde há treze anos edificou o... de Maeght, Sert quis que uma arc... integrasse perfeitamente no seu amb... e os materiais da secular construç... «masia» estão presentes: cal branca... pátios e abóbadas...

Diferente daquilo que os mus... «concentracionários», onde a comp... das obras é demasiado intensa e... que este não se sinta em breve... nada disto. A transferência da cons... que suscita entre o exterior (as ár... e o interior (a obra de arte), e da cultura estão em perfeito equilí... do com o maior cuidado a cheg... e vital num edifício ao sol. É... refracta e se difunde harmoniosam... ma sombra à volta das obras de... que bata directamente nos olhos do...

ismo

ranquista era tal que desfigu-
ou o país.»

CASTELHANÓFONOS E CATALANÓGRAFOS

Os escritores menos presos
o real do que os arquitectos,
ão são livres na sua criação.
e facto, sentem-se incomoda-
os pela censura, pelos seus
ituais e os seus silêncios, pe-
as suas ambiguidades e pelas

FRANÇOISE WAGENER

suas sanções. E, apesar disso,
escrevem.

Pode dizer-se que, em Bar-
celona, constituem dois gru-
pos. Aquele que cria em caste-
lhano e corresponde, por alto,
à geração de 29. São os irmãos
Goytisolo (José Agustín, o poe-
ta, e Luís o mais jovem, roman-
cista que se arrisca a tornar-se
o Joyce espanhol), e também
o editor Carlos Barral. Carmem

Balcells que pratica com brio
uma profissão pouco exercida
em Espanha, sobretudo pelas
mulheres: agente literário. E
mais jovens, como Salvador
Clotar, hoje ligado ao taller Bo-
fill, ou Manolo Vasquez Montal-
ban e Gran Marsé, que animam
um excelente jornal humorísti-
co que é proibido uma em cada
três vezes, e que se chama **Por
Favor**.

Os outros são na sua maioria
catalanógrafos. Não só reivin-
dicam o direito a usar a língua
catalã porque é a sua, mas,
dizem, porque é mais ma-
leável, a mais aberta, e é um
instrumento literário melhor do
que se pensa.

Para nos convenceremos é
preciso ler e essa obra prima
desconhecida até hoje embora
traduzida para o francês que
se chama **a Praça do diamante**,
de Mercè Redodera. Uma Mrs.
Dalloway do povo barcelonês
e não da sociedade londrina,
monóloga. Há o casamento; há
a maternidade. Há a guerra ci-

vil. A fome. O segundo casa-
mento. A vida que passa.

A muito expressiva e enérgi-
ca Maria-Aurélia Capmany, au-
tora recente de **Memórias** tão
políticas como pessoais, tradu-
tora para o catalão de Pavese,
Calvino, Duras (entre outros),
sente-se confiante. Ela dirige
uma colecção e publica muitos
autores jovens. «Não são os
catalães da Catalunha que es-
crevem em catalão, diz ela.
Não se pode esquecer-se a
Maiorca. Lhorenc Villalonga,
por exemplo, eis um grande ro-
mancista a descobrir. E a poe-
sia...»

A tradição é fonte neste domí-
nio. Conhecemos Espriv. Devia-
mos conhecer Joan Brossa. A
sua fecundidade causa espanto.
É o autor de uma centena de
peças de teatro. E um dos pre-
cursores do «happening»,
quando nos anos 50 inventou
o «Accio Spectacle» que já in-
vertia os papéis do autor e do
espectador. Hoje dedica-se a
uma saborosa poesia visual,
perto da prestidigitação. Fala
do teatro, pouco desenvolvido
na península ibérica, e não só
devido à censura: «Os latinos,
que querem, fazem mais teatro
na vida do que no palco, ou
então fazem-no em segundo
grau!»

Brossa assegura que «tudo
mudará na cultura catalã em
menos de seis meses, se esta
conseguir dominar os seus
meios de comunicação. Se ela
conquistar, por exemplo, a sua
televisão, a sua imprensa. E is-
to é um problema político.»

Sim, todos o dizem mais ou
menos radicalmente, é um pro-
blema político. Basta de censu-
ra absurda. Logo após a amnis-
tia geral, é o seu primeiro de-
sejo, a sua primeira urgência.
Que liberalizem, que abram o
país, que dialoguem, que se
exprimam. E que se exprimam
na sua própria língua.

Quem falar de língua em
Barcelona, manipula autêntico
dinamite. Porque, enfim, o ca-
talão é falado por seis milhões
de homens na Catalunha espa-
nhola, e oito milhões ao todo
se contarmos com as ilhas Ba-
leares, a Andorra, a parte do
Rovssillon, de Aragão e da Sar-
denha, onde também é falado.
Oito milhões é mais do que
a população da Noruega, da
Finlândia ou da Irlanda. E, com
os seus 70.000 quilómetros
quadrados, a Catalunha (espa-
nhola) é maior que a Holanda,
a Dinamarca ou a Bélgica.
Olhem a Suíça, a África, certos
Estados norte-americanos, on-
de coexistem várias línguas...

Que deixem de pôr de parte
o catalão, «que o reconheçam
como língua de cultura.» Expli-
cam-nos longamente a dife-
rença entre «diglossia» e «bi-
linguismo». A diglossia é o uso
de duas línguas, uma das quais
é «principal» («Falem cristão!
«diz Madrid a Barcelona há já
quarenta anos», e a outra «do-
méstica». O bilinguismo é o
uso das duas línguas igualmen-
te «importantes», duas línguas
de cultura. Os catalães querem
que se admita o seu bilingui-
smo. O catalão acaba de ser
decretado língua «nacional»,
mas isso não lhes basta. Eles
querem que ela seja língua
co-oficial, com o castelhano.

A partir daqui seriam possí-
veis muitas coisas. A Escola,
a Televisão, a Rádio, a Impren-
sa, a Edição, o Cinema, tudo
o que existe sobrevive ou se
desenvolve, mas não livremen-
te. Os catalães insistem no fa-
cto de «não sonharem». Aquilo
que eles exigem, viveram-no
no tempo da República. Os ca-
talães sentem-se «ocupados»:
Os castelhanos seriam como
os ingleses na Índia há um
século: um Exército, uma
Policia, uma Administração,
presentes mas à superfície,
sem ligação com o povo.

Um tal sentimento é compar-
tilhado por um grande número
de pessoas senão, como seria
possível em «congresso da cul-
tura catalã» de que todos fa-



Outra obra de Gaudí no coração de Barcelona: a Casa Batlló

lam mas que nunca se vê?
Uma curiosa manifestação,
nem proibida nem tolerada por
Madrid (as subtilidades da arbi-
trariedade fazem com que as
coisas vivam em parte, no pre-
cário), que existe em estado
latente, cresce, renasce aqui
ou além, para desaparecer, lo-
go que surge no horizonte a
ameaça da guerra civil.

Isto dura há um ano. Com
a cumplicidade das asso-
ciações, numerosas na Catalu-
nia (cívicas, profissionais, des-
portivas, folclóricas, culturais,
ou chamadas «de bairro»), dos
encontros, das «quinzenas»,
das «semanas», dos debates,
das projecções, dos mini-con-
gressos locais, surgem nas ci-
dades, nos arrabaldes, noutros
lugares.

Tudo é tratado: o ensino em
catalão, a mulher, o cinema,
o pop... O colóquio. Torna-se às
vezes «meeting». Outras vezes é
interrompido.

Há um secretariado central
de coordenação, provavelmente
ligado ao da Assembleia da
Catalunha, uma assembleia
também inatingível mas com-
pletamente interdita por ser
política. Ela consegue o «com-
promisso histórico» à italiana
e reúne regularmente democra-
tas-cristãos e comunistas, en-
fim, toda a oposição catalã.

A 30 de Outubro passado al-
go aconteceu de semelhante,

no Palácio dos Desportos de
Montjich. No início de um re-
cital dado pelo cantor «políti-
co» Raimon nove mil pessoas
ergueram-se e acenderam os
respectivos insqueiros. Nove
mil chamas simbólicas, mesmo
em silêncio, sobretudo em si-
lêncio, não tem nada a ver com
o folclore.

Como irá isto acabar? Numa
autonomia regional, concedida
pelo Governo? E quando? Che-
gar-se-á, a longo termo, a um
compromisso federalista?

É de ver a dedicação das
equipas universitárias, investi-
gadores benévolos que traba-
lham noite e dia para o institu-
to de estudos catalães é de
ver a sua coragem, até porque
a clandestinidade comporta
riscos reais.

Tapiès conta que em 1908,
o seu avô, então presidente da
câmara da cidade, recebeu o
avô do actual rei, Afonso XIII,
que ali ia pela primeira vez.
Fez um discurso de boas-vin-
das, dos mais oficiais, perante
o Ayuntamiento, em castelha-
no, depois, em catalão. E, diz
Tapiès, «não só o mundo conti-
nuou a girar, como o meu avô
foi considerado pela rainha um
presidente muito cortês e
amável, e condecorado pelo rei
com a «gran-cruz» de Isabel
a «Católica».



quadro pintado em 1926. Pertence à colecção Pierre Janlet

Fundação Miró

Mais do que um Museu

é pela localização: no flanco
m palmeiras e oliveiras, este
se é o monte dos judeus ou
o mar e o porto.
arquitecto catalão — ex-decano
ard onde sucedeu a Gropius,
truiu essa fundação que Miró
Como em Saint-Paul de Vence,
edifício de outra fundação, a
arquitectura de vanguarda se
mbiente. Os ritmos, as técnicas
ução catalã, os elementos da
ca nas paredes, barro no chão,

A Fundação Miró tem várias vocações. A de acolher, natural-
mente, as obras do pintor (exposição permanente de telas, archi-
vos de toda a obra gráfica, esculturas nos espaços «abertos»).
A vocação também de receber grandes exposições temporárias.
Por fim, a de suscitar várias actividades — ainda raras devido
à censura, num centro cultural vivo: projecção de filmes de
arte e ensaio (por exemplo o ciclo Pasolini ou Bergman —
em Espanha um sonho), concertos de música contemporânea,
conferências, etc. O Centro de Estudos de Arte Contemporânea
dispõe para tal efeito de uma biblioteca, de um auditório, de
uma livraria e de um bar.

O menos que se pode dizer é que se a animação da Fun-
dação pertence ao homem que a dirige, ela será toda elegância
e eficácia. Alto e magro de barba cinzenta, com o ar de um
apóstolo do Greco, Francesc Vicens, de quarenta e oito anos,
é um dos melhores conhecedores da arte contemporânea e
da cultura europeia que há em Espanha. É o principalmente
da cultura francesa por ter vivido exilado vários anos em Paris,
exílio esse que nada teve de voluntário. E tendo em vista a
maneira como as coisas são feitas neste primeiro ano de funcio-
namento experimental, a Fundação Miró é, decididamente, mais
do que um museu: autenticamente catalã, como os que a quise-
ram, como os que a fazem, ela é um símbolo e um exemplo
do que a Catalunha pode realizar hoje: um êxito de estatura
internacional.

(c) Le Monde

Estrangeiro

O Líbano em perigo de morte

2. Um símbolo de universalismo

O cristianismo, no país do Crescente Fértil, continua marcado, na sua psicologia profunda, nas suas escolhas e nas suas obrigações, por uma dupla tendência, herança da velha Síria e de Bizâncio.

Esquematisando, pode dizer-se que os herdeiros do império romano do Oriente (hoje precisamente chamados **Melchitas, Roum**) conservaram, não só na sua liturgia, arte, e eclesiologia, mas também nas suas opções políticas, a visão da cidade imperial. Não causará portanto espanto ver surgir nas suas fileiras teóricos e fundadores de partidos meta-nacionais, como o pan-arabismo do Baas ou da Grande Síria. Um psicanalista diria que, sob essa busca de um arabismo reconstituído, eles procuram o arquétipo bizantino já desvanecido, ou o seio materno do romanismo.

Os herdeiros da velha Síria nacionalista, estas igrejas de línguas **siriacas**, que foram movimentos de dimensão na ortodoxia bizantina, tendem a constituir, não impérios mas pátrias. As duas tentativas mais patéticas foram as dos assírio-caldeus do Iraque, e dos maronitas do Líbano. Se os primeiros falharam na obtenção de um lar nacional, os maronitas conseguiram mais qualquer coisa, no termo de uma história contrastada que os marcou e fez deles um dos grupos orientais melhor caracterizados cultural e antropologicamente. E, como que para corrigir a sua tendência para o particularismo, os assírios e os ma-

ronistas foram os promotores impares do universalismo cultural, uns por terem salvo a herança grega para a transmitir aos árabes de Bagdad, os outros por terem insuflado no Oriente moderno as ideias enciclopedistas do Ocidente.

O DESTINO DOS MARONITAS

Montanheses, helenizados da região de Antioquia, os maronitas devem o seu nome ao de um eremita, Maroun, que morreu por volta de 410. A fim de salvar a sua identidade ameaçada por Bizâncio e pela conquista árabe, criam em 685-702 um patriarcado autónomo e reúnem-se progressivamente nas montanhas inacessíveis do Líbano, de onde mutuamente se arrufam com as seitas e os impérios, recusando toda e qualquer forma de integração.

Em perpétuo desentendimento com o Oriente, com Bizâncio e com as outras cristandades, com os califas omeyyades, abassides, fatimides e otomanos, procuram longe as suas amizades.

Com Roma (já em 517) de quem foram, durante séculos, os únicos correligionários no Oriente, e com a França que os considera, através de São Luís, parte integrante de si própria.

No tempo das cruzadas deixam-se romanizar e ocidentalizar, como se estivessem desde as origens, helenizados. Mais tarde, no século dezasseis, as

relações amigáveis de Francisco I de França com a Porta Sublime abrem-lhes as mais fecundas perspectivas. As «Escadas do Levante» povoam-se de missões latinas que, como únicas católicas do Oriente, são os únicos a acolher incondicionalmente. Metem-se ao mar e enchem a Europa. A fundação do colégio maronita de Roma, em 1585, consagra-lhes a vocação mediterrânica. Um plêiade de sábios que teriam grande nome como bibliotecários, intérpretes reais, autores enciclopedistas em Roma, Florença, Veneza, Viena, Paris e Madrid, saiu deste colégio. Diz-se então sábio como um marova (dotto com «maronita»). As suas obras prestigiosas, da **Biblioteca de Assémani**, à **Bíblia poliglota**, e ainda às traduções dos textos filosóficos, históricos e jurídicos, iniciam o Ocidente nas riquezas do Oriente.

E, inversamente, são os discípulos desse mesmo colégio que, ao fundar sucursais no Oriente, aí instalam as bases da futura Renascença árabe. Eles têm a primazia das ideias inovadoras e geradoras do Oriente moderno: a primeira tipografia, o primeiro jornal, a primeira gramática, o primeiro teatro, o primeiro léxico filosófico, as primeiras traduções das grandes epopeias universais, da **Iliada** à **Baghavad Gita**, os primeiros métodos agrários, as primeiras inci-

tações à libertação da mulher, a primeira revolta antifeudal, a primeira república democrática, a primeira universidade de disciplinas múltiplas, as primeiras enciclopédias, os primeiros dicionários dos tempos modernos.

E, foi de Paris que entre 1905 e 1913 eles elaboraram uma teoria coerente que ia desde o nacionalismo árabe aos princípios herdados da Enciclopédia e da Revolução Francesa, enquanto que, de Beirute, Nova Iorque e São Paulo, os chefes de fila das ligas literárias insuflavam nos tipos de pensamento e de vida árabes, um fogo de libertação e de revolta, que ainda arde.

Ao longo de uma história que foi um longo martirólogo, desde o primeiro massacre, em 517, até à hecatombe de 1916-1918, eles prosseguiram dois objectivos: uma terra e uma liberdade, duas noções que eles integraram nesse Oriente onde a ideia de império substituiu a de pátria, e onde a concepção de comunidade sacra absorvia a de consciência individual. A fim de salvar a sua alteridade dos totalitarismos ameaçadores, escolheram o Líbano, que se tornaria um centro de eleição para todas as etnias ameaçadas de erosão. Eles mantiveram relações quase ininterruptas com a Europa cristã, mesmo nessas gargantas selvagens da montanha onde viveram, con-

duzidos pelos **bispos de ouro** que usavam cruzes de madeira, como dizia em 1660 o cavaleiro d'Arvieux.

A acusação de isolacionismo, que lhes foi feita, é tão autêntica como falsa, tendo em conta a sua união à identidade nacional ou a sua abertura à cultura universal. Porque o Líbano não é só um centro de união mas também um ponto de partida na aventura do mundo. Hoje, há três ou quatro vezes mais maronitas fora do Líbano do que no interior, e eles abrem o nacionalismo local a permutas com as culturas latino-americanas, anglo-saxónica e latina.

prejuízo do arabismo e da civilização.

Na história das civilizações, o principal problema foi sempre o de conciliar o unitarismo religioso e o pluralismo cultural. Desde a fundação do primeiro império semita, com Sargon d'Akkad, no século vir. e cinco antes de Cristo, o exclusivismo causou bastantes danos. E é talvez próprio dos monoteísmos ser, de certo modo, antecivilizadores, na medida em que a sua lógica exagerada tende a impor na terra, a ordem monárquica do céu, isto com um modo homogêneo de pensamento e de vida, que rejeitaria todas as alteridades como tantos outros factores dissolventes da cidade sacra.

O PACTO LIBANÊS

Os maronitas, ditos isolacionistas, foram os promotores do pluralismo cultural e político desconhecido do Oriente tradicional. Desde as origens, em Antioquia, eles acolhem o helenismo; no tempo das Cruzadas, abrem-se ao Ocidente; e foram eles os primeiros e os melhores artesãos da Renascença árabe dos tempos modernos.

Politicamente, desde o século XVI que entendem aos emires druzos uma mão leal, a fim de desenhar as fronteiras do Líbano actual. Data dessa época o primeiro pacto libanês. Na véspera dos massacres de 1860, que provocariam a expedição de Napoleão III, recusam-se a encerrar-se no **home** nacional que a Europa lhes propõe. E, antes da Primeira Guerra Mundial, levam os seus compatriotas a seguir a teoria, aberrante para a época porque secularizante, do nacionalismo árabe. E em vez de aproveitarem o mandato francês que o seu velho patriarca reclamara na Conferência da Paz, em Versalhes, no ano de 1919, a fim de se constituírem em Estado independente, eles meteram-se na aventura de um Líbano multicultural.

O Líbano moderno nasceu portanto deste pacto não escrito entre várias comunidades decididas a viver em conjunto a liberdade e a independência nas «melhores tradições do Oriente e do Ocidente». Embora diminuído pela política dos partidos, pelos preconceitos confessionais e pelos interesses dos **clans**, o pacto nem por isso deixa de representar, no seu significado profundo, um símbolo de universalismo. Ele exprime a vontade de preservar da tirania as diversas culturas, etnias, tradições, e propõe um quadro nacional para experimentar as riquezas do seu plural: entre católicos afeiçãoados pela escolástica do Ocidente latino; ortodoxos voltados para Constantinopla, Atenas e Moscovo e a Terceira Roma; protestantes que o pensamento anglo-saxónico inspirou; chitas voltados para o Irão e a Pérsia antiga; sunitas impregnados das tradições do deserto e da grande cidade islâmica. Antes de ser matérias aubmissas ao peso e às medidas dos calculadores, as comunidades são valores vivos, sinais permanentes de civilização que, sem o Líbano, seriam logicamente diluídas num unitarismo maioritário, com

JERUSALÉM E BABILÓNIA

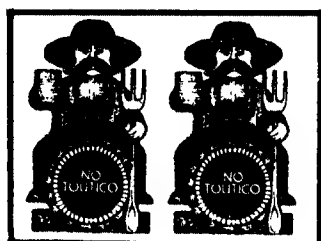
Paradoxalmente, o Líbano é uma garantia para Israel e para a Palestina. Ele constitui para Israel um precedente viável que o tranquiliza sobre a preservação da sua identidade, na medida em que Israel renuncia a ser um bloco errático totalmente heterogêneo no Oriente. E, inversamente, o Líbano fornece à Palestina um modelo vivo dessa democracia plural e multiconfessional que os palestinos pretendem instalar. Incorrendo nas censuras de uns e de outros, descontentando uns e outros, o Líbano, que preferiu receber golpes a dá-los, acha-se exposto aos extremistas dos dois campos, que estão prestes a causar a sua perda e a mergulhar em conjunto no caos.

Israel, tal como é actualmente, existe, de facto, mas não totalmente de direito. A Palestina existe de direito mas não de facto. E eis que o Líbano é por sua vez, arrastado para o processo dessa dupla negação. Dir-se-ia que um antissemitismo internacional reparte entre si as vítimas e, após ter oposto a Palestina e Israel, deixa ir agora à deriva esse Líbano que teria podido servir de modelo e de possibilidade à sua reconciliação. Não será finalmente tempo de os próprios antagonistas que a história e a geografia ligaram, e que representam os três monoteísmos das escrituras, arrancarem o seu destino das mãos de Goyim, e escolhem-se depois de tão longamente se haverem renegado, até porque isso é fundamental para o destino espiritual da Humanidade? Que os amigos de Deus e do homemousem preparar o seu encontro não na Babilónia da ONU mas em Jerusalém, cidade do Pentecostes. Mas tanto uns como outros, cristãos do Líbano, judeus de Israel, árabes da Palestina, já suportaram, em vários graus, tantos desastres que perderam a confiança nos homens e só a têm nas armas. Se lhes restasse um pouco dessa confiança, nascida da fé, ousariam romper o ciclo de desgraça que se abate sobre a Terra Prometida, e vê-la, finalmente, tal como é: Noiva do Cântico dos Cânticos que **sobe do deserto, perfumada pelos aromas exóticos da Arábia e cai dos altos do Hermon que vem do Líbano, voltada para Damas**.

Na altura em que o Líbano está a desfazer-se, alguns ainda sonham que o seu pacto islamo-cristão continua destinado a aumentar abraçando a Igreja, a Mesquita e a Sinagoga, e formando um círculo em redor de Jerusalém, capital de uma triade abrahâmica... É permitido sonhar, é um dever esperar.

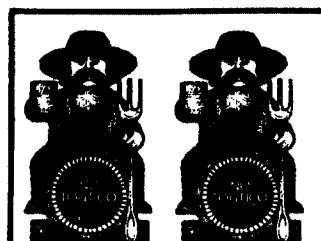
«Le Monde»

BOM APETITE



Restaurante CASTANHEIRA

DECLARADO DE UTILIDADE TURÍSTICA
ESTRADA DA TORRE — TELEF. 790169 — LUMIAR
SALAS PRIVATIVAS PARA CONFRATERNIZAÇÕES
E LANCHES DE CASAMENTO
AOS DOMINGOS ALMOÇOS DANÇANTES
(Encerrado às 2.ª feiras)
Parque automóvel

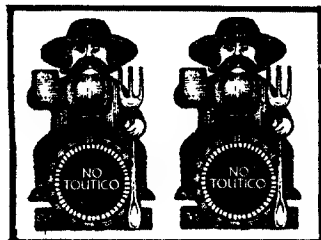


LEÃO D'OURO
(RENOVADO)
ALMOCE E JANTE NESTE
RESTAURANTE
AR CONDICIONADO
Rua 1.º de Dezembro, n.º 93 Telef. 326195

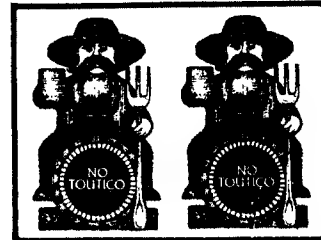
RESTAURANTE
número 1
RUA DOM FRANCISCO MANUEL DE MELO, 44 A
TELEFONE 68 43 26 - LISBOA
«STEAK HOUSE»
ABERTO AOS DOMINGOS

RESTAURANTE
QUINTA DE S. VICENTE
TELHEIRAS DE CIMA, 144 (Campo Grande)
CHURRASQUEIRA ADEGA TÍPICA
PARQUE AUTOMÓVEL PRIVATIVO
Encerrado às 2.ª-feiras a partir das 16 h
e 3.ª-feiras todo o dia

Dona Maria
Restaurante - Católicas - Bat
AGORA COM NOVO SERVIÇO - MAIS RÁPIDO E ECONÓMICO
REFEIÇÃO ESPECIAL — 66\$00 (incluindo vinho e taxas)
— Aceitam-se senhas de almoços
Encerrado aos Domingos (Excepção para banquetes)
Largo do Regedor, 7-1 - Telef. 3 49 82 (Junto ao Teatro Nacional)



CAFÉ PURO CHAVE D'OURO O MELHOR CAFÉ



Revolta da Força Aérea para depor a sr.^a Peron

Buenos Aires, 19 — (R.)

Oficiais rebeldes da Força Aérea lançaram hoje novos apelos para a deposição da presidente Maria Estela Peron da Argentina, a despeito de um comunicado do Governo afirmar que a revolta fora esmagada.

Num breve discurso proferido às primeiras horas de hoje, o ministro do Interior, Angel Robledo, asseverou que o Governo sobreviverá a um «dia de incerteza», despoletando a revolta ao substituir o comandante da Força Aérea, brigadeiro Hector Fautario.

Contudo, minutos depois, postos emissores de rádio, ocupados pelos revoltosos, voltaram ao ar com boletins noticiosos denunciando «a inépcia e imoralidade das autoridades nacionais eleitas» e outros «aventureiros e criminosos».

Cerca de 24 horas depois do começo da rebelião, envolvendo pelo menos, três guarnições da Força Aérea, nem um só

riro, tinha sido disparado aparentemente, o Exército e a Marinha mantinham-se afastados.

Robledo disse a jornalistas que apenas a importante base aérea de Moron, nos arrabaldes da capital, se achava ainda em poder dos rebeldes.

No entanto, os revoltosos afirmaram contar com o apoio de duas das três principais bases aéreas do país e de várias guarnições mais pequenas.

A Força Aérea, com efectivos de 17.000 homens, dispõe de caças-bombardeiros Skyhawk e de caças Mirage e Sabre entre os 132 aparelhos táticos com que conta.

Os revoltosos deram ao seu movimento o nome de código de «Operação Condor Azul».

Os únicos aviões em operação, até agora, têm sido, porém, apenas quatro ou cinco aparelhos ligeiros que sobrevoaram a capital lançando panfletos.

O cabecilha dos revoltosos, brigadeiro Jesus Orlando Ca-

pellini, mantinha-se na base aérea de Moron, onde, pelo menos quatro brigadesiros leais foram aprisionados, segundo se anunciou.

Disse à Reuter pelo telefone que a revolta visava a tornar o comandante do Exército, general Jorge Videla, presidente da Argentina, visto «não reconhecermos a autoridade nacional do actual Governo».

Ao ser-lhe perguntado se os seus homens levariam a revolta até aos últimos extremos, o brigadeiro Capellini respondeu: «Pensamos que esta é a única solução para a actual situação na Argentina. Presentemente, não aceitaremos qualquer compromisso».

O general Videla regressou apressadamente ontem, à noite de uma visita de boa-vontade à Venezuela. Contudo, não revelou se aceitava o convite dos revoltosos para assumir as rédeas do Governo do país, a despeito do descontentamento geral no seio das Forças Arma-

das acerca do regime da senhora Peron.

Nos seus comunicados, os revoltosos afirmaram que estavam a exercer «o direito natural de rebelião» devido à situação na Argentina ter atingido o limite.

«A nossa consciência não pode tolerar por mais tempo a humilhação e a vergonha de se utilizarem as nossas armas para defender este festival de corrupção, de logro público e de degradação da Constituição».

Essa afirmação parecia uma referência à guerra dos militares contra guerrilheiros esquerdistas, enquanto o Governo Peronista se sujeita a inquéritos sobre corrupção. Num deles acha-se directamente envolvida a própria presidente-viúva.

A revolta começou às primeiras horas de ontem, quando o comandante da Força Aérea, brigadeiro Hector Fautario, foi preso, juntamente com vários camaradas, no aeroporto da cidade. Foi libertado, oito horas depois, mas os rebeldes exigiram a sua demissão por «ambiguidade política e ineficácia administrativa».

O brigadeiro Fautario que ocupava o posto desde que o peronismo voltou ao Poder, em Maio de 1973, e parecia manter relações amigáveis com a Presidente, foi afastado pela senhora Peron ontem, à noite, e substituído pelo brigadeiro Orlando Agosti, quartel-mestre geral da Força Aérea.

No entanto, os oficiais revoltosos afirmaram que não comprometerão as suas reivindicações políticas e que pedirão o apoio do Exército e da Marinha.

Disseram ainda que a revolta a primeira tentativa da Força Aérea de iniciar um golpe de Estado na História da Argentina, visava «a instituição de uma ordem nova para reconstruir o país com um espírito nacionalista e cristão».

Entretanto, continuou a violência política no país, anunciando-se terem perdido a vida mais sete pessoas.

Fontes policiais informaram que seis cadáveres crivados de balas foram encontrados ontem na província de Buenos Aires, enquanto um comunicado oficial dizia que um guerrilheiro esquerdista fora abatido em Tucuman, no Noroeste do país, elevando o balanço trágico conhecido da confrontação política, este ano, para pelo menos 750 mortos.

Prisão perpétua

para

Lynette Fromme

SACRAMENTO (CALIFÓRNIA, 19 — (ANOP, F. P. e R.) — Lynette Fromme, uma jovem discípula do Charles Manson, cuja seita esteve implicada em vários crimes de homicídio, nomeadamente na quele que vitimou a actriz Sharon Tate, foi condenada a pena de prisão perpétua, sob a acusação de ter tentado assassinar o presidente dos E. U. A., Gerald Ford, no dia 5 do passado mês de Setembro.

Lynette Fromme, de 27 anos, é a primeira pessoa julgada nos E. U. A. de acordo com as disposições de uma lei promulgada após o assassinio do presidente John Kennedy, em Dallas (Texas), há 12 anos.



A presidente Maria Estela Peron, cuja deposição é exigida pelos oficiais rebeldes da força aérea. (Telefoto UPI-Telimprensa)

Fidel realça princípios do internacionalismo

HAVANA, 19 — (Por Michel

Porcheron, da F.P.) — O primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, lembrou, na quinta-feira, que a política externa de Cuba permanecerá subordinada às necessidades do campo socialista, embora mantendo no seio do movimento comunista internacional a sua «independência de juízo».

O dirigente cubano que, na sua qualidade de primeiro-secretário do Partido Comunista, leu o relatório do Comité Central perante os 3135 delegados ao primeiro congresso do P. C. reunido desde a manhã de quarta-feira, acentuou que a observância dos princípios fundamentais do internacionalismo proletário implica «deveres em relação ao movimento revolucionário mundial».

A guerra — disse Castro — é um facto estranho à ideologia marxista-leninista e não deve ser confundida com «a solidariedade activa e o apoio de que os povos que sofrem agressões imperialistas necessitam e recebem».

«Devemos fornecer-lhes esse auxílio sem hesitação» — acrescentou.

Tal como fizera na primeira

parte do seu discurso, na quarta-feira, também na quinta-feira, o dirigente cubano manifestou a gratidão de Cuba em relação à U. R. S. S. A União Soviética — lembrou — permitiu a Cuba sobreviver e consolidar a sua revolução. Graças a «extraordinários esforços» — acrescentou — A U. R. S. S. reduziu consideravelmente os perigos de uma confrontação mundial, através de negociações bilaterais com os Estados Unidos.

Cuba está disposta a negociar com os Estados Unidos — disse, por outro lado, Fidel Castro. É certo — acrescentou — que o estabelecimento de relações normais com os E. U. A. e o reatamento das trocas comerciais permitiriam a Cuba a utilização de tecnologias que lhe fazem falta hoje, devido à permanência do bloqueio económico. No entanto — acentuou — As negociações oficiais só poderão começar quando Washington tiver «rectificado» a sua política de boicote.

«O bloqueio — disse Castro — «é, para nós, um punhal cravado no peito e só negociaremos em condições de igualdade».

ANUNCIADO NAS CORTES

Carrillo poderá receber passaporte espanhol

MADRID, 19 — (ANOP) —

O subsecretário do Ministério da Governação, que ainda é o mesmo do Governo anterior, Peralta, que deve ser substituído talvez hoje, censurou publicamente nas Cortes as declarações do ministro dos Assuntos Exteriores, Areilza, no sentido de que Santiago Carrillo, secretário-geral do Partido Comunista Espanhol, residente em Paris, poderia receber o passaporte em qualquer momento.

A declaração de Peralta foi feita ao iniciar-se a reunião da

Comissão de Orçamento das Cortes espanholas.

O ainda subsecretário da Governação disse que a serem certas essas as intenções de Areilza, ele tornava pública a sua censura.

Por outro lado, o tenente-general e procurador Galera Paniagua pediu que se solicitasse a presença de Areilza nas Cortes para explicar os princípios da política externa espanhola, embora aquela comissão não tenha competência.

Ontem em Paris, durante

uma conferência de Imprensa antes de regressar a Madrid, Areilza mostrou-se partidário de que todos disponham de documentação para sair para o estrangeiro.

Em relação à retirada frequente de passaportes a elementos da oposição e sobre Santiago Carrillo afirmou:

«Santiago Carrillo é um cidadão espanhol, como os outros e não será discriminado por causa da sua ideologia».

«Outra coisa seria se tivesse algum processo pendente».

No entanto, Areilza mostrou-se contrário à legalização do Partido Comunista em Espanha.

«Falei de pacto nacional no sentido das forças reais que aceitem o jogo democrático e a alternativa do poder. Penso que o Partido Comunista não aceita este jogo democrático».

De acordo com estas declarações e informações que circulam nos meios políticos da capital, há a possibilidade de serem reconhecidos os grupos políticos espanhóis até agora na ilegalidade, excepto o Partido Comunista.

Poderiam aliás participar nas eleições que Areilza indicou para fins de 1976.

Entretanto, elementos da Polícia de choque espanhol dispararam para o ar e carregaram sobre manifestantes que ontem se aglomeravam frente do Ministério da Justiça após gritos de «liberdade» e «amnistia».

A acção da Polícia contradiz as frases «democratizantes» de alguns políticos espanhóis que já se referiram a «mudanças» na Espanha pós-franquista.

Entretanto, o Governo espanhol ordenou a libertação do padre Francisco Garcia Salve, que cumpria pena de prisão em Carabanchel.

O padre Salve fora condenado em 1973, como dirigente da organização sindical clandestina.

Programa político do Governo espanhol

O primeiro Governo da monarquia espanhola apresentou há dias um programa político particularmente liberal, com cerca de oitocentas palavras, e termos genéricos mas particularmente significativos da mudança.

A parte rápida referência no começo à obra económica e social do general Franco, a «declaração governamental» não alude em momento algum os «princípios do 18 de Julho» base do franquismo, nem às leis fundamentais do reino e ainda menos à guerra civil.

O programa afirma que «este Governo deseja inaugurar o novo período dos Governos da monarquia» e precisa que «embora não seja oportuno o momento para um programa pormenorizado de reformas, estas, depois de um estudo mais amplo, serão assentes e apresentadas nos próximos meses».

Fraga Iribarne, de quem algumas ideias figuram no programa, tinha dito que as reformas governamentais seriam decididas nos dois ou três meses que se seguissem à formação do Governo e postas em prática nos dois anos imediatos.

O texto é precedido de curta declaração do rei insistindo na necessidade do Governo de velar acima de tudo pela «justiça social», que a monarquia considera seu princípio determinante.

O soberano pretende também que seja assegurado um emprego a cada espanhol. «Da mesma forma, ajudar os fracos deve ser preocupação constante do Governo e a administração deve procurar alcançar maior eficácia e clareza na sua gestão» — salientou insistindo no «espírito de justiça» que deve nortear todas as decisões do Governo.

No seu preâmbulo, a declaração governamental presta homenagem às altas missões das forças armadas da nação das quais o rei «é o primeiro soldado».

PREPARADOR AUXILIAR DE TRABALHO DE 1.^a

Admite empresa situada nos arredores de Lisboa

PRETENDE:

- Experiência relacionada com toda a problemática de lubrificação, programação de montagens, revisão, conservação preventiva, organização de arquivos técnico de maquinaria.
- Conhecimentos de inglês
- Serviço militar cumprido

OFERECE:

- Vencimento 8 250\$00 mensal
- Transporte de e para Lisboa
- Todos os direitos constantes do C. C. T. Metalúrgicos.

Resposta com curriculum detalhado a este jornal ao n.º 1621.

ROULOTE VENDE-SE

DYGUE — USADA — IMPECÁVEL
PRAÇA GONÇALO TRANCOSO, 2-B — TEL. 766834

Nacional

Dissidências no M.E.S.

Na sequência de um processo interno que se vinha arrastando desde há algum tempo, um grupo relativamente numeroso de militantes do M.E.S. acaba de deixar este partido. Os dissidentes de que se tem notícia estavam ligados ao Núcleo de Professores da organização e não se sabe se, a seguir, outros militantes lhes seguirão o exemplo. As razões do abandono apontam para a discordância de ordem tática e centram-se, por fim, na verifi-

cada impossibilidade de «debate interno».

Entre os dissidentes figuram nomes como Eduarda Dionísio e João Bonifácio Serra, que foram candidatos pelo Movimento e pelo círculo de Lisboa nas eleições para a Constituinte em Abril último.

Admite-se que os dissidentes venham a tomar, fora do partido, uma atitude pública conjunta, concretizada num documento a publicar na oportunidade, não, como tem vindo

a ser hábito em dissidências antes verificadas noutros lugares políticos, sobre questões gerais, e, sim, sobre questões específicas relacionadas com as escolas.

Muito embora o número de dissidentes se eleve para já a cerca de duas dezenas, pensa-se que estas dissidências a afectarem a actividade do Núcleo de Professores, não venham afectar sensivelmente as estruturas internas do partido.

Agrários do Alentejo tentam reocupações

Os latifundiários alentejanos encorajados pelas condições objectivas que nascem da actual conjuntura política, têm vindo a exercer esforços com vistas a recuperar alguns dos privilégios perdidos. Depois dos acontecimentos ocorridos numa herdade perto de Otembra, em que se registaram alguns feridos, acabam de verificar-se perturbações do mesmo sentido numa herdade colectiva em Canhestres, no distrito de Beja.

A operação, na qual estavam envolvidos conhecidos latifun-

diários não logrou, porém, atingir os seus objectivos, dada a reacção organizada dos trabalhadores, tendo, em vez disso, terminado com a detenção de sete agrários, entregues no Quartel de Beja.

Por outro lado, em Canha, numa unidade de produção agrícola dos arredores de Vendas Novas os trabalhadores decidiram ocupar um lugar que, embora em regime de cooperativa, ainda estava na posse de um latifundiário. Esta atitude foi contestada pela parte prejudicada tendo, em resposta, o

proprietário procedido a ocupação do lugar com o apoio de alguns agricultores da sua influência. Perante isso, os trabalhadores responderam com maior firmeza e a situação dos e reocupando as instalações contestadas.

Segundo fontes ligadas a organismos de classe defensores dos trabalhadores rurais do distrito de Évora, o brigadeiro Pesarat Correia declarou-se inabalável na decisão de não permitir que a Reforma Agrária volte atrás.

"Justiça" — querem famílias de detidos do 11 de Março

As famílias dos militares e civis implicados no 11 de Março emitiram um comunicado em que, comparando o movimento de solidariedade que se desenvolveu em torno dos detidos do 25 de Novembro e o silêncio, «os vexames, as ameaças e a incomunicabilidade prolongada (...)» a que foram votados os seus familiares, rejeitam a «demagogia e exagerado sentimentalismo alimentado e apoiado por grupos de pressão de certos sectores políticos minoritários bem determinados como o M. U. T. I., o M. D. M. e pseudo-representantes de sindicatos e de algumas comissões de moradores (...)» com que tem sido tra-

tada a situação dos detidos de 25 de Novembro.

Fazem no entanto «ardentes votos» para que estes últimos sejam tratados por processos

de justiça «absolutamente normais e humanos» e exprimem a esperança de que os seus familiares regressem rapidamente ao seu convívio.

Congresso da Indústria

PORTO, 19 — Iniciaram-se hoje, e decorrem até ao próximo dia 21, no Palácio da Bolsa, nesta cidade, os trabalhos da segunda fase do Congresso da Indústria Portuguesa, promovido pela C. I. P. e iniciado em Lisboa, em Julho último. Presentes 200 congressistas, tendo presidido o eng.º António Vasco de Melo, da C. I. P. Os

temas abordados foram: o papel da Confederação da Indústria Portuguesa e dos órgãos intermédios no actual contexto sociopolítico; associativismo empresarial; informação: criação de um banco de dados; política de apoio às P. M. E.; e medidas para a revitalização da actividade industrial a curto e médio prazo.

Estudantes de Medicina contra o M.E.I.C.

Os três anos clínicos dos Hospitais Cívicos de Lisboa e do Hospital de Santa Maria decidiram em reunião plenária fazer uma concentração esta tarde, às 15 horas, em frente ao Ministério da Educação e Investigação Científica, contra a paralização do 5.º ano dos Hospitais Cívicos e do Hospital de Santa Maria e dos 4.º e 6.º anos.

Greve dos livreiros

Continuação da pág. 9

rá que dizer, em palavra de ordem, «Polícia fora das livrarias, já!» e «Cumprimento do C. C. T.» é ofensivo? Só queríamos ser recebidos pelo ministro. Porque é que a P. S. P. carregou à bastonada sobre nós como nos velhos tempos, com a parte metálica? E mais adiante, sublinharam: «Foram vinte os feridos. Além destes há uma criança com traumatismo craniano internada no hospital. E assim que caminhamos para o socialismo? É assim que se constrói o socialismo que só os trabalhadores o podem construir e mais ninguém? Vai, pois, o Sindicato processar a P. S. P. por agressões voluntárias nas pessoas de vinte trabalhadores».

Em tarjetas explicativas, convocando todos os trabalhadores para um plenário geral a realizar hoje às 19 e 30, aqueles trabalhadores esclarecem que a sua luta «é semelhante às lutas dos trabalhadores antes do 25 de Abril. A tabela salarial não é o mais importante» — acrescentam ainda. «Não estamos em luta por ela, até porque quando sair já vai estar desactualizada. Lu-

tamos, sim, pelo restante clausulado. Esse, sim, e que é importante. Não nos esqueçamos que é o nosso primeiro contrato. Lutamos contra a ilegalidade patronal.».

A VERSÃO DA POLÍCIA

Entretanto, contactado pela ANOP, o oficial de dia ao comando da Polícia do Porto declarou que os incidentes se deveriam a «palavras de ordem ofensivas para a Polícia gritadas pelos manifestantes», os quais se teriam «aproximado de uma pequena força que aguardava a chegada do ministro da Administração Interna». E um deles teria dado «uma pancada» (empurrão com a barriga) no subchefe que comandava os guardas. Isso teria originado o confronto que levou a afastar os manifestantes utilizando para o efeito os respectivos bastões. O oficial de dia afirmou ainda não acreditar «que os agentes tivessem virado os cassetetes ao contrário para baterem com a parte metálica» e acrescentou ter «conhecimento de que os feridos que receberam tratamento hospitalar não eram graves».

Spínola esteve clandestino em Espanha

Chegou a Madrid no passado dia 12 o ex-general António de Spínola, deu ontem a saber a agência Cifra, segundo um telegrama da Anop proveniente da capital espanhola.

De acordo com a fonte referida, aquele que foi presidente da República Portuguesa até 30 de Setembro do ano passado realizou a sua viagem desde Paris com passaporte passado noutro nome e num avião da Iberia. Acompanhavam Spínola, a esposa e uma jovem que poderia ser sua filha, ou secretária.

«Desconhece-se neste momento o lugar onde Spínola actualmente se encontra», diz a Anop. O telegrama põe em dúvida, inclusivamente, se Spínola se encontra ainda ou já não em Espanha.

No passado dia 9 de Dezembro, um redactor desta revista encontrava-se na fila junto ao cais de embarque de pa-

sageiros, no aeroporto de Orly, escreve a revista espanhola «Sabado Gráfico» na sua edição desta semana. Um passageiro com óculos escuros (sem monóculo) esperava a sua vez inquieto, enquanto de vez em quando trocava algumas palavras com um homem que não saía do seu lado. O jornalista reconheceu imediatamente o ex-general Spínola.

A revista espanhola prossegue, no depoimento do seu redactor: «Spínola veio a Madrid, dentro do avião apenas o acompanhavam sua mulher e uma jovem. Viajou silencioso em classe turística e permaneceu silencioso durante quase todo o voo. Ao chegar a Barajas, aeroporto de Madrid, o ex-general e os acompanhantes diluíram-se nas sombras da noite. Não passaram o controlo de passageiros com o resto dos viajantes, nem chegaram

ao edifício terminal nos autocarros normais. Também não recolheram as malas quando da entrega das bagagens. Spínola acrescenta «Sabado Gráfico», visivelmente envelhecido, vestia um casaco de pele cor de café e não levava nenhuma pasta de mão.»

«Sabado Gráfico» publicava ainda duas fotografias ilustrativas. Numa delas pode reconhecer-se Spínola disfarçado com óculos e peruca.

Delegação do P.C.P.

Chega amanhã às 8 e 15 ao aeroporto da Portela a delegação do Partido Comunista Português que se deslocou a Havana aonde foi para o Congresso do Partido Comunista Cubano.

A delegação do P.C.P. é integrada por Álvaro Cunha e Ângelo Veloso e Pedro Soares.

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

Colocações e reconduções (CPES e ES)

Na Assembleia de Delegados do CPES e ES realizada em 16/12/75 para analisar a posição da CDP face ao processo das colocações e reconduções bem como todas as alternativas, adendas e moções sobre esta matéria provenientes das escolas, foram aprovadas:

a) **Moções que:** 1 «atribuem um voto de desconfiança ao MEIC pela inoperância demonstrada no que respeita à colocação e recolocação dos professores no actual ano lectivo».

2. «recusam e repudiam que o Sindicato venha a ser órgão executor das colocações dos professores».

3. «repudiam energeticamente a atitude do 'autodenominado Secretariado das Comissões de Luta' que tem vindo a assumir abusivamente e sem qualquer representatividade ou mandato da classe funções que só às estruturas sindicais competem, negociando e acordando com o MEIC alterações à proposta sindical, sobretudo quando vem transferir para o Sindicato tarefas que são do exclusivo foro do MEIC, atitude essa que apenas serve para dividir e enfraquecer a classe».

4. «repudiam a acção do MEIC ao ter assumido compromissos com o 'autodesignado Secretariado das Comissões de Luta' e alguns Executivos, compromissos esses tomados em nome do Sindicato e sem que a classe para tal tenha sido de algum modo ouvida».

b) **Propostas que:**

1. Apoiam a posição do CDP:

— ao aceitar o plano de colocações apresentado pelo MEIC em resposta à proposta sindical;

— ao definir que seja o MEIC a proceder às colocações, através dos serviços distritais do MEIC criados para o efeito, exercendo as estruturas sindicais um papel exclusivamente de controlo e fiscalização do processo;

— ao propor a eleição em plenários distritais de comissões sindicais distritais com as funções atrás indicadas;

— ao definir um critério de escalonamento na recolocação dos professores sem habilitação própria nem específica que leccionaram em 74/75.

2. Definem como funções dos referidos plenários distritais exclusivamente a execução das posições sindicais de zona definidas nesta assembleia.

Entretanto a CDP bem como a classe, tomou conhecimento da informação proveniente do Conselho de Ministros através dos órgãos de comunicação social que tinha sido aí aprovado diploma sobre colocações de professores, cujo conteúdo o MEIC através da SEAE garantira até à data da AD fornecer à CDP para que esta o desse a conhecer à classe.

Contactado o Gabinete do Ministro na manhã de 17/12 para confirmar tal notícia e reclamar o conhecimento do referido diploma, (que deliberadamente tem sido sonegado ao conhecimento da CDP apesar de se encontrar na posse do 'autodesignado Secretariado') foi aí assegurado que ele seria entregue até às 20 horas desse dia.

Porque tal não aconteceu, se vê esta CDP até ao momento impossibilitada de dar dele conhecimento ou quaisquer esclarecimentos à classe.

Assim, e perante a informação então obtida oralmente no mesmo Gabinete de que está definido pelo MEIC que serão as estruturas sindicais que processarão as colocações dos professores (posição esta acentuadamente rejeitada pela classe), entende a CDP dever suspender a convocação dos plenários até ao conhecimento do diploma e despacho ministerial que regula a aplicação do mesmo, e apela para que a classe antes de terminado o período escolar, face à gravidade da situação, se mobilize na discussão da mesma, tomando posição e fazendo-a chegar à sede do Sindicato

A COMISSÃO DIRECTIVA PROVISÓRIA

Comício do M.R.P.P.

Presidido por Arnaldo Matos, decorreu a noite passada, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, um comício do M.R.P.P., que registou grande afluência. Registaram-se várias intervenções, e o secretário-geral deste partido maoísta, ao usar da palavra, sublinhou que «a burguesia se reforçou com o 25 de Novembro» e que a crise não foi vencida, apenas se agravou». Concluiu afirmando que «a classe operária deve agora preparar-se para um novo embate, que pode ser decisivo».

Em OLHÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na PAPELARIA FARRACHA

Espectáculos

CRÍTICA DE TEATRO

«O SOLDADO E O GENERAL», texto e encenação de Roberto Merino. Cenário e Figurinos: José Rodrigues. Tradução: José Mário Brandão. Luminotécnico: Fernando Teixeira. Sonoplasta: Fernando Rangel. Intérpretes: Diamantino Silvestre e Júlio Pinto. Teatro Experimental do Porto. Novembro 1975.

A chamada temporada teatral (com excepção da revista) começou no Porto onde o TEP apresentou já dois espectáculos: um, com texto do encenador Roberto Merino, a que me vou referir; o outro, com textos de Arrabal. E continuou no Centro Cultural de Évora, com a estreia em Portugal da peça de Brecht «O Proprietário Puntilla e o seu Criado Matti», es-

pectáculo a que me referirei proximamente. Não tenho nada contra o que se faz na província, é óbvio, muito pelo contrário. Se se faz teatro de qualidade fora de Lisboa, é uma vitória para todos nós, como dizia o outro, que acrescentava que «Portugal não é só Lisboa». O que eu tenho é contra o que NÃO se faz em Lisboa. Pois se a maioria dos subsídios fica aqui, é aqui que temos de pedir contas. Não esqueço as circunstâncias que condicionaram e atrasaram o arranjar da nova temporada — duvido apenas que essas circunstâncias sir-

vam para tapar tudo. Incluindo carências de organização, o «não te rales» do costume, ambições desmedidas (na escolha de reportório, por exemplo) e outras coisas. Uma coisa é certa: estamos em meados de Dezembro — e nada. A culpa é muito do sr. Almeida Santos, é certo, mas será só dele? Para sermos justos, devemos ter em conta o facto de o TEP ter estreado um espectáculo relativamente fácil de montar cujo texto tem apenas duas personagens. O importante, parece-me, é saber se o espectáculo tem interesse e como reage o público. Posso dizer,

desde já, que o espectáculo tem interesse e que o público tem esgotado todas as noites o Pequeno Teatro de António Pedro. É possível que a principal razão dessa afluência reside no facto dos bilhetes serem oferecidos — mas não é uma razão suficiente. Trata-se de um mau princípio, este de oferecer bilhetes? É provável. Contudo, parece-me que seria de fazer uma experiência semelhante em Lisboa, por um período limitado, de forma a que os teatros se enchessem, ao contrário do que acontece. Por exemplo, não seria possível a CML, talvez em colaboração com a Gulbenkian, adquirir espectáculos aos grupos independentes que ofereceriam, em semanas alternadas, ao público? Isto, repito, por um período limitado mas suficiente para mobilizar o público, para o habituar a ser público de teatro. É uma sugestão que aqui deixo aos serviços culturais da Câmara.

«O Soldado e o General», de Roberto Merino, é a fábula do pequeno e do grande, do rico e do pobre, do perseguido e do perseguidor, do poderoso e da vítima, da classe que ascende e da classe que acaba. É, pois, a fábula do processo histórico através do confronto entre o Soldado (que tem uma espingarda e nesta uma bala destinada a matar alguém) e o General que está desarmado e sabe que vai morrer. Tão certo como o dia se seguirá à noite; como as massas terem vencido na Rússia em 1917; como Hitler se ter suicidado em Berlim; como Fidel ter vencido Batista; como ter havido o 25 de Abril.

No Teatro António Pedro há agora uma rede que une a parede do fundo do palco ao balcão, cobrindo a plateia. Tem uma forma abaulada, em certos pontos muito próxima das cabeças dos espectadores. Sobre a rede e sobre o palco, dois trapézios largos que servem de praticáveis. As duas personagens surgem nas seguintes posições: o General no trapézio colocado sobre a rede; o Soldado no palco, e, portanto, sob a rede. A partir do momento em que o Soldado começa a consciencializar-se do seu papel, as posições são trocadas, embora o esquema não seja rígido. Quando o espectáculo começa, as personagens falam como se se ignorassem uma à outra. Veremos ao longo do espectáculo que ambas sofrem mutações que as identificam com determinados protótipos:

O General é o Professor; o Soldado é o Aluno. Nesta cena, o Professor surge no praticável com atitudes ridículas caricaturando a actividade de um velho mestre-escola; por sua vez, o Soldado infantiliza-se, procura de forma ingénua a contestação da autoridade do Professor. É de sublinhar a forma como é valorizado o poder da palavra: por exemplo, o Aluno deve dizer «Presente» e não

«Estou aqui», pois trata-se de uma regra imutável, do sinal de uma determinada ordem. Por um momento, no meio desta cena, o actor reassume a personalidade de General o que é dado através da sua expressão corporal.

O General é o Padre; o Soldado o Crente que se confessa. Nesta cena, o Padre surge no palco, ajoelhado e em unção religiosa; o Crente está no trapézio e confessa os seus pecados: os livros proibidos que leu, o que o Padre não pode perdoar. Há, nesta cena, uma mutação sem transição: o Crente que se confessa transforma-se em Cristo — surge da teia uma cruz iluminada à qual aquele se prende. O Soldado transforma-se, pois, em Cristo e o general (o Padre: ou seja a Igreja institucionalizada) o seu carrasco. O Soldado-Cristo diz: «Padre (Pai) não me abandones».

O General é o Pide que tortura e o Soldado o Preso que se nega a falar. Nesta cena, o General-Pide arrasta um longo pano branco que, por um efeito de luz negra, adquire uma estranha tonalidade azul; com ele, traça sobre a rede arabescos abstractos como se se tratasse de uma pintura gestual. O pano servirá para o General-Pide torturar o Soldado-Militante. O General quer obrigá-lo a dizer um segredo que consiste no seguinte: Que faz ele ali? Qual é a sua missão? A quem se destina a bala que tem na espingarda?

O General é a Mãe; o Soldado é o Filho. Quase sem transição, o General assume a figura da Mãe e o Soldado a do Filho. Para isso, utiliza o seguinte truque: o Pide diz ter encontrado um processo para descobrir a verdade injectando no determinado produto no prisioneiro. O efeito desse produto consiste em transformar o Prisioneiro numa criança. Sem qualquer efeito naturalista, vemos o Soldado falar como se fosse uma criança chorando num canto escuro. Nesta cena, há um diálogo entre «Mãe e Filho», com uma grande carga satírica que se desdobra em duas linhas: o amor possessivo Mãe-Filho; o esquema social a que o Filho é obrigado: «Lavaste os dentes?», «Fizeste os deveres?», «Rezaste?», etc. O Soldado acaba por confessar qual a sua missão: matar o General com a única bala que tem na espingarda.

O General não é apresentado como um tirano monolítico; é uma personagem mais complexa, pluridimensional, debatendo-se com terríveis problemas de solidão. Há um momento que ilustra essa dimensão da personagem: o General pede ao Soldado para cantar porque se sente só e precisa que alguém cante. O Soldado trauteia a Internacional (ouvindo-se um coro gravado, em off). O General exige que se cale porque não pode ouvir aquela canção. O Soldado diz que é a única que conhece.

CARLOS PORTO

Sobe lentamente sobre a rede, cantando, como que iluminado por dentro, invencível. É uma imagem de extraordinário impacto. O Soldado recorda então o dia em que ouviu pela primeira vez a Internacional: era criança e estava com o pai numa grande praça cheia de trabalhadores que empunhavam bandeiras vermelhas.

Nesse momento, há uma outra mutação (fundamental) no tempo da peça. Enquanto o Soldado evoca o seu país; os homens que vendiam balões; a alegria de pertencer ao povo — o General refere como foi ajudado pelos grandes senhores do mundo capitalista para vencer o povo e assim silenciar os apelos e gritos dos esmoitados e dos descontentes. O Soldado evoca a cidade que o General vendeu aos estrangeiros — por isso vai agora matá-lo. Nesta cena, o General é Pinochet, e o Soldado é Roberto Merino, é a memória de Allende, é todos os chilenos que Pinochet traiu.

E isto, mais ou menos, o espectáculo de Roberto Merino — ou seja, um projecto político veiculado por uma meditação poética sobre um passado que se ama e que se odeia. Tudo o que poderia haver de esquemático no conflito binário em que assenta a estrutura da peça é absorvido, transformado e enriquecido através das palavras, das situações, e sobretudo através da encenação que soube encontrar o tom justo entre o trágico e o grotesco, soube, com a colaboração admirável do cenógrafo (José Rodrigues), do luminotécnico (Fernando Teixeira) e do sonoplasta (Fernando Rangel), criar o espaço outro e o tempo outro em que o teatro deixa de ser imitação e repetição para ser como que a criação, a aurora da criação de um mundo.

O general veste de negro e usa luvas negras, o Soldado usa qualquer coisa como uma farda. O espectáculo passa constantemente do abstracto ao concreto, do particular ao geral. E vice-versa. Refere-se ao Chile (minas, CIA, etc.) mas refere-se a Portugal (eleições); «é preciso matar todos os comunistas», etc.) e refere-se a todas as situações semelhantes. Essas passagens são feitas através de uma ponte «que é mais poética do que política. Por isso, evita o esquematismo e o realismo (cena típica: a da tortura que é dada de forma simbólica através do pano).

Espectáculo que nos envolve e nos distancia, que nos fala de coisas que dizem respeito não apenas ao animal político que somos mas também aos fantasmas que nos habitam, espectáculo cuja força é a sua beleza mas cuja beleza não se pode separar da sua carga política.

Os dois actores (Diamantino Silvestre e Júlio Pinto) não são os intérpretes ideais para personagens tão complexas como as de Merino. Esforçam-se, contudo, e por vezes demasiado visivelmente, o que é pena, por exprimir as nuances, os silêncios e os furores desta história que não é uma história contada por um louco, mas é um pouco a nossa história (com um «fim feliz» que espere venha a ser o da nossa Revolução).

Espectáculo de agora e de aqui, «O Soldado e o General» situa-se num outro lugar e num outro tempo. Esse subtil desfazamento é também uma das formas que este espectáculo assume. Formas abertas e múltiplas nas quais cada espectador encontra uma leitura que é simultaneamente do real e do sonho. E nas quais se reencontra também.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO FARMACÊUTICOS

COMUNICADO

Realizam-se no próximo dia 20 as eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos.

Porque entendemos terem os trabalhadores interesses comuns a defender e ser a UNIDADE a arma fundamental na luta que travamos contra a exploração, não podemos deixar de esclarecer alguns aspectos que têm sido alvo de especulação e utilizados demagogicamente no sentido de enganar e dividir os trabalhadores, facilitando assim a tarefa dos patrões:

1 — A Comissão Instaladora apresentou uma Lista, baseada no facto de que os sectores mais explorados devem participar activamente na vida Sindical devendo estar, consequentemente, mais representados nos Corpos Gerentes do Sindicato.

2 — Esta Lista teve a letra A, de acordo com os Estatutos: Art. 80-n.º 2 e Art. 4.º das disposições transitórias.

3 — Em Assembleia Geral foram aprovadas as Normas Eleitorais para que as eventuais dúvidas e omissões fossem totalmente esclarecidas e não dessem azo a especulações, bem ou mal intencionadas.

Infelizmente aqueles que por não quererem defender os interesses dos trabalhadores, embora se escondam atrás de palavras como «bases» e «democracia», não participam em Assembleias Gerais querem dividir-nos e nada fazem dentro do Sindicato, vêm agora especular com factos que só com má fé podem ser interpretados diferentemente.

4 — As eleições não se realizaram exclusivamente por disposições democraticamente aprovadas pelos trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos: Estatutos, Disposições Transitórias e Normas Eleitorais.

5 — A Comissão Instaladora nunca se pronunciou sobre a capacidade eleitoral dos trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos; apesar disso, demagogicamente, acusam-na de retirar possibilidades de votar a um grande número de trabalhadores. Porém o que acontece é que, em virtude da campanha lançada por elementos afectos à Lista -B- trabalhadores houve — cujo número não corresponde de forma alguma ao que se anda a espalhar — que suspenderam a sua cotização para o Sindicato, manipulados por esses indivíduos. Evidentemente que as entidades patronais utilizaram toda a sua habilidade para aproveitarem tal situação.

Foi o Sindicato, foram os trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêuticos e não a Comissão Instaladora os reais prejudicados por essa campanha irresponsável; para além do mais, permitiu-se a mais descarada intromissão do patronato na vida do nosso Sindicato e a utilização por parte desse mesmo patronato do dinheiro dos trabalhadores. **Resultou ainda que os patrões passassem a não enviar os mapas de cotização no seu devido tempo o que, desde logo, limitou inscrições de alguns trabalhadores nos Cadernos Eleitorais.**

6 — Assim, não cabe qualquer responsabilidade aos actuais corpos gerentes do Sindicato pelo facto de **ALGUNS SÓCIOS** não poderem votar.

7 — Por outro lado, todas as diligências foram feitas para que todos os trabalhadores pudessem votar:

a) — foram feitas inspecções de trabalho às empresas que não enviaram as cotizações dos trabalhadores para o Sindicato.

b) — por circular, foram avisados todos os associados de que se o mapa de cotização da sua empresa não fosse recebido no Sindicato até 25 de Novembro, os sócios perderiam a sua capacidade eleitoral.

c) — foram postos à disposição dos sócios não inscritos nos cadernos eleitorais, requerimentos a dirigir ao Presidente da Mesa Provisória da Assembleia Geral solicitando a sua inclusão nesses cadernos. Alguns trabalhadores recusaram-se a preencher tais requerimentos.

8 — É falsa a afirmação que a LISTA «A» entrou fora do prazo. O representante da lista «B» à Comissão de Fiscalização reconheceu a legalidade da candidatura da LISTA «A».

9 — Estas mentiras como mínimo devem ser classificadas de divisionistas, demagógicas e pretendem desviar os trabalhadores dos factores fundamentais que devem basear a sua escolha no acto eleitoral. Para além disso, com estas manobras pretende-se desmobilizar os trabalhadores da votação, principalmente os trabalhadores mais explorados, aqueles que verdadeiramente pretendem colocar à frente do Sindicato uma equipa formada por trabalhadores tão explorados quanto eles.

**VOTAR É UM DIREITO QUE TE ASSISTE
NÃO TE DEIXES MANIPULAR E PARTICIPA NO ACTO ELEITORAL
FAZ A TUA ESCOLHA NA BASE DA TUA CONSCIÊNCIA**

Já foram enviadas pelo Correio as listas de voto a que se juntaram indicações relativas à localização da Assembleia onde votará cada associado. Aos sócios já inscritos as listas foram enviadas para a residência; aos outros, as listas foram enviadas para a Empresa. Estes, os que ainda se não inscreveram, votarão na nova sede do Sindicato — R. Joaquim António de Aguiar, 66-3.º esq. Lisboa — (METROPOLITANO DA ROTUNDA).

Se por qualquer razão, ainda não recebeste as listas e as indicações do local de voto, telefona para o Sindicato (657124/5). NOS LOCAIS DE VOTO HAVERÁ LISTAS EM QUANTIDADE PARA OS QUE, POR QUALQUER MOTIVO, NÃO POSSAM UTILIZAR AS QUE LHE FORAM ENVIADAS.

Lisboa, 17.12.75

A COMISSÃO INSTALADORA

DECORAÇÃO

AUMENTE O VALOR DO SEU DINHEIRO COMPRANDO NO NOVO ARMAZÉM DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO

TECIDOS, ALCATIFAS, PAPEIS PINTADOS E TUDO PARA DECORAÇÃO

VENDAS DIRECTAS

ALIE O SEU BOM GOSTO AO VALOR DOS NOSSOS ARTIGOS. VISITE-NOS

BENTO, RATINHO, LDA

R. dos Douradores, 72, 1. Dt. — Tel. 322686 — LISBOA

Canal da Crítica

MAGALHÃES MOTA: A "LIBERDADE" EM LIBERDADE

Lá para o fim do serão veio a história daquele amigo algarvio de cuja mente os versos nascem rápidos e naturais como as ervas do campo. É assim outra terra e outra gente que se nos apresenta agora, com maior atenção sobre o pitoresco em detrimento dos problemas humanos e das tensões sociais.

Antes disso foi aquela história (velha de quantos anos, bondeus?) que veio de França, da autoria de um prestigioso realizador francês, Claude Santelli, responsável por alguns dos maiores êxitos da televisão francesa. Segui-lhe o rasto, cá de longe. Nada sei dele agora, depois das convulsões que abalaram (e abalam) a O.R.T.F. Aparece-me de súbito a assinar uma obrinha menor, agarrada com extremos de sobriedade e onde a direcção dos actores mereceu especiais cuidados.

Baseava-se o filme num conto de Guy de Maupassant, um escritor que tem sido, para a TV, para o Teatro e para o cinema, inesgotável mina. A história não ofendeu nada, nem ninguém, não tirou o sono, não inquietou os paisanos, constantemente a procurar equilibrar-se (com êxito) no fio da espada do drama. Acaba tudo em bem, tudo se resolve, assim se conquista o direito a uma noite bem dormida.

Entretanto, sob a terra, a corrente de água flui. Entretanto, o general Vasco Gonçalves exonerado, sem qualquer satisfação ao Povo Português — tudo em silêncio acontecendo, por detrás de um muro de cortiça que é, como se sabe, um bom isolador. Entretanto, as coisas continuam, tomam proporções que não podem deixar de nos inquietar quanto às dimensões da armadilha. Entretanto, vamos ouvindo poetas populares e assistindo a histórias mais ou menos edificantes.

Enquanto o Telejornal, esse, já nos forneceu a dose do costume: Brotas, Soares, Campinos, Almeida Costa... Isto não é uma televisão: é um telepilão.

O martelo pilão levanta-se para cair sobre nós com maior violência. Chama-se, agora, Magalhães Mota.

CAPITALISMO? NÃO HÁ!

Magalhães Mota, que usa agora o cognome de ministro do Comércio Interno, viria dar-nos conta do seu trabalho no Ministério. Afinal esprou-se em generalidades —

e quanto aos problemas específicos do pelouro disso falarão mais tarde os subsecretários da equipa. Não era um ministro que ali víamos: era um mestre-escola de província convencido de que está a dar uma aula na universidade e sem qualquer consciência dos truismos, dos dislates ou dos lugares-comuns. Não era um estudioso dos problemas: era um indiferente dirigente político a dar os seus tirinhos na barraca da feira. Não era um relator dos trabalhos cumpridos: era um jogador atento às próximas jogadas eleitorais.

Começa praticamente por nos dizer que não há responsabilidade sem liberdade nem liberdade sem democracia. Magalhães Mota não sabe o que está a dizer, nem isso lhe importa muito. Joga com abstrações e no campo do absoluto: Joga em casa. Ganha sempre. O dr. Mota medita um pouco e pergunta-se quem tinha a liberdade (e que espécie de liberdade era essa) na democracia grega.

Continua: *A democracia não tem adjetivos. As classificações limitam-na ou deturpam-na. Não há democracias burguesas ou populares, como não há liberdades burguesas ou populares.*

Isso é que há, senhor Mota. A democracia inglesa é uma «democracia burguesa», a democracia da Bulgária é uma «democracia popular». Sabe porquê? Porque, na Inglaterra a «democracia burguesa» representa a organização da exploração dos trabalhadores pela burguesia; enquanto na Bulgária a «democracia popular» representa a eliminação dessa exploração. Nos países capitalistas, a burguesia tem a liberdade de explorar: é a liberdade burguesa. Nos países socialistas, os trabalhadores têm a liberdade de não serem explorados: é a liberdade popular. Como vê, dr. Mota, é muito simples.

Para o P.P.D., por exemplo, que é um partido da burguesia, a liberdade consiste em limitar as liberdades dos partidos que defendem ou representam os interesses dos trabalhadores. Isso é a liberdade burguesa. Percebeu agora?

Quando Magalhães Mota, com uma convicção de quem descobriu a pólvora, nos diz: «A democracia é ou não é» assalta-nos uma vontade de rir como se ouvissemos uma anedota. E ao mesmo tempo uma revolta de quem sente que lhe querem enfiar um barrete, à força.

Quando Mota sentava na As-

sembleia fascista, democracia era ou não era? Se não era, porque entrou? Se era, porque saiu?

Na Madeira e nos Açores a democracia é, ou não é? Se é, porquê a perseguição dos partidos progressistas? Senão é, porquê se encarrega o P.P.D. de guardar para si os melhores trunfos da reacção? Se a democracia leva à formação de partidos, Magalhães Mota elogia; se leva à desagregação do P.P.D., Mota condena. Como encaixa nisto o ministro do Comércio Interno a sua noção de liberdade?

Depois, o choradinho da inflação e o papel que representa nela o aumento dos salários (claro!); a necessidade da utilização do automóvel numa cidade como Lisboa «sem transportes públicos»; a necessidade (metafísica?) de sobrepor o interesse colectivo (qual?) ao individual; os malefícios que os trabalhadores causaram num pequeno olival, coisa horrenda, de cortar o coração, pior que o folhetim da Maria; e o *vivemos uma profunda crise económica que poderá marcar com a miséria e a perda da independência a face do futuro que forjamos.*

UMA REVISTA POPULAR!
no **TEATRO MONUMENTAL**
1.ª 5513 (AR REFRIGERADO)
HOJE: 2 SESSÕES: 20.30 e 22.45 H
Domingo a tarde às 18 horas
VÃO O MERCADO APRESENTA

ACORDO

Poema: Eduardo Dantas, Carlos Coelho, José Vilhena
Música: João Nogueira, João Vaz, Manuel Paiva
MILU * CARLOS COELHO *
AIDA BAPTISTA * OCTAVIO DE MATOS
artista convidada
DELFINA CRUZ
atracção na noite
HELENA TAVARES
no «compê» CARLOS MIGUEL

O Internacional
VIP BALLET
18 encenações
balletinas

e a colaboração de JÚLIO CÉSAR
(Não aconselhável a menores de 18 anos)

PARA REPARAÇÃO DO SEU **TV**
CLÍNICA DE TELEVISÃO
E ASTRONAUTA
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
Deslocação e montagem grátis
Telefs. 72 27 86 - 83 42 71
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

Por MÁRIO CASTRIM

Ora em primeiro lugar compreende-se mal o que tem tudo isto a ver com o comércio interno, bem como a demagógica referência aos aposentados e aos velhos. Em segundo lugar, o que pode levar à miséria e à perda da independência é a errada solução da nossa crise económica: solução a favor dos exploradores. Só uma solução que contemple as classes trabalhadoras será processo de libertação. E aqui, não tem que fazer nada o dr. Magalhães Mota. Por essas e por outras é que o VI Governo está como está. Nem menos. O resto é fumaça, só fumaça.

De uma coisa estamos gratos ao dr. Magalhães Mota: a sua informação de que em Portugal *Já não temos capitalismo*. Que grande descoberta! Tirou patente?

MARIA VITÓRIA TODOS OS DIAS
As 20.30 e 22.45

Não aconselhável a menores de 18 anos

FORÇA, FORÇA, CAMARADA ZÉ!

SALVADOR * FLORBELA * SANTANA

e um grande elenco popular

Aos domingos e feriados:
«Matinée» às 16 horas

As 2.ªs feiras:
Descanso da Companhia

Hoje



«David Copperfield»

I PROGRAMA

- 19.00 Programa produzido pelo Departamento de Programas Juvenis e Infantis.
- 19.25 «David Copperfield» — série filmada baseada no romance de Charles Dickens. Realização de Joan Craft, com Colette O'Neil, Pat Keen e John Gill. 3.º episódio — 2.ª parte.
- 19.55 Recital de Canto — pelo barítono José de Oliveira Lopes. Ao piano: Maria Manuela Araújo. Realização de Victor Manuel.
- 20.30 Telejornal — 2.ª edição — noticiário do País e do estrangeiro.
- 21.00 Afinal como é?
- 21.30 «A Queda das Águias» — um telefilme produzido por Stuart Burge para a B.B.C. e «Time-Life Films» 12.º episódio «A Guerra Secreta» com Gayle Hunnicutt, Charles Kay e Hugh Burden.
- 22.30 Relatório
- 23.00 Telejornal — 3.ª edição
- 23.20 Fecho

II PROGRAMA

- 20.30 Abertura e a série «David Copperfield»
- 20.55 Stop
- 21.00 Noite de Cinema — «A Cartucha de Parma» («La Chartreuse de Parma») — 2.ª parte — com René Faure, Lucien Coedal, Louis Salom, Maria Casares e Gerard Philippe. Realização de Christian Jacques.
- 22.30 Telejornal — em diferido a edição transmitida no I Programa às 20 e 30.
- 23.00 Fecho

DESTAQUES

I PROGRAMA
«A Queda das Águias» (21.30)

II PROGRAMA
Noite de Cinema — «A Cartucha de Parma» (21.00)

Amanhã

I PROGRAMA

- 12.45: Abertura e Fronteiras do Amanhã; 13.00: Retrospectiva — revista desportiva; 13.15: Telejornal — 1.ª edição; 13.30: Hoje Pode Ver — os programas dos teatros, cinemas e da TV; 13.40: Rock em Stock — um programa de música jovem; 14.05: Desenhos Animados; 15.05: Eurovisão — Rugby País de Gales — Austrália; 18.12: Cinema de animação; 16.45: O Natal dos Hospitais — directamente do Hospital Escolar de São João no Porto, a RTP apresenta o Natal dos Hospitais promovido pela Inatel numa realização de Marques Vicente e em que colaboram, entre outros: Carlos do Carmo, Tonicha, Fernando Tordo, Trio Boreal, Florência, Maria do Amparo e Carlos Moniz. A apresentação está a cargo de Fátima Martins e Carlos Silva; 19.00: Concerto Sinfónico — transmissão directa da 1.ª parte do concerto realizado no Tivoli com a participação da Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional; 19.50: A caminho do Oriente; 20.30: Telejornal — 2.ª edição; 21.00: Cada Dia uma Esperança — um programa pelo dominicano Luis de França; 21.15: Noite de Cinema — «O Capote» («Il Capotto») — um filme de Alberto Lattuada com Renato Rascel, Yvonne Sanson e Giulio Stival. Ano de produção: 1952; 23.00: Telejornal — 3.ª edição; 23.20: Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00: Abertura e «Fronteiras do Amanhã»; 20.25: Ver; 21.00: Foi Exito na TV — «Os Inquiridos do Comissário Maigret»; 22.30: Telejornal; 23.00: Fecho.

HOJE E TODAS AS NOITES NO

CIRCO MARIANO

Na Alameda D. Afonso Henriques (junto à Fonte Luminosa)

Empresa: Henry Toni

O único circo português que representou Portugal no estrangeiro

CIRCO MARIANO apresenta a grande atracção mundial PROFESSOR KARMA e a sua «medium» BETY, os maiores mentalistas do Mundo

No Circo Mariano não chove, há aquecimento e todas as cadeiras são estofadas. (As bilheteiras abrem às 17 horas. Dias de «Matinée», às 11 horas)

Atenção Colégios e Comissões de Festas de Natal
● PREÇOS ESPECIAIS ●

UM LUXUOSO ESPECTÁCULO

2 PARELHAS DE PALHAÇOS os ELIZABETHS e CAMPOS FILHOS * ESCADA LIVRE * ICAROS * MALABARISTAS e ILUSIONISTAS * PERCHISTAS, ETC., ETC.

CONVIDADA DE HONRA
ANITA GUERREIRO

60 artistas! 10 atracções!

QUINTAS e SÁBADOS

«Matinées», às 16.30 h.

DOMINGOS 2 «Matinées»

às 15.00 e às 18.00 h.

— MAIORES 6 ANOS

(Nas «matinées» as crianças até 6 anos têm entrada gratuita)

Desporto

Argelinos em Portugal para jogarem andebol

Por iniciativa da direcção federativa (a que preside José Gomes Machado, indubitavelmente um dos maiores impulsores do andebol dentro do plano nacional) a modalidade torna, este fim-de-semana, a agitar-se, com a realização de um trio de jogos entre portugueses e argelinos.

Hoje, o primeiro embate: pelas 21 horas, no Pavilhão de Alcochete, estarão frente-a-frente os representantes do andebol argelino e uma turma de «esperanças-B», do nosso país, integrada por Mesquita

(Técnico), Fonseca (Académica de S. Mamede), Cruz (Boa Hora), Janeiro (Benfica), Gamero (Sporting), Ulrico (Passos Manuel), Branca (Benfica), Guerreiro, Armindo e Paulo (todos do Almada), Jorge Santos e Coreto (ambos do F. C. Porto).

Amanhã, o espectáculo tem cenário diferente: ocorrerá pelas 22 horas, no Pavilhão da Amadora, estando em cortejo as «esperanças» da Argélia e o bloco nacional de primeiro plano. Por seu lado, no domingo, imediatamente após o jogo

de futebol que se processa no estádio benfiquista, efectua-se, no Pavilhão da Luz, um duelo entre as selecções principais de Portugal e dos argelinos, com início previsto para as 17 e 15.

Entretanto, outras informações sobre o andebol português, situam-se em torno do regresso, de terras da U. R. S. S., de um conjunto composto por praticantes com idade inferior a 20 anos, que ali realizou (com derrotas no marcador) três jogos. Na Ucrânia (cidade de Zaporijie), dois desaires, com as marcas de 19-31 e 24-40, demasiado elucidativos para se poder estabelecer qualquer termo comparativo entre o valor do andebol português e o altamente técnico, já praticado entre quase todos os países europeus, num nível que só pode ser atingido através de dois rumos: ou a vinda a Portugal de técnicos com credenciais efectivas, que possam ministrar cursos a treinadores e jogadores locais ou, em contrapartida, um intenso contacto internacional (a vários planos) com relatórios cuidados das deslocações (feitos a diferentes prismas) aptos a proporcionarem matéria válida para estudo e correcção de métodos.

Resta acrescentar, ainda em relação ao passeio à U. R. S. S., que no derradeiro encontro programado (perante o Mai, campeão europeu) os portugueses voltaram a baquear: 28-31, resultado que exprime melhor penetração dos lusos e, simultaneamente, pouco carregar no pedal por banda dos jogadores moscovitas que, embora alinhando com cinco titulares da Europa, quase apenas se limitaram a exemplificar jogadas e esquemas táticos.

Complemento desta notícia: de 11 a 18 de Abril do próximo ano está prevista a presença de uma selecção portuguesa na disputa da Taça Latina, que está no cartaz para a cidade francesa de Nimes. Nesta oitava edição de uma prova em que os portugueses já assinaram alguns feitos estão compreendidas, ainda intervenções das selecções do México, Canadá, Espanha, Itália, França, Roménia, Marrocos e Brasil.



Os mil e tal miúdos que estão interessados no torneio de futebol organizado pelo Sporting assistiram, no Pavilhão dos Desportos, a uma sessão em que foi exibido um filme sobre o campeonato mundial de 1966 e teve lugar uma palestra, proferida pelo jornalista David Sequerra, que foi apresentado pelo presidente sportinguista João Rocha.

Lá fora

A «Volta à Espanha» em bicicleta, de 1976, realiza-se de 23 de Abril a 12 de Maio, num percurso de 3271 quilómetros, divididos em 19 etapas. A prova terá o seu começo em Estepona (perto de Málaga) terminando em San Sebastian.

A organização está orçada em 28 milhões de pesetas.

Prevê-se para breve o acor-

do entre o antigo «internacional» da Irlanda do Norte, o famoso George Best e uma equipa da 4.ª divisão inglesa (Stockport County) mediante o pagamento pelo clube de 610 dólares por encontro. Existem (ainda) várias equipas interessadas no concurso de Best, entre elas o Chelsea (da 2.ª divisão, mas o jogador prefere jogar na 4.ª divisão a fim de adquirir «forma»)

PUB

**SINDICATO DOS CAPITÃES,
OFICIAIS-PILOTOS, COMISSÁRIOS
E RADIOTÉCNICOS DA MARINHA MERCANTE**

**REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS
CONVOCATÓRIA**

Efectua-se no próximo dia 22 de Dezembro, segunda-feira, pelas 21.00 horas, uma Reunião Geral de Sócios, na sede do Sindicato, Praça de D. Luís, 9-11, D. L., em Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO - Contrato Colectivo de Trabalho da Marinha Mercante de Comércio.

Lisboa, 16 de Dezembro de 1975.

À DIRECÇÃO

COMPRE BEM...

AS MELHORES MARCAS AOS MELHORES PREÇOS

«ELECTRODOMÉSTICOS»

RUA DAS GAIVOTAS, 3 — LISBOA

BATE-CHAPAS

COMPETENTES PRECISAM-SE

AUTO ROCHA & TENREIRO, LDA.

Rua de Bissau - Cruz de Pau - Amora Telef. 2211095

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais

TINTURARIA GUANABARA

DEPART. DE CONFECÇÕES

Av. João XXI, 5-D—R. Infância 18, 55-C—LISBOA

**CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ABONO
DE FAMÍLIA DO COMÉRCIO
DO DISTRITO DE LISBOA**

ANÚNCIO

Encontra-se aberta a inscrição para o preenchimento de vaga(s) de Perfurador-Verificador e outro tipo de recolha de dados, nos SERVIÇOS DE MECANOGRÁFIA E INFORMÁTICA, desta Caixa.

É de 18 e 25 anos de idade, o limite mínimo e máximo de admissão e o 1.º ciclo liceal, ou equivalente, como habilitações mínimas. A remuneração inicial é de 5 300\$00 mensais.

Até ao dia 31/12/1975, os candidatos deverão efectuar a sua inscrição directamente nos Serviços de Mecanografia e Informática, Rua da Sociedade Farmacêutica, 38, Lisboa, ou remeter pelo correio, sob registo e para aqueles Serviços, o respectivo requerimento, com os habituais elementos de identificação.

Lê-se, no último número do órgão informativo do Sport Lisboa e Benfica, que no próximo dia 28, no domingo do Benfica-Sporting, será (uma vez mais) «Dia do Clube». Traduzindo a notícia, os associados do grande emblema ficam a saber que, se quiserem assistir ao encontro, têm de se dirigir à tesouraria do clube e adquirir um bilhete especial.

É costume velho das colectividades portuguesas aproveitarem estes jogos grandes para aliviarem um pouco as dificuldades financeiras. Trata-se de uma tradição que ganhou raízes e que teima em permanecer para desânimo de quem tem de pagar.

Enquanto os clubes desportivos portugueses podem oferecer apenas aos seus associados um lugar na bancada de cimento dos seus estádios ou campos, parece impossível que alguém (ou alguns) não tenha ainda pegado num papel e num lápis e feito as contas sobre as vantagens (ou desvantagens) que têm em ser sócios de um clube. Efectivamente, pagando uma quota mensal de 50 escudos (em média), o «ferreiro» adepto deste ou daquele símbolo acaba por sofrer

um tremendo rombo no seu orçamento já que, dispendendo uma média de 600 escudos anuais, apenas pode assistir «gratuitamente» a uma escassa dezena de jogos, que, de modo algum, são os mais importantes.

Valerá então, a pergunta: quais as vantagens de ser sócio de um grande (ou pequeno) clube?

A pergunta vai ficar aqui sem resposta: porque ela, a ser dada, terá de sair de quem sofreu já as consequências, de quem lhe sentiu já os inconvenientes. Mas, no vazio da questão, fica o esboço do sonho que talvez venha (ainda) a ser possível: a dos clubes poderem oferecer aos seus associados, não apenas o tal lugar na bancada fria de cimento, mas

muitos e melhores outros lugares, no ginásio ou na pista ou no relvado, na prática salutar do desporto.

Quem esboça a iniciativa? Quem se atreve a fazer de todos os dias do ano, o «Dia do Associado»?

ORLANDO DIAS AGUDO

Portugal

Em organização do Lusitano Clube de Lisboa terão lugar no próximo domingo algumas provas de atletismo, para rapazes e meninas de idade compreendida entre os 6 e os 11 anos. As corridas vão processar-se no bairro de Alfama: na sede da colectividade realizadora (R. de S. João da Praça, 81, tel. 869472) estão abertas as inscrições de concorrentes.

Foi antecipada para 30 do corrente a «Corrida de S. Silvestre», que vai ter lugar em Bragança.

A Federação de Portugal moveu processos de inquérito ao Cova da Piedade e Rio Ave.

Estão marcados para a noite de 27 deste mês dois encontros referentes ao campeonato nacional de andebol: os jogos Sporting-Vitória de Setúbal e Técnico-Boa Hora, em atraso no calendário federativo.

O Botafogo Futebol Clube desistiu de participar no campeonato futebolístico da 2.ª Divisão distrital setubalense.

«Grande Prémio do Ano Novo» (pedestrianismo) pelas 10 horas de 1 de Janeiro, promovido pelo Centro de Cultura e Desporto de Olivais-Sul. Local da partida: junto ao Palácio do Contador-Mor, em Olivais-Sul.

Aplicação

Fez já 80 anos e chama-se Bernhard Bischoff, o mais idoso dos treinadores desportivos da República Democrática Alemã. Apesar de idade tão avançada, Bischoff treina ainda um grupo de jovens operários futebolistas do clube desportivo de uma fábrica de Paderberg, no distrito de Dresden.

O decano dos treinadores da R.D.A. participa activamente no movimento desportivo operário desde 1910, sendo actualmente um dos 160 000 treinadores da Associação Gimno-Desportiva do país, que agrupa mais de 2,5 milhões de membros.

**CÂMARA
MUNICIPAL
DE LAGOS**

CONCURSO PÚBLICO

1.º AVISO

Faz-se público que se encontra aberto concurso público pelo prazo de 15 dias a partir da data da publicação do 1.º aviso, para execução dos trabalhos da empreitada de construção do «C. M. 1259, de Espiche à Lagoa da Rosa».

Base de licitação
2 056 178\$20.

A abertura das propostas terá lugar na primeira reunião que se seguir ao termo do prazo.

Paços do Concelho de Lagos, 15 de Dezembro de 1975.

O Presidente da Comissão Administrativa,

Elói Correia Abreu

Desporto

AUTOMOBILISMO

Vinte e nove equipas iniciam hoje a Volta a Portugal



Romaõzinho: favorito à partida

Com a participação de 29 equipas inicia-se hoje às 21 horas no Autódromo do Estoril a Volta a Portugal em Automóvel, a mais clássica das grandes provas nacionais de estrada. A organização pertence ao Clube 100 à Hora que teve certos problemas de natureza técnica e financeira. Um deles foi o adiamento forçado da competição devido aos acontecimentos de 25 de Novembro. A Volta foi também encurtada na sua quilometragem a fim de se tornar mais acessível aos concorrentes.

Apesar de vivermos uma conjuntura pouco favorável às competições automobilísticas a edição deste ano da Volta a Portugal acabou por ter um número de concorrentes sensivelmente idêntico ao habitual

mesmo nos anos melhores.

António Borges, Francisco Romãozinho, Mário de Figueiredo, e «Pêquêpê» constituem o grupo dos concorrentes mais credenciados e de maior experiência mas uma natural evolução de outros mais jovens e as próprias contingências de uma prova com estas características e extensão não garante que se apresentem como favoritos indiscutíveis.

A prova divide-se este ano em três etapas: Estoril-Viseu, com oito provas classificativas; Viseu-Tomar, com nove classificativas e Tomar-Lisboa, que não tem qualquer classificativa. As complementares disputam-se na Peninha, Sintra, Montejunto, Alpiarça, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Candosa, Viseu, Caramulo, Ladário, Freita, Marão, Freita, Ladário, Cara-

mulo, Buçaco e Candosa.

A lista dos concorrentes inscritos é a seguinte:

António Borges/João Anjos (Porsche Carrera RS); Mário de Figueiredo/Carlos Barata (Datsun 240 Z); Francisco Romãozinho/José Bernardo (Citroën GS 1220); Manuel Inácio/Pina de Moraes (Opel 1904-SR); Jorge Ortigão/Pedro de Abreu (Mazda 818 Coupé); Carlos Torres/Manuel Casimiro (Mazda RX-2); Santinho Mendes/António Moraes (Datsun 1200 Coupé); Rui Lajes/Abel Santos (Mazda RX-2); Carlos Fontainhas/Rogério Seromenho (Ford Escort RS); Carlos Pinto/José Ferreira (Opel 1904 SR); «Jomaro»/José Mariz (Opel 1904 SR); Bernardo Simões/José Nobre (Datsun 1600 SSS); J. Mira Amaral/L. Mira

Amaral (Lância 1600 HF); André Martinho/Alvaro Barreiros (Fiat 124 Spyder); António Bastos/Abrantes de Carvalho (Alpine 1600); António Vicente/Pedro Picão (Fiat 124 Spyder); Simões Madeira/Luis Calafate (Alpine); Virgílio Ferreira/Augusto Lemos (Datsun 1200 GX); A. Nogueira da Silva/J. Nogueira da Silva (Morris 1275 GT); A. Borges de Sousa/R. Borges de Sousa (Morris 1275 GT); Assis Ferreira/Rui Cunha (Datsun 1200); Pires Cleto/NN (B.M.W. 2002); Alvaro Parente/NN (Toyota Corolla 1200); Carlos Peres/José Peres (B.M.W. 2002); Nunes Baptista/NN (Fiat 128); Eurico Lopes Almeida/NN; Fernando Oliveira/Manuel Rolo (Opel 1904 SR); «Pêquêpê»/Pedro Roriz (Opel 1904 SR); Parada Leitão/NN (Opel 1904 SR).

Supremacia da U.R.S.S. no xadrez mundial

A proclamação de Anatoli Karpov, da União Soviética, como Campeão Mundial de Xadrez, o 12.º xadrezista a conseguir obter tal galardão, e a manutenção por Nona Gasprindashvili do título feminino, foram os factos mais salientes do xadrez mundial em 1975.

Depois de ter passado com êxito às sucessivas fases eliminatórias, na última das quais afastou o seu compatriota Victor Korchnoi, Anatoli Karpov preparou-se para defrontar o norte-americano Robert Fischer, em encontro marcado para a cidade de Manila (capital das Filipinas), no primeiro trimestre deste ano.

Todavia, em vez de uma competição frente a um tabuleiro, o jovem estudante de economia da Universidade de Leninegrado teve que enfrentar todas as dificuldades extra-esportivas em que é especialista o seu adversário, actualmente em litígio com a editora do livro «Bobby Fischer contra o resto do Mundo».

Desde que, em 1972, Bobby Fischer arrebatou o título ao soviético Boris Spasky, o grande mestre norte-americano apre-

sentou grandes exigências à Federação Internacional de Xadrez (FIDE) no sentido de alterar os regulamentos do «match» para a disputa do título.

Dado que as suas condições não foram todas satisfeitas, Fischer decidiu retirar-se e negou-se a defender o seu título, facto sem precedentes na história do xadrez.

O jovem Karpov logo de imediato deu prova dos seus méritos desempenhando admiravelmente o seu papel de «soberano» mundial de xadrez, com incontestáveis vitórias nos torneios de Ljubljana-Portoroz, (na Jugoslávia) e no dos «grandes mestres» de Milão (Itália), além de ter realizado uma brilhante actuação nas «espartaquadas dos Povos da União Soviética».

Por outro lado, a sua compatriota Nona Gasprindashvili evidenciou nítida superioridade no sector feminino, ao derrotar a sua compatriota Nana Alexandria (por 8,5-3,5 pontos) no «match» em que pôs em jogo o título, conquistado em 1962. Há treze anos que detem em seu poder o título mundial

e ainda não se vislumbra a sua sucessora.

O ano de 1975 foi pródigo em êxitos para os xadrezistas soviéticos, os quais detêm todos os títulos individuais e por equipas, postos em disputa pela FIDE. O mais recente (o campeonato mundial de juniores) foi conquistado por Valery Chekov, que se superiorizou a mais 47 jogadores que participaram no torneio realizado em Tjentiste (na Jugoslávia), no mês de Agosto.

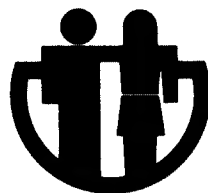
Também são de salientar os êxitos alcançados pelo grande-mestre soviético Efim Geller (de 50 anos): a sua principal vitória foi obtida no torneio «Memorial Alekhine», um dos mais fortes torneios este ano disputados, o que veio confirmar que, no xadrez, a idade está longe de ser o factor mais importante para a obtenção de êxitos.

O mundo do xadrez e, em especial, a União Soviética, sofreu uma baixa de relevo, com a morte do «grande mestre» Paul Keres (a 5 de Junho, em Helsínquia), quando regressava à URSS, depois de ter vencido um torneio no Canadá. Keres constituiu um marco no xadrez soviético e, durante duas décadas (entre 1945 e 1965) foi considerado o segundo melhor jogador do Mundo.

A nova geração de xadrezistas esteve igualmente em evidência. Além de Karpov e dos soviéticos Rafael Vaganian e Alexander Beliavski, há a apontar os nomes do jugoslavo Lubomir Ljubojevic, do sueco Ulf Andersson e do brasileiro Mecking.

Nesta temporada concluíram-se onze torneios zonas, apesar das dificuldades surgidas com o «européu» de Barcelona e com o sul-americano do Brasil.

A cidade brasileira de São Paulo desistiu de organizar o zonal sul-americano por escassez de fundos, tendo o torneio que ser realizado meses depois em Fortaleza. Em Barcelona, o torneio zonal foi reduzido, devido à ausência de vários xadrezistas dos mais qualificados, em sinal de protesto pela execução de cinco antifranquistas espanhóis.



PREVIDÊNCIA RUMO A SEGURANÇA SOCIAL

Conselho Coordenador da Previdência VI PLENÁRIO NACIONAL

Comunicado

Na sequência do mandato recebido pelo Conselho Coordenador da Previdência, tem vindo a sua Comissão Executiva a desenvolver os maiores esforços – em contacto estreito com os organismos representativos dos trabalhadores – no sentido de resolver os graves problemas financeiros da Previdência, modificar as estruturas e métodos de gestão herdados do fascismo, impulsionar a criação de um Serviço Nacional de Saúde que garanta aos trabalhadores uma assistência médica efectiva, etc., etc.

Para dar conta de toda esta actividade e para apresentar para discussão e aprovação propostas concretas conducentes a projectar a actual Previdência rumo à Segurança Social, realiza-se nos próximos dias 20 e 21 de Dezembro pelas 9,30 horas, no Instituto Superior Técnico em Lisboa, O VI PLENÁRIO NACIONAL DO CONSELHO COORDENADOR DA PREVIDÊNCIA, com a presença de entidades oficiais especialmente convidadas para o efeito.

De acordo com a Ordem de Trabalhos, serão submetidos à discussão e aprovação do Conselho Coordenador, projectos de legislação que serão presentes ao Governo para publicação.

Destacam-se entre outras, as seguintes matérias:

1. – Dívidas à Previdência; sua recuperação.
2. – Serviço Nacional de Saúde; acções tendentes a colocar os cuidados médicos ao alcance de todos os trabalhadores.
3. – Reestruturação da Previdência; gestão democrática das instituições.
4. – Casas do Povo; Previdência ao serviço dos trabalhadores agrícolas.

Das conclusões aprovadas será dado conhecimento aos trabalhadores.

A Comissão Executiva

EXTERNATOS



MARQUÊS DE POMBAL
Rua Morais Soares, 93 • tel. 82 0221/83 4658



ALIANTES CABRAL
Avenida Grão Vasco, 1 • (Bentita) • tel. 70 6974/5



SÃO VICENTE
Rua Edith Cavell, 8 (ao Chile) • tel. 84 8864/5

AULAS DE MANHÃ — TARDE — NOITE



C. PREPARATÓRIO
LICEAL-GERAL E COMPLEMENTAR
C. G. ADM. E COMÉRCIO

Geral

Escreve o capitão Clemente

Continuação da pag. 16

mente — a que ao avanço da luta dos trabalhadores opunha-se um VI Governo Provisório defensor dos interesses da burguesia. Este não conseguia governar sem reprimir; sem reprimir os trabalhadores e os militares que estão com estes. Tinha-se decretado o AMI, mas este não conseguiu ser mais do que o Regimento de Comandos da Amadora. O Conselho da Revolução extinguiu o que não existia: administrativamente desaparece o AMI, na prática continua o Regimento de Comandos. Mas não só isto. Com a nomeação do capitão Vasco Lourenço resurgem pela voz deste as ameaças de novos saneamentos à esquerda, dos militares aliados à classe trabalhadora, logo que assumisse o Comando da Região Militar de Lisboa. Prepara-se assim a criação do verdadeiro AMI. Expurgados os militares incómodos, as «novas» unidades de Lisboa servirão nos desejos de certo sector civil e militar, para restabelecer a ordem à custa da repressão armada independentemente da vontade de Vasco Lourenço. Isto na sequência da repressão psicológica já desencadeada através do assalto aos meios de informação escrita e falada sob o patrocínio do Ministério da Comunicação Social do VI Governo Provisório.

E tudo isto para que teimosamente um VI Governo Provisório, antipopular e antiopeário, governasse.

«Porque é que o órgão do poder político-militar — o Conselho da Revolução — nesta emergência não promoveu uma reunião com os representantes de todas as unidades da R.M.L. para discutirem tão importante alteração de comando? Em vez disso, e sabendo da forte contestação a Vasco Lourenço, o poder político-militar confirma a sua nomeação na noite de 24 para 25. Nessa mesma noite aguardando no Forte do Alto do Duque a decisão do Conselho da Revolução elevado número de oficiais da Região Militar de Lisboa mais uma vez, representando a vontade das suas próprias unidades, repudiou aquela decisão e decidiu por qualquer manifestação de força que exprimisse o seu descontentamento e servisse de base a novas conversações. Alvitrou-se que na sua luta de contestação contra o general Moraes e Silva as tropas pára-quedistas solidárias com os militares progressistas e revolucionários da R.M.L., queriam mostrar o seu grau de operacionalidade e de disciplina revolucionária em flagrante contraste com o que pensava dessas tropas o seu general chefe do Estado-Maior da Força Aérea que por vingança antidemocrática e antirevolucionária as mandou desactivar, desmobilizar, transferir...

«Por isso ficou decidido que seriam as tropas pára-quedistas a manifestarem a sua contestação numa vasta operação de neutralização das principais unidades da Força Aérea.

«Assente ficou também que as unidades de Lisboa não fariam qualquer operação que servisse de pretexto à direita para a exploração que se sabia esta desejava à muito.

«Aqui acabaria, mais ou menos, a minha explicação nos ecrãs da RTP se não me tivessem tirado a palavra. Também aqui o tempo jogou a favor de quem quis maldosamente ver aquilo que interessava para fins políticos e partidários numa desenfreada e inclassificável especulação.»

Desenfreada e inclassificável especulação dos acontecimentos do dia 25 para quê? — pergunta Duran Clemente.

e Diz: — Exactamente para perturbar o curso progressista e revolucionário do processo português afastando militares e civis aliados à luta dos trabalhadores.

«Assim se entende a desmesurada exploração das sublevações militares de 25 de Novembro: um pretexto para, de um só gesto, expurgar, prendendo dignificativo número de militares que estavam sem qualquer dúvida, seguindo uma estratégia, correcta ou incorrecta, ao lado da classe trabalhadora no processo revolucionário português.

«Se a insubordinação de 25 de Novembro é um golpe contra-revolucionário que foram outras insubordinações preparadas e realizadas nos últimos tempos?

«Recordo a insubordinação de Melo Antunes, Vítor Crespo, Costa Neves e Canto e Castro desobedecendo ao Presidente da República e à Assembleia do M.F.A. em 25 de Julho!

«Recordo a insubordinação conjugada de vários militares em redor das assembleias de Tancos nos primeiros dias de Setembro. O que viria a ser designado por «golpe de Tancos» não levou a ninguém para a cadeia mas logo aí começou a arrear da discussão democrática e revolucionária grande parte dos militares agora presos (ou mandados prender).

«Recordo a insubordinação dos comandantes das unidades do Norte contra o comandante da R.M.N., brigadeiro Corvacho.

«Recordo a insubordinação aos mais elementares princípios da ética militar (e da ética democrática), o assalto e destruição às instalações e material de um órgão militar — a 5.ª Divisão do E.N.G.F.A. — feita por outro órgão militar, o Regimento de Comandos da Amadora. A História julgará os papéis de um e de outro no processo português...»

«Recordo a destruição à bomba do emissor da Burca da Rádio Renascença.

«Isto para falar nos actos mais visíveis e ressonantes.

O que se passa em 25 de Novembro não é mais do que outra fase de tentativa de recuperação do processo revolucionário para a direita. Há golpe sim, mas um golpe da direita reaccionária.»

«Acusar o adversário político daquilo que se queria que ele tivesse feito serve exactamente para encobrir com todos os meios de que se dispõe (e ao adversário foram retirados) — a força das armas e os meios de comunicação — aquilo que se faz em vez dele.

«Desde há muito que a direita tudo fazia para consumir os seus intentos de, pela força, afastar aqueles que já afastara pela via administrativa. Recordemos que nos fins de Setembro já se tentara o que agora aconteceu com a directiva governamental de silenciamento das emissoras a que então militares e trabalhadores se opuseram. Depois veio a noite de 1 de Outubro, foi lançada pelo País inteiro a preparação psicológica para o tal golpe de esquerda.

E depois de algumas considerações de carácter geral, conclui Duran Clemente: «O 25 de Novembro não veio resolver nada. Nem para uns nem para outros. Fortalecendo a direita, cega os que historicamente são incapazes de compreender o seu próprio suicídio. Enfraquecendo desta maneira a esquerda, fica a lição (e o seu estímulo) para os trabalhadores — os verdadeiros revolucionários — se organizarem cada vez mais e não descurarem a sua vigilância.»

Um slogan, ainda: «A luta continua».



A GUERRA CONTRA A NATUREZA

Continuação da pag. 3

muitas árvores ainda estavam vivas. A destruição máxima deu-se em 1969. Tractores gigantes nivelaram tudo, toda a vegetação e mesmo as últimas casas reconstruídas. Até os riachos e os viveiros de peixe foram subterrâneos. Depois de tudo aplanado, aviões atiraram as sementes do que agora se vê crescer em todo o lado. Eram amontoados de erva (a «erva americana»), esguia, semelhante a juncos, com uma altura de dois metros, que só seria desalojada com auxílio de um «bulldozer».

Em pomares como My Tho e Can Tho, excepcionalmente férteis e situados na área do Delta do Mekong, descobri que o meio ambiente tinha oferecido resistência teimosa aos desfolhantes químicos. Em muitas vilas as árvores que tinham sido deixadas abaixo depois de dois ou três anos de aspersões repetidas, brotaram novamente, readquirindo agora a sua espessa folhagem e voltando assim a dar colheitas abundantes de frutos. (Era difícil utilizar o método de irradiação pelo «Bulldozer» no lado profundo do Delta).

BARES • BOITES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364959/368197. Tina. Stripteaseuse

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264946



EMISSORA 1.º Programa

- 17.00 Música sul-americana
- 18.00 Música portuguesa
- 18.30 Temas sobre a condição de retornado
- 19.00 Música variada
- 20.00 Jornal da noite
- 20.30 Conjuntos instrumentais
- 21.00 Programa da noite (E.R.N.)
- 21.30 Programa da noite (E.R.S.)
- 22.00 Programa da noite (E.R.S.)
- 22.30 Último jornal
- 00.30 Retrospectiva
- 01.00 Saída e encerramento dos Regionais do Porto, Norte 1, Coimbra, Faro, Guarda, Covilhã, Viseu, Ponta Delgada e Horta — música na noite
- 02.00 Música na noite

2.º Programa

- 18.00 Música sinfónica
- 18.45 Recital de piano por Olga Prats
- 19.20 «Dancas do País de Gales», op. 15, de Hoddinott
- 19.30 O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco
- 20.00 Cantata BWV 42, de Bach
- 20.35 Quarteto n.º 20, em ré maior, K. 499, de Mozart
- 21.00 Juncão com o Programa Estereofónico
- 23.00 Fecho de Lisboa 2 e Norte 2

Programa Estereofónico MF 2 — 94.3 MHz

- 21.00 Concerto pela Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional
- 23.00 Saída e encerramento de Lisboa 2 e Norte 2 — música ligada variada
- 24.00 Fecho

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado e o vento era fraco ou moderado de Noroeste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.	
PORTO	4º
COIMBRA	5º
PORTALEGRE	2º
LISBOA	5º
FARO	9º
FUNCHAL	14º

TEMPERATURAS EXTREMAS

TAVIRA	Máxima 13,5º
PENHAS DA SAÚDE	Mínima 04,2º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar	15,4º
Atmosfera	8,2º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
4.32 3,9 m	10.10 0,8 m
16.53 3,7 m	22.21 0,8 m
Dia 20	
5.08 3,9 m	10.47 0,7 m
17.30 3,8 m	22.59 0,8 m
Dia 21	
5.44 4,0 m	11.27 0,7 m
18.08 3,8 m	23.38 0,8 m

PREVISÃO GERAL ATE AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado excepto no Algarve onde se prevê céu muito nublado; vento fraco ou moderado de Nordeste; possibilidades de aguaceiros isolados ou períodos de chuva no Algarve; condições favoráveis à descida de temperatura.

AMANHÃ

NAScer AS 8.50
OCASO AS 18.18

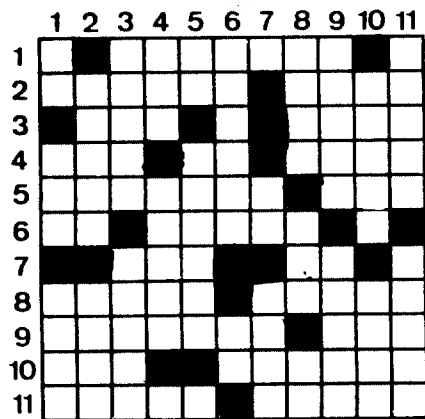
DIA 25 DIA 1 DIA 9 DIA 17

palavras cruzadas

COM PROVERBIO
PROBLEMA N.º 11250

HORIZONTAIS:

- Lentamente.
- Deram aviso de alguma coisa em voz alta. Sugo o leite materno.
- Sufixo que designa pequenez. Acrescentar.
- Vai pelo ar com grande velocidade. Prata (s.q.). Versejo.
- Tostamos. Rio da Suíça.
- Satélite de Júpiter. Vencer.
- Caminho. Alumínio (s.q.).
- Formara as abas a. Peixe do género siluro.
- Avaliarem. General de Napoleão.
- Papagaio da Amazônia. Ternos.
- Defunto. Trituradora.



VERTICAIS:

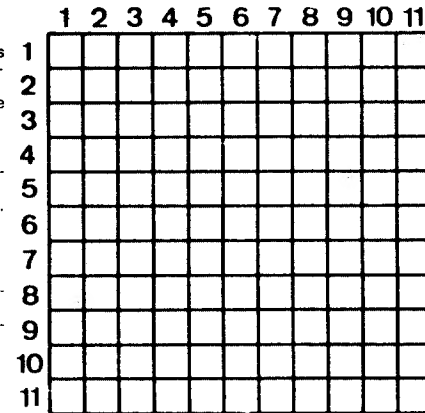
- Pronome reflexo. Tempo do verbo ir. Preposição e artigo definido.
- Invejoso. Coragem.
- Doses. Apanhar.
- Epoca. Limalha.
- Tempo do verbo ir. Acariar.
- Aliados. Preposição.
- Apelido. Estimem.
- Gostar muito de. Chefe etíope. Satélite de Júpiter.
- Irradia. Distante.
- Representar por gestos. Género.
- Irmã. Facto.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7410

HORIZONTAIS:

- Guarnecem e asas. Dois mil e cem em romano. Duzentos em romano.
- Folga. Naipes das cartas de jogar.
- Cantão da Suíça.
- Nome de fruto. Conjunção.
- Viração. Monarca. Feitiçeira.
- Em terra estranha. Apelido. Oferecer.
- Braco de mar. Piedosa.
- Terna. Seguias.
- Emagare.
- Móvel sobre o qual se come. Conquistará.
- Preposição. Saudável. Estimar.



VERTICAIS:

- Campeão. Vila e concelho do distrito de Lisboa. Pronome pessoal.
- Nome de astro. Rata. Um cento.
- Nome de peixe. Ramadas.
- Pisa. Pronome pessoal.
- Pronome pessoal. Textualmente.
- Habitais. Mentira (pop).
- Tormento. Aguço.
- Istmo montanhoso que liga a Indochina à península de Malaca. Governanta.
- Flutuai. Amónio (s.q.).
- Céso (s.q.). Povoação do concelho de Condeixa. Descerre.
- Estimaras. Atmosfera.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11249

HORIZONTAIS:

- A. CASAS. len.
- Reima. Arão.
- El. lpeca.
- Me. Troças.
- Virara. Sãs.
- Vara. Fel.
- Eram. Ale. Im.
- Lara. Seroso.
- Ara. Ir. Ti.
- Am. Arosa. Aa
- Suamos. Rois.

VERTICAIS:

- Arem. VELHAS.
- Elevara. Mu.
- Cia. Irara.
- Am. Tramaram.
- Saira. Aro.
- PORTAS. Os.
- Eca. Leis.
- Aca. Ferrar.
- Irasse.
- Ea. Alistai.
- NOVAS. Moias.

PROVERBIO: A CASAS VELHAS. PORTAS NOVAS

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7409

HORIZONTAIS:

- Cré. Tas.
- As. Usais. Pá.
- Mad. Tio. Ras.
- Amena. Siara.
- Rosa. Asar.
- Ara. Sem. Pré.
- Oitão. Oraís.
- Mata. Cera.
- Vês. Ali.
- Coai. late.
- Armar. Mamar.

VERTICAIS:

- Camarão. Aca.
- Samorim. Or.
- Desatavam.
- Ru. Na. Ateia.
- Esta. Soas.
- Ai. Pé.
- Tios. Moca.
- As. Ia. Relia.
- Raspariam.
- Pararia. Ta.
- Casares. Ver.

farmácias de serviço

ISBOA

TURNO L-1
TODA A NOITE

ALCANTARA
Biotif, Rua D. João de Castro 27-B (tel. 638824)

AMOREIRAS
Amoreiras (das), Praça das Águas Livres, 8-D (tel. 681515).

ARCO DO CEGO
Providência, Rua D. Filipa de Vilhena 9-C (ao Bairro Social) (tel. 770324).

AREIRO
Gasparinho, Rua dr. Gama Barros, 54-A (tel. 710465).

ARRIOIS
Veral, Rua Morais Soares, 109 (tel. 821732).

BAIRRO ALTO
Sanitas, Praça Luis de Camões, 24 (tel. 322798).

BENFICA
Sousa, Estrada de Benfca, 429 (tel. 780027).

CAMPO DE OURIQUE
Ourique, Rua Freitas Gazul, 32-B (cont. a Rua Almeida e Sousa) (tel. 671667).

CONDE DE REDONDO
Capuchos, Rua Luciano Cordeiro 2-A (tel. 52076).

JANELAS VERDES
Reis Garrido, Rua das Janelas Verdes, 90 (tel. 662327).

LUMIAR
São Tomé, Estrada do Desvio, lote 12-C (tel. 790704).

PICHELEIRA
Marluz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (tel. 720703/728395).

POÇO DO BISPO
Barros Gouveia, Rua Vale Formoso de Cima, 19-B (tel. 382180).

TURNO L-2
TODA A NOITE

ALCANTARA
Costa, Rua dos Lusíadas, 30 (tel. 636704).

ALFAMA
Pereira, Rua do Paraíso, 98 (tel. 863224).

ALVALADE
Alvalade, Avenida da Igreja, 18-A (tel. 712070); Onilda, Avenida João XXI, 13-A (tel. 726848).

AVENIDAS NOVAS
Dalva, Avenida Duque d'Ávila, 125 (tel. 45225).

BELEM
Bom Sucesso, Rua Bartolomeu Dias, 63-A (tel. 611454).

BENFICA
Progresso, Estrada A-da-Maia, 64-C (tel. 702226).

CAMINHOS DE FERRO
Alves de Carvalho, Rua Vale de Santo António, 7 (tel. 840125).

ENTRE CAMPOS
Alcantara, Avenida da República, 74-A (tel. 771379).

PICHELEIRA
Marluz, C.da Picheleira, 140-B/C (T.720703/728395)

OLIVAIS NORTE
Central, Rua Alferes Barrilero Ruas 7-C (tel. 31539).

REGO
Prates e Moura, Rua da Beneficência, 92 (tel. 773728).

SÃO MAMEDE
São Mamede, Rua de São Marçal, 100 (tel. 325318).

SOCORRO
Tavares, Rua da Palma, 194 (tel. 863350).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (T.2112048)

PACV DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T.2435147). Toda a noite

OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central. Toda a noite

PAREDE
Brandão, Av. da República, 77-C (T.2471054). Até às 24 horas

ESTORIL
Marques dos Santos, R. Ferreira J.A., 15 (T.260116). Até às 22 horas

MONTE ESTORIL
Ostende, R. de Espinho, 1 (T.260391). Toda a noite

CASCAIS
Marginal, Av. Marginal (T.280078). Até às 22 horas

NOVA
E. de Alvide, Fontainhas (T.281044). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T.930019); Flama, R. Elias Garcia, 78-B (T.932485); Confiança, Av. D. Nuno Alvares Pereira, 15-A (T.938149)

DAMAIA
Confiança, E. Militar, lote D (T.9710231)

VENDA NOVA
Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (T.974161)

QUELUZ
Gil, Av. Miguel Bombarda, 28 (T.950117); Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (T.950123)

CACÉM
Guerra Rico, Agualva

MEM MARTINS
Químia, E. de Mem Martins, 285 (T.2910012)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Marrazes, Estefânia (T.293058)

COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 10 (T.234137)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA
Castro Rodrigues, R. Capitão Leitão, 21-A (T.2750076)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional, 178-B (T.2040302)

BARREIRO
Normal, Av. Alfredo da Silva, 116 (T.2073035)

COVA DA PIEDADE
Morgado, R. Cabo da Boa Esperança, 25-A (T.2767356)

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTIJO
Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (T.2310156)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETUBAL
Costa, Lda Misericórdia (T.22760); Brasil, P.do Brasil (T.24788)

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 8
ATE AS 22 HORAS

Canavarro, Rua da Restauração, 53; Constituição, Rua da Constituição, 93; Ferreira de Carvalho, Rua do Bonjardim, 354; Padrão, Rua de Santo Ildefonso, 342; Ramos, Praça do Exército Libertador, 91; Figueiredo, Lda, Rua de Cedofeita, 125; Parente, Rua das Flores, 114; Sousa Soares, Rua de Santa Catarina, 141; Vitória, Rua de S. Roque da Lameira, 756 e S. Nil, Rua do Paraíso, 214

A PARTIR DAS 22 HORAS

Ramos, Praça do Exército Libertador, 91; Ferreira de Carvalho, Rua do Bonjardim, 354; Constituição, Rua da Constituição, 93

COIMBRA

Cruz Viegas, Rua do Brasil; Donato, Rua Ferreira Borges; Rainha Santa, Rua Figueira da Foz

Cinemas

ESTREIAS DE HOJE
NOS CINEMAS

ROXY
A VINGANÇA DE MONTE CRISTO

BERNA - EDEN - PATHÉ
O PISTOLEIRO DE NOITE

CASTIL
T. 530194 15.30, 18.30, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

UM FILME DOCE
De Susan Makaveiu
4.ª Semana

Este filme contém cenas eventualmente chocantes

Amanhã às 24.00 ante-estreia

O RALLYE DAS GOZONAS

IMPÉRIO
T. 555134 15.15, 18.30, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Lando Buzzanca e Rossana Palestra em

CASAMENTO DO PADRE

2.ª Semana

NIMAS
T. 574362 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Para todos

Irmãos Marx em

UMA NOITE EM CASABLANCA

Riso dos bons velhos tempos

ROYAL
T. 865037 15.30, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

A BELA HELENA

POLITEAMA
T. 326305 14.15, 16.30, 19.00, 21.30

Interdito a menores de 18 anos

AS CONFIDÊNCIAS DE UM LEITO MUITO ACOLHEDOR

Contém cenas eventualmente chocantes — 9.ª semana

VOX
T. 720808 14.15, 16.30, 19.21.30

Interdito a menores de 18 anos

AS CONFIDÊNCIAS DE UM LEITO ACOLHEDOR

Contém cenas eventualmente chocantes — 9.ª semana

ROMA
T. 727778 15.30, 18.30 e 21.15

Para todos M/6 anos

OS MALUCOS VÃO À GUERRA

SATÉLITE
T. 562632 14.30, 16.45, 19.00, 21.30

Não acons. a menores de 13 anos

OS INSEPARÁVEIS

MUNDIAL
T. 538743 15.15, 18.30 e 21.30

Interdito a menores de 18 anos

A VIÚVA INCONSOLÁVEL

Com Edwige Fenech

CARLOS MANUEL SINTRA
Tel. 2930394 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

VEREDICTO

D. JOÃO V DAMAIA
As 21.00

Interdito a menores de 18 anos

A FÚRIA DO DRAGÃO

Cinemas

CALEIDOSCÓPIO

T. 795093 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Para todos M/6 anos

Walt Disney productions

UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO

A aventura para além da imaginação

3.ª Semana

EDEN
T. 320769 Estreia às 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Charles Bronson

Juri-jurado-executor

O JUSTICEIRO DA NOITE

Um filme de Michael Winner

ODEON
T. 326283 15.15, 18.15, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

4.ª SEMANA DE SENSACÃO (colorido)

A comédia de sexo e de pecado à solta

COMO CAÇAR UM MARIDO

Contém cenas eventualmente chocantes

Um festival malandricas «secretas»

APOLO 70
T. 763319 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

ACONTECEU NO OESTE

Com Claudia Cardinale, Henry Fonda e Charles Bronson

Hoje às 24.00

Grupo D (18 anos)

O BECO

CASINO ESTORIL
T. 26 4621 17.00 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

FRITZ — O GATO

S. JORGE
T. 54153/4 15.15, 18.15, e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Burt Lancaster é

O HOMEM DA LEI

Um «western» sensacional 2.ª semana

RESTELO
T. 610375 21.00

Interdito a menores de 18 anos

A LINGUAGEM DO AMOR

AVIS
T. 47163 15.30, 18.30, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

7 MORTES NOS OLHOS DO GATO

CINEARTE
T. 660446 21.15

Grupo C (14 anos)

BARRIL DE PÓLVORA

ESTÚDIO
T. 555135 15.30, 18.30 e 21.15

Interdito a menores de 18 anos

BRINCANDO COM O FOGO

Sophia Kristel e Jean Louis Trintignant 2.ª Semana

ESTÚDIO 444
T. 779095 15.30, 18.30, 21.15

Interdito a menores 18 anos

FUGA NA NOITE DE NATAL

um filme de Michel Mitrani

EUROPA
T. 661016 15.15, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A SEMENTE DE TAMARINDO

9.ª Semana

Cinemas

UNIVERSAL

T. 774402 As 15.00, 19.00, 21.00

Não acons. a menores de 13 anos

um filme de Herbert Diberman

SAL DA TERRA

As 17.00 e 23.00

PARA TODOS LINHA GERAL

de Eisenstein

CONDES
T. 322523 14.15, 16.30, 18.45, 21.45

Para todos

Em frente... RIR

SIM, SIM, MEU CORONEL

C/Jacques Dufilho e Aldo Maccione

BERNA
T. 776098 Estreia às 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Charles Bronson

O JUSTICEIRO DA NOITE

Um filme de Michael Winner

LONDRES
T. 801313 14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

BREVE ENCONTRO

Com Sophia Loren, Richard Burton

ROXY
T. 48560 Estreia às 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

Richard Chamberlain, Trevor Howard

A VINGANÇA DE MONTE CRISTO

A figura heroica de uma história de gerações

TIVOLI
T. 570595 15.15, 18.30 e 21.15

Para todos

UMA ILHA NO TECTO DO MUNDO

Uma aventura para além da imaginação

3.ª Semana

ALVALADE
T. 897480 15.30, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

SENHORAS E CAVALHEIROS

Com Verna Lisi e Gastone Moschin

PATHE
T. 821933 Estreia às 21.15

Interdito a menores de 18 anos

Charles Bronson!

Juri jurado-executor

O JUSTICEIRO DA NOITE

Um filme de Michael Winner

MONUMENTAL
T. 555131 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A maior ópera-rock de sempre!

TOMMY

Com Roger Daltrey, Elton John e The Who

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A CIA dos Cardeais»

CAPITÓLIO
20.30, 22.45 (18 anos)
«Mostra-me a Tua Piscina»

CIRCO MARIANO
21.45
No Largo Martin Moniz



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º 2.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOIA TELEF. 12363
LISBOA-PORTUGAL

DEGELO LISBOA-MADRID

Antonio Poch vai regressar

MADRID, 19 — (ANOP-«D. L.») — «O embaixador da Espanha em Portugal, senhor Poch, vai regressar a Lisboa?» — perguntaram ontem à noite os jornalistas ao ministro dos Assuntos Exteriores, José Maria de Areilza, à chegada a Madrid, procedente de Paris. — O ministro respondeu: «é possível».

Sobre este tema perguntaram-lhe ainda se «Portugal pensa indemnizar o Governo Espanhol dos prejuízos ocasionados na Embaixada Espanhola em Lisboa, ao que Areilza respondeu: «não sei».

Fontes relacionadas com o Ministério dos Assuntos Exteriores confirmaram a possibilidade de o embaixador Poch regressar a Lisboa, não se indicando no entanto o tempo que demoraria a fazê-lo.

Em fontes desta capital, acentua-se o rápido processo de normalização das relações diplomáticas entre os dois Governos.

Noutra informação da agência «Pyresa» assinala-se que, «segundo fontes bem informadas, paulatinamente se reincorporarão nos seus postos, na Embaixada de Espanha, em Lisboa, os membros da sua representação. Grande parte deles já se encontra na capital portuguesa desempenhando as suas funções».

A imprensa espanhola, que tem expressado uma certa satisfação pela actual situação portuguesa, sublinha a «rápida tendência para a normalização das relações diplomáticas entre os dois países».

Em entrevista concedida ao jornal «ABC», o embaixador Poch revelava que está «disposto a regressar a Lisboa logo que lho determinem», acentuando que «o Governo Português não teve culpa dos incidentes de 27 de Setembro».

E disse mais adiante: «Os que dirigiram aquilo eram espanhóis da «FRAP» e havia também, ao lado de portugueses, a maioria, chilenos, cubanos, brasileiros, tupamaros, italianos...um bom elenco da IV Internacional».

Interrogado sobre se «foi suficiente que Portugal pedisse desculpas e se compromettesse a indemnizar o Governo Espanhol, o embaixador Poch respondeu que «sim, naturalmente».

«Quando ocorre um facto assim, é necessário fazer três coisas: pedir desculpas, admitir responsabilidades e indemnizar. O Governo Português fez as três coisas».

«Repito que o assalto à Embaixada Espanhola não foi, em nenhum momento, negligência

por parte do Governo Português».

Acerca do 25 de Novembro, o embaixador espanhol afirma que depois destes acontecimentos «restabeleceu-se de novo a ordem em Portugal e que terminou a falta de autoridade do VI Governo Português».

RESTAURO DA EMBAIXADA

Recorde-se que em meados do mês passado estiveram em Lisboa, em contacto com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o arquitecto Julian Manzano e o encarregado de Negócios espanhol Eloy Ibanez, que vieram tratar do restauro e obras nos edifícios da Embaixada e do Consulado.

Nessa altura — 19 de Novembro — o encarregado de Negócios, que parece, encontrar-se ainda em Lisboa, mantendo em funcionamento os serviços comerciais, declarou que as obras iriam começar imediatamente.

Prevê-se que só dentro de dois ou três meses seja possível a conclusão das referidas obras, admitindo-se, entretanto, que o embaixador possa voltar antes e ocupar, provisoriamente, outras instalações, cedidas pelo Governo Português.

VANTAGENS PARA PORTUGAL

A necessidade de uma rápida normalização das relações, entre os dois países ibéricos, tornou-se visível, sobretudo após a morte do velho «caudilho». Aliás, já em 13 de Novembro último, o «D. L.» sublinhava, em artigo de fundo, a propósito da sucessão de Franco, que a próxima etapa em Espanha, «anuncia para Portugal algumas vantagens no imediato e a curto prazo».

Ao notar que poderiam não só nos domínios da política e da diplomacia, resultar vantagens para o nosso país, com o «pós-franquismo», recordamos, nessa altura — sete dias antes da morte de Franco — a necessidade de «certas garantias de tráfego do nosso comércio com a Europa, via Espanha»; os «condicionamentos da nossa produção de energia eléctrica, sobre compromissos que nos envolvem no sector das pescas; ou no movimento de importação de produtos alimentares que realizamos com aquele país e na complementaridade económica ao nível da Península que a ambos interessa desenvolver».

"Medalha Lenine"

para Magalhães Vilhena

O professor catedrático Vasco Magalhães-Vilhena receberá esta tarde, às 19 horas, na Associação Portugal-URSS (Rua de S. Caetano, 30,) a medalha Lenine.

O prof. Vasco Magalhães-Vilhena, licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Coimbra e doutorado em Filosofia pela Sorbonne, é um dos intelec-

tuais portugueses que o regime fascista obrigou a um longo exílio em países estrangeiros, nomeadamente na URSS e em França, onde se dedicava à investigação. Tendo regressado a Portugal após o 25 de Abril. Convidado para leccionar nas três universidades portuguesas, Magalhães-Vilhena veio a ser integrado no corpo docente da Faculdade de Letras de Lisboa.

A situação em Moçambique

Continuação da pag. 1

pelo Departamento de Defesa da Frelimo, que é chefiado pelo próprio presidente Samora Machel, deixava já antever o esmagamento da rebelião reaccionária, com o desmembramento dos seus principais núcleos. Ao princípio da manhã de ontem, todas asacções de fogo se circunscreviam a bandos isolados e descomandados, que procuravam refúgio em diferentes pontos da cidade e subúrbios. Na sua captura e neutralização, desempenhou papel importante a actividade dos Grupos Dinamizadores (embrões dos Comitê do Partido) que mobilizaram a população para a detecção dos revoltosos e sua denúncia às autoridades. Até ao momento, desconhece-se o número de vítimas, mortos e feridos, bem como de elementos aprisionados.

COMUNICA DO OFICIAL

Ao fim da tarde de ontem, o Ministério da Informação da República Popular de Moçambique difundiu o primeiro e único comunicado sobre os acontecimentos, o qual é do seguinte teor:

«Prossigue a acção conjunta das F.P.L.M., do Corpo de Polícia de Moçambique e da

população, organizada pelos Grupos Dinamizadores, contra o bando de reaccionários criminosos que na tarde de ontem (17) desencadeou ataques armados contra as populações e instalações militares, numa tentativa de se opor à campanha em curso de combate à actividade inimiga, que fomenta a corrupção e a indisciplina no seio das Forças Armadas».

Foram já desarmadas e capturadas as concentrações do inimigo, restando grupos dispersos que as Forças Populares de Libertação de Moçambique, as forças paramilitares e a população perseguem e gradualmente neutralizam».

ANTECEDENTES

De acordo com os primeiros dados conhecidos, a revolta reaccionária de 17 de Dezembro radicaria numa decisão da Frelimo destinjia a depurar as fileiras das F.P.L.M. e do próprio partido de elementos corruptos e contra-revolucionários. Esta decisão foi anunciada no sábado passado pelo presidente da República Popular de Moçambique e da Frelimo, Samora Machel, no decurso de um discurso em que ata-

cou violentamente determinados elementos das F.P.L.M. e do Partido pelo seu comportamento «contrário aos interesses dos trabalhadores». Samora Machel anunciou, nessa altura, ser já tempo de se proceder a uma depuração dos elementos acusados de violarem a disciplina, referindo-se aos mesmos como «agentes do imperialismo, nostálgicos do capitalismo e do colonialismo de que foram servidores no passado». Simultaneamente, o presidente Samora apontou para a necessidade de se proceder imediatamente a uma reorganização das F.P.L.M., precisando que esta «purificação» poderia eventualmente abranger destacadas figuras das forças armadas, que «confundem a vitória popular com a permissão para satisfazerem gostos egoístas» e que «consideram o luxo e a depravação como um direito adquirido em face da participação na luta de libertação nacional». Ao abrigo destas medidas, numerosos elementos da F.P.L.M. iriam ser enviados para zonas rurais onde, em conjunto com a população, participariam em tarefas de produção, redimindo-se pelo trabalho, dos hábitos decadentes adquiridos.

O dia político

Continuação da pag. 1

resultados mais concretos que os anteriores. Das afirmações dos vários responsáveis resulta evidente um impasse de amplitude não muito definida mas que, a não ser ultrapassado rapidamente, poderá complicar as coisas de forma desproporcionada em relação ao peso das divergências.

Enquanto para o P.S. o que está em causa é a homogeneidade da equipa governamental para que esta funcione, «e que os partidos que vêm para o Governo venham colaborar com ele», para o P.P.D., segundo Sá Carneiro, «a homogeneidade de proposta pelo P.S. representa uma alteração de fundo às bases de constituição do VI Governo e põe em causa a própria plataforma de acordo dos partidos».

O secretário-geral do P.P.D., considera ainda que tal proposta, levada à prática, significaria a formação de um VII Governo, e adianta que, se ela não tivesse sido levantada, já estava completado o VI Governo. O P.S., todavia, contesta estas afirmações e pensa que a tal homogeneidade não implica a formação de um VII Governo. O que o P.S. pretende é que «não se repitam casos como o da Agricultura, em que o ministro dava ordens mas estas não chegavam à base».

Por sua vez o P.C.P. parece não se envolver neste contencioso. Os responsáveis afirmam não ter quaisquer reivindicações especiais a apresentar, mantendo as posições anteriormente assumidas. «Basta cumprir-se aquilo que foi prometido em não foi realizado, pois não temos reivindicações a fazer a não ser aqueles que fizemos da altura da formação do VI Governo, ou seja o restabelecimento das liberdades democráticas».

As palavras são de Octávio Pato, que afirma existirem regiões onde não há essas liberdades. O dirigente comunista não citou que regiões eram, mas estaria certamente a referir-se àqueles zonas onde a segurança dos locais de trabalho e dos militantes dos partidos de esquerda não tem sido garantida. O P.C.P. insiste, portanto, na sua tese (compreensível) de que não há de

facto liberdades democráticas enquanto as forças que lutam por essas liberdades forem obrigadas a actuar clandestinamente em muitas zonas do País, onde continua a exploração da forma mais demagógica o atraso e subdesenvolvimento das populações.

Melo Antunes, que tem assistido a todas estas reuniões, interrogado sobre o significado da sua presença, isto é, de se estava ali como ministro ou como membro do Conselho da Revolução, respondeu que o fazia na qualidade de «elemento do M.F.A. para ajudar o sr. Primeiro-Ministro na procura de uma plataforma», acrescentando que o M.F.A. era favorável

ao reajustamento do VI Governo «com o mínimo de alterações possíveis».

Para além das implicações directas do papel de Melo Antunes na resolução dos problemas existentes, há que acentuar o facto, quanto a nós bastante significativo, de o M.F.A. estar presente numa altura em que muitas forças políticas pretendem diluí-lo na vasta estrutura das Forças Armadas, até ao seu desaparecimento final. Este era já um projecto do general Spínola e nessa altura foi muito importante o papel do major Melo Antunes para a defesa do Movimento das Forças Armadas. Será que a história se repete?



Continuação da pag. 1

da corporação ou de carência de autoridade em fase de readaptação mas a intencional atitude de resistência de quem, deixando que a desordem alastre pretende que lhe sejam permitidos os velhos e saudosos métodos para repor a paz.

Num exercício tão ingrato e difícil como o da ordem pública, os agentes da P. S. P. sofrem, em emergência de conflito, o desejo das incompreensões e da animosidade popular. A nova mentalização que se lhes torna indispensável na sua integração em Democracia talvez requeira um aprofundamento de reestruturação e de saneamento, mas exige um esforço colectivo com vistas à promoção de um clima de confiança e de responsabilidade. Em vinte meses não se apagam radicalmente os vícios de dezenas de anos de tradição, é certo — mas se, perante a rixa de rua, perante o incêndio e o saque político praticados pelas direitas a P. S. P. se mantém ineficaz, e se em contrapartida a sua intervenção numa contestação de esquerda se faz rápida e violenta então há ilações naturais que não se podem descurar.

Isto, se é que houve realmente delito no caso dos trabalhadores do Porto, o que interessa desde já apurar. Clara e urgentemente.



COMEDIMENTO

Da última «Crónica de Manuel de Portugal» publicada no semanário «Tempo»:

«Por isso Jaime Neves, homem lusitano, Viriato de hoje, eu, Manuel de Portugal que ao Presidente da República trato por tu, para quem o Primeiro-Ministro simplesmente é o Zé, aqui na praça pública te distingo, primo inter pares, proclamando-te na Ilcinda Geração do 25 de Novembro, como o primeiro que arriscando a vida, salvou a Nação. E como o primeiro é, por tradição e por norma, o príncipe da Grei, tiro respeitosa-mente meu chapéu, curvo galhardamente minha espinha sempre erecta e com a vênica que os Grandes da Pátria merecem, vos digo obrigado, não ao Jaime Neves que foste, mas àquele que pela coragem, pela valentia, pela heroicidade, sagro cavaleiro do Reino e entra, a partir de agora, na História da Pátria como, apenas e só: Jaime de Portugal».

RESPONSABILIDADES

Do mais amplo conhecimento público: mal entrou em funções, a nova administração da E.N.P.-«Diário de Notícias» suspendeu 14 jornalistas, considerando-os por certo responsáveis pela orientação político-ideológica que o jornal estava a ter. Apenas um caso, para exemplo: um dos suspensos é Rogério Carapinha. Que responsabilidades tinha Carapinha? Redactor de «A Capital» até há pouco tempo, entrara em funções no «DN» apenas a 1 de Dezembro. Data em que, lembre-se, o «DN» não saía, como não viria a sair até à tomada da decisão que o suspendeu.

Se Carapinha é o exemplo mais flagrantemente ilustrativo de arbitrariedade (ou outra coisa) de certas decisões, outros casos são ainda de reter. Assim não será muito fácil responsabilizar prioritariamente pela orientação político-ideológica do jornal jornalistas como Ernesto Sampaio (que trabalhava na secretaria da redacção) ou Daniel Ricard, que viera também de «A Capital», poucos dias antes.

Últimas

LIVREIROS:

O patronato aceita condições

A Associação Portuguesa dos Editores e Livreiros emitiu um comunicado no qual afirma que «em face da Nota Oficial do Ministério do Trabalho, distribuída esta madrugada, declara aceitar a orientação preconizada por aquele Ministério e vai dar a todos os seus associados instruções no sentido de que essa orientação seja cumprida por todas as entidades patronais».